



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GABRIELA VILELA DE SOUSA**

**ESPAÇO PÚBLICO, TERRITÓRIO USADO E VIOLÊNCIA DA  
DESAPROPRIAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E MÉXICO**

BRASÍLIA, DF  
2024

**GABRIELA VILELA DE SOUSA**

**ESPAÇO PÚBLICO, TERRITÓRIO USADO E VIOLÊNCIA DA  
DESAPROPRIAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa  
Co-Orientadora: Profa. Dra. Iliá Alvarado-Sizzo

BRASÍLIA, DF  
2024

### **Ficha catalográfica**

SOUSA, Gabriela Vilela

Espaço público, território usado e violência da desapropriação na América Latina: Brasil e México / Gabriela Vilela de Sousa – 2024. 174 f. : il: 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília.

Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. 2024.

Orientação: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa.

Co-orientação: Profa. Dra. Ilia Alvarado-Sizzo.

Inclui Bibliografia.

1. Espaço público 2. Território usado 3. Violência da Desapropriação

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Gabriela Vilela de Sousa

GABRIELA VILELA DE SOUSA

**ESPAÇO PÚBLICO, TERRITÓRIO USADO E VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO NA  
AMÉRICA LATINA: BRASIL E MÉXICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional

Defendida e aprovada em: 29 de fevereiro de 2024  
Banca examinadora formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa  
**Departamento de Geografia – GEA/ICH/UnB (Orientador)**

---

Profa. Dra. Ilia Alvarado-Sizzo  
**Instituto de Geografia – UNAM-México (Co-orientadora)**

---

Profa. Dra. Maria Mônica Arroyo  
**Departamento de Geografia – USP (Avaliadora)**

---

Profa. Dra. Christiane Machado Coelho  
**Instituto de Ciências Sociais – UnB (Avaliadora)**

---

Prof. Dr. Rodrigo Ramos H. F. Valverde  
**Departamento de Geografia – USP (Avaliador)**

---

Prof. Dr. James Humberto Zomighani Júnior  
**Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA (Avaliador)**

*Dedico este trabalho à minha família, e especialmente a Ben Hur, a Ricardo, à Ana Antônia Carneiro Tavares e a José Alves de Souza (in memoriam), que não puderam ver este trabalho finalizado, mas torceram por mim até o fim de suas vidas.*

## AGRADECIMENTOS

Esta parte é uma das mais valiosas de uma pesquisa. Quem quer que tenha se aventurado na produção de uma monografia, dissertação ou tese sabe que tal jornada só se realiza com apoio de diferentes pessoas, e a dificuldade está na menção de todos e todas que estiveram de alguma forma envolvidos com a produção de um novo conhecimento.

Agradeço inicialmente aos trabalhadores informais que se dispuseram a participar desta pesquisa. Todos participaram enquanto realizavam seu trabalho. Esta tese só foi possível com esta disponibilidade e esforço. Eu os agradeço profundamente pela confiança e contribuição.

Em segundo lugar, agradeço à Universidade de Brasília (UnB), ao Departamento de Geografia e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de apoio, suporte intelectual e pela bolsa de doutorado, sem a qual esta pesquisa dificilmente seria realizada.

Agradeço também os servidores do Arquivo Público do Distrito Federal e da Biblioteca do Instituto de Geografia da Universidad Nacional Autónoma de México (IG – UNAM), que me conduziram a observações importantes para a realização da pesquisa, sendo impossível não os mencionar aqui.

Agradeço os grupos de pesquisa GECIPA (Grupo de Pesquisa de Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe) e o SECyT (Seminario de Espacio Cultura y Turismo), cujos integrantes apoiaram direta e indiretamente este estudo.

Agradeço os amigos, amigas e colegas que fiz ao longo desta jornada. São eles Pedro, Taryk (Deryk), Andrea, Celeste, Iván, Ariadna e sobretudo, Sofía e Renata. Agradeço especialmente à Renata, pois sem ela, esta tese não teria a qualidade necessária. Seus conselhos, a elaboração dos mapas e o tempo que permaneci em sua residência para a realização do campo desta pesquisa foram fundamentais para a qualidade deste estudo. Sua sabedoria é infinita e levarei comigo todo o aprendizado que me proporcionou.

Agradeço a disponibilidade e todos os comentários dos professores avaliadores, especialmente aos professores Dr. James Humberto Zomighani Júnior e Dr. Marcos Paulo F. de Góis que estimularam e me ajudaram a definir os rumos da pesquisa durante a qualificação.

Agradeço a meu orientador, professor Dr. Everaldo Batista da Costa, e minha coorientadora, professora Dra. Iliá Alvarado-Sizzo, que pacientemente me orientaram e aconselharam inúmeras vezes, mesmo nos fins de semana, me proporcionando um amadurecimento que nunca imaginei ao longo da produção desta tese. Agradeço especialmente ao Professor Everaldo por todo o apoio, compreensão e gentileza. Seus ensinamentos são inesquecíveis.

Agradeço toda minha família, em especial à minha mãe, Maria Madalena, e à minha irmã, Thais, pois sem elas eu jamais conseguiria acreditar no meu potencial e capacidade. Agradeço também a família que escolhi: Geovanna e nossos amigos de quatro patas, Joaquim e Viola que contribuíram permanentemente com todo o carinho para que eu me esforçasse na produção deste trabalho.

Sigo feliz e esperançosa com a contribuição que aqui apresento – resultado de 4 anos de estudos na Universidade de Brasília (UnB), e três meses na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Uma tese que tem tudo a ver com minha vida, a América Latina e os espaços públicos do continente.

## RESUMO

Este estudo se dedicou a compreensão do uso do espaço público latino-americano diante do fenômeno da *violência da desapropriação*. Esta violência decorre de uma violência estrutural que tem origem na conquista dos territórios latino-americanos – momento em que as profundas desigualdades socioespaciais do continente foram forjadas. Sua manifestação se dá pelas ações do poder público que visam definir tipos específicos de uso destes locais nas cidades latino-americanas. Para este estudo, foram elegidos os espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e a Alameda Central da Cidade do México (México), pois integram conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sendo por esta razão, locais mais controlados em termos de uso. Estes são espaços públicos emblemáticos em seus respectivos conjuntos urbanísticos. Reúnem diferentes tipos de uso e apropriações e por isso, são representativos da *violência da desapropriação*. E a despeito desta violência, usos populares e destoantes não previstos continuam a ocorrer, sobretudo, o uso destinado ao trabalho. Trabalhadores informais, embora sejam cotidianamente ameaçados por fiscais e pela polícia, continuam realizando seu ofício nestes locais. Além de utilizar das metodologias de revisão bibliográfica, análise de dados secundários e observação direta, foram realizadas 43 entrevistas com trabalhadores informais nestes locais. Estes trabalhadores ativam popularmente o espaço público por fornecerem produtos e serviços para classes sociais menos favorecidas, que assim podem desfrutar dos espaços públicos, principalmente, aqueles que são mais sujeitos ao controle como os espaços públicos elegidos para esta pesquisa. O espaço público, portanto, constitui parte do território usado, por ser por um lado recurso para agentes hegemônicos e ao mesmo tempo ser local de reivindicações, resistências e abrigo para atores hegemonzados. Por estes fatores, a Geografia pode compreender o espaço público como *expressão ativa do território usado*. A valorização desta ativação popular e do uso legítimo de trabalhadores informais do espaço público pode contribuir para a diminuição de desigualdades. Ademais, o trabalho informal desempenha um papel fundamental no sustento de sujeitos desprestigiados, que deveriam ser considerados pelas instituições e pelas políticas públicas direcionadas a espaços de uso coletivo e diverso.

**Palavras-chave:** Espaço público. Território usado. Ativação popular. Violência da desapropriação.

## RESUMEN

Este estudio se dedicó a comprender el uso del espacio público latinoamericano frente al fenómeno de *la violencia de expropiación*. Esta violencia es resultado de una violencia estructural que tiene su origen en la conquista de territorios latinoamericanos, un momento en el que se forjaron las profundas desigualdades del continente. Su manifestación se da a través de acciones de autoridades públicas que apuntan a definir tipos específicos de uso de estos lugares en las ciudades latinoamericanas. Para este estudio se eligieron los espacios públicos de la Estación de Autobuses Plano Piloto en Brasilia (Brasil) y la Alameda Central en la Ciudad de México (México), puesto que forman parte de conjuntos urbanos reconocidos como Patrimonio de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y Cultura (Unesco), por esta razón, lugares más controlados en cuanto a su uso. Se trata de espacios públicos emblemáticos en sus respectivos conjuntos urbanos. Reúnen diferentes tipos de usos y apropiaciones y, por lo tanto, son representativos del fenómeno tratado en esta tesis como *violencia de expropiación*. Pese a que haya violencia, siguen produciendo usos populares y discordantes imprevistos, especialmente destinados al trabajo. Los trabajadores informales, aunque diariamente sean amenazados por inspectores y policías, continúan desempeñando su trabajo en estas localidades, además de utilizar metodologías de revisión bibliográfica, análisis de datos secundarios y observación directa, se realizaron 43 entrevistas a trabajadores informales en estas localidades. Estos trabajadores activan popularmente el espacio público proporcionando productos y servicios a clases sociales menos favorecidas, que así pueden disfrutar de los espacios públicos, en particular, aquellos que están más sujetos al control, como los espacios públicos elegidos para esta investigación. El espacio público, por consiguiente, constituye parte del territorio utilizado, ya que es por un lado un recurso para los agentes hegemónicos y al mismo tiempo es un lugar de demandas, resistencia y refugio para los actores hegemonzados. Debido a estos factores, la Geografía puede entender el espacio público como *expresión activa del territorio utilizado*. Valorar esta activación popular y el uso legítimo de trabajadores informales en el espacio público puede contribuir a reducir las desigualdades. Además, el trabajo informal tiene un rol fundamental en el apoyo a personas desfavorecidas, quienes deben ser considerados por las instituciones y políticas públicas orientadas a espacios de uso colectivo y diverso.

**Palabras clave:** Espacio público. Territorio Usado. Activación popular. Violencia de expropiación.



## ABSTRACT

This study was dedicated to understanding the use of Latin American public space in the face of the phenomenon of *expropriation violence*. This violence results from structural violence that has its origins in the conquest of Latin American territories – a moment in which the continent's deep inequalities were forged. Its manifestation occurs through the actions of public authorities that aim to define specific types of use of these places in Latin American cities. For this study, the public spaces of the Plano Piloto Bus Station in Brasília (Brazil) and the Alameda Central in Mexico City (Mexico) were chosen, as they are part of urban complexes recognized as World Heritage Sites by the United Nations Educational and Scientific Organization. and Culture (Unesco), for this reason being more controlled places in terms of use. These are emblematic public spaces in their respective urban complexes. They bring together different types of use and appropriations and are therefore representative of the phenomenon treated in this thesis as the *expropriation violence*. And despite this violence, unforeseen popular and discordant uses continue to occur, especially use intended for work. Informal workers, although are daily threatened by inspectors and the police, continue to carry out their work in these locations. In addition to using bibliographic review, secondary data analysis and direct observation methodologies, 43 interviews were carried out with informal workers in these locations. These workers popularly activate public space by providing products and services to less favored social classes, who can then enjoy public spaces, especially those that are more subject to control, such as the public spaces chosen for this research. Public space, therefore, constitutes part of the used territory, as it is on the one hand a resource for hegemonic agents and in other hand it is a place of demands, resistance and shelter for hegemonized actors. Due to these factors, Geography can understand public space as an *active expression of the territory used*. Valuing this popular activation and the legitimate use of informal workers in public space can contribute to reducing inequalities. Furthermore, informal work plays a fundamental role in supporting underprivileged individuals, who should be considered by institutions and public policies aimed at spaces for collective and diverse use.

**Keywords:** Public space. Used territory. Popular activation. Violence of expropriation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro conceitual que estrutura os eixos da pesquisa.....	16
Figura 2: Escalas e eixos de Brasília .....	465
Figura 3: Pioneiros na construção de Brasília .....	476
Figura 4: Esboço da Plataforma Rodoviária de Lúcio Costa.....	509
Figura 5: Localização da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília – Brasil .....	51
Figura 6: Localização detalhada da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília – Brasil.....	522
Figura 7: Rodoviária do Plano Piloto na década de 1970.....	533
Figura 8: Lúcio Costa sobre a Rodoviária do Plano Piloto .....	544
Figura 9: Passageiros e trabalhadores informais nas proximidades e na Rodoviária do Plano Piloto.....	56
Figura 10: Passageiros e trabalhadores informais nos dias atuais na Rodoviária do Plano Piloto.....	569
Figura 11: Trabalhadores em diferentes partes da Rodoviária do Plano Piloto .....	61
Figura 12: Trabalhador informal na Alameda Central, 2022 .....	633
Figura 13: Planos da Alameda Central do século XVIII.....	655
Figura 14: Mural <i>Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central</i> .....	677
Figura 15: Policiais impedindo a compra e venda de produtos na Alameda Central, 2022...	699
Figura 16: Localização da Alameda Central no centro histórico da Cidade do México – México.....	71
Figura 17: Localização detalhada da Alameda Central da Cidade do México - México .....	72
Figura 18: Índice de Gini dos países latino-americanos (2010 – 2021) .....	81
Figura 19: Índice de Gini de outros países periféricos (2010 – 2021) .....	82
Figura 20: Guarda-chuvas e toalhas são utilizados na venda de artigos diversos na Rodoviária do Plano Piloto .....	963
Figura 21: Trabalhadores informais, suas toalhas e passageiros na Rodoviária do Plano Piloto .....	97
Figura 22: Presença da Semob e da Polícia Militar na Rodoviária do Plano Piloto.....	98
Figura 23: Localização de trabalhadores informais em dias úteis no pavimento superior da Rodoviária do Plano Piloto, 2022.....	99
Figura 24: Localização de trabalhadores informais em dias úteis no mezanino da Rodoviária do Plano Piloto, 2022 .....	99
Figura 25: Localização de trabalhadores informais em dias úteis no térreo da Rodoviária do Plano Piloto, 2022 .....	100
Figura 26: Fluxo de pessoas pela Rodoviária do Plano Piloto e trabalho informal.....	101
Figura 27: Crianças brincando com os jatos d’água na Alameda Central.....	99
Figura 28: Informes sobre as normas e uso da Alameda Central, 2022 .....	100
Figura 29: Localização dos trabalhadores informais em dias úteis .....	102
Figura 30: Localização dos trabalhadores informais nos fins de semana.....	102
Figura 31: Apropriação do espaço público por empresários nas adjacências da Alameda Central .....	103
Figura 32: Hemiciclo de Benito Juárez coberto por tapumes e aberto à visitação .....	109
Figura 33: Perfil geral dos participantes da pesquisa .....	111
Figura 34: Como você faz pra chegar à Rodoviária do Plano Piloto?/¿Cómo hace para llegar a la Alameda Central? .....	114

Figura 35: Onde você mora? Sempre residiu no Distrito Federal?/ ¿Dónde vive? ¿Siempre ha vivido en la CDMX? .....	115
Figura 36: Você considera a Rodoviária do Plano Piloto um lugar seguro para você e para o seu trabalho? /¿Consideras la Alameda Central un lugar seguro para usted y para su trabajo? .....	116
Figura 37: Como você descreveria a atuação do governo em relação ao trabalho informal na Rodoviária do Plano Piloto?/ ¿Cómo describe la actuación del gobierno con relación al trabajo informal en la Alameda Central?.....	118
Figura 38: Diagrama da <i>violência da desapropriação</i> em Patrimônios da Humanidade.....	120
Figura 39: Há quanto tempo trabalha na Rodoviária do Plano Piloto?/¿Hace cuánto tiempo que trabaja en la Alameda Central? .....	126
Figura 40: Como se protege de supervisões (controles) e repressões?/¿Cómo se protege de supervisiones (controles) y represiones? .....	128
Figura 41: Você pretende continuar trabalhando na Rodoviária do Plano Piloto?/¿Pretende continuar trabajando en la Alameda Central?.....	130
Figura 42: Apontamentos importantes e sugestões apresentadas pelos participantes da pesquisa .....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEP	Autoridad del Espacio Público
Agefis	Agência Fiscalizadora
ArqDF	Arquivo Público do Distrito Federal
AutoCAD	Computer Aided Design
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Compact Disk
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
AEP	Autoridad del Espacio Público
Agefis	Agência Fiscalizadora
ArqDF	Arquivo Público do Distrito Federal
AutoCAD	Computer Aided Design
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Compact Disk
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DETRAN	Departamento de Trânsito
GDF	Governo do Distrito Federal
GECIPA	Grupo de Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e mais
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PM	Polícia Militar
SEDUVI	Secretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda de la Ciudad de México
SECyT	Seminario de Espacio Cultura y Turismo
SEMOB	Secretaria de Transporte e Mobilidade
RAs	Regiões Administrativas
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: ESPAÇO PÚBLICO COMO EXPRESSÃO ATIVA DO TERRITÓRIO USADO</b> .....	<b>22</b>
1.1 DA ESFERA PÚBLICA AO ESPAÇO PÚBLICO .....	24
1.2 ESPAÇO PÚBLICO NA GEOGRAFIA .....	34
1.3 ESPAÇO PÚBLICO: EXPRESSÃO ATIVA DO TERRITÓRIO USADO .....	42
<i>1.3.1 Capital Modernista e Plataforma Rodoviária</i> .....	<b>43</b>
<i>1.3.2 Tarde dominical na Alameda Central</i> .....	<b>60</b>
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	74
<b>CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO</b> .....	<b>76</b>
2.1 A CONQUISTA E SEUS EFEITOS: ALGUMAS NOTAS .....	79
2.2 VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO .....	87
2.3 A VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO E OS PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE NA AMÉRICA LATINA .....	91
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	119
<b>CAPÍTULO 3 – ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO NA ALAMEDA (CDMX) E NA PLATAFORMA RODOVIÁRIA (BSB)</b> .....	<b>121</b>
3.1 ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: O QUE É E COMO OCORRE?....	124
3.2 DAS RESISTÊNCIAS À ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO .....	125
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	132
<b>CAPÍTULO 4 – PARA UMA GEOGRAFIA ATENTA ÀS RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO</b> .....	<b>135</b>
4.1 DOS SUJEITOS LENTOS AO PERÍODO POPULAR DA HISTÓRIA .....	140
4.2 PARA A ESFERA PÚBLICA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS ATIVADOS POPULARMENTE .....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>152</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>164</b>

## APRESENTAÇÃO

Este estudo integra o conjunto de pesquisas que são desenvolvidas no Grupo de Cidades e Patrimonialização da América Latina e Caribe (GECIPA/CNPq/UnB), fundado e coordenado pelo Prof. Everaldo Batista da Costa. O grupo, criado em 2011, tem como objetivo discutir e comunicar pesquisas em Geografia e demais ciências sociais sobre a América Latina e o Caribe, preocupado com o entendimento e a mitigação das desigualdades socioespaciais no continente.

Além das leituras e discussões, o grupo também se empenha na difusão do conhecimento científico sobre o continente, a partir da *PatryTer* (Revista Latino-americana e Caribenha de Geografia e Humanidades), fundada em 2017 pelo coordenador do GECIPA e seus orientandos/as de doutorado e mestrado, bem como ex-alunos/as hoje professores doutores em diferentes partes do Brasil. Pela revista, autores de diferentes países latino-americanos divulgam suas produções e denunciam as profundas desigualdades nas cidades-campo da América Latina, desde a Geografia e as Humanidades. O CLUP (Colóquio Latinoamericano sobre Urbanização e Patrimonialização), bianual e itinerante na América Latina, também faz parte de nosso projeto, que se volta para o continente, pautando este recorte regional junto ao Departamento de Geografia da UnB.

Assim, o presente estudo foi influenciado pelos projetos desenvolvidos no âmbito do GECIPA, que exigem, além do rigor científico, uma postura propositiva e para a práxis integradora. Na Geografia, além da postura propositiva, o grupo também busca discutir questões da teoria e do método na disciplina, revisando conceitos e noções empiricamente. Estas atividades fazem com que os estudos geográficos desenvolvidos no âmbito do GECIPA possam estar mais atentos a realidade, enaltecendo a importância da Geografia na compreensão e na proposição de alternativas às desigualdades socioespaciais e à colonialidade/modernidade, bem como seus efeitos presentes e analisados pelo território. A meu ver, esta talvez seja uma parte fundamental da disciplina, por não se restringir apenas a uma crítica que imobiliza. E no que diz respeito aos espaços públicos, a postura crítica deve buscar superar as desigualdades, fornecer alternativas ou propostas que possam melhorar a vida daqueles e daquelas que precisam se apropriar do espaço público para garantir seu sustento.

Este estudo pretendeu compreender como se dá o uso do espaço público latino-americano diante o fenômeno da *violência da desapropriação*. Esta violência estrutural tem origem na conquista dos territórios latino-americanos, e se manifesta pelas ações do poder público que visam definir tipos específicos de uso destes locais nas cidades do continente. Apesar desta violência, o uso popular destes espaços continua a ocorrer. Nesse sentido, a

resistência de sujeitos, sobretudo de trabalhadores informais, nos conduz à compreensão de que os espaços públicos são ativados popularmente. Segundo E. Costa (2016), essa ativação popular decorre da duração situada dos sujeitos – uma alternativa real gerada pela existência dos subalternizados da história latino-americana, que tem no território uma fonte e base de vida.

Por existirem interesses e usos diferentes nos espaços públicos, faz-se apropriado considerar os espaços públicos latino-americanos também como parte do território usado, pois integram o todo em movimento, conforme aponta M. Santos, onde coexistem interesses e ações hegemônicos e contra-hegemônicos. Por esta razão, o espaço público pode ser compreendido geograficamente como *expressão ativa do território usado*.

Esta pesquisa foi realizada ao longo do período em que cerca de 700 mil vidas foram encerradas no Brasil pela covid-19. Boa parte destas mortes poderiam ter sido evitadas não fosse o descompromisso público e com a vida, por parte do Governo de Jair Messias Bolsonaro, cujo discurso desprezava a vida de tantos brasileiros e brasileiras. Este estudo também estava sendo produzido quando o planeta atingia suas maiores temperaturas desde que se tem registro. Ademais, entre 2020 e 2024 foram produzidos diversos filmes e livros com a temática do fim do mundo ou da humanidade. Essa tese, apesar do pessimismo que paira no Brasil e no mundo, opta pela esperança. Uma tese não resolverá todos os problemas do mundo, mas pode viabilizar soluções locais e a manter um cenário de esperança.

Aqui, portanto, consta uma contribuição especialmente para a América Latina – continente cujos países que se encontram na periferia do capitalismo, sendo urgente considerar os usos do território, isto é, o território usado, como ensina Santos (2000, 2005). A operacionalização do conceito nos exige reconhecer as desigualdades e a reivindicação dos periferizados que sobrevivem em um sistema injusto e profundamente desigual.

## INTRODUÇÃO

A produção da Geografia que se dedica ao espaço público já realizou importantes apontamentos em relação a estes locais nas cidades contemporâneas (Banerjee, 2001; Carrión, 2007; Crossa, 2013; Gomes, 2002; 2018; Lima, 2015; Mitchell, 1995; 2017; Serpa, 2007; 2017; Sorkin, 1992; Souza, 2020; Valverde, 2007; 2009). Apesar de serem por definição espaços de uso coletivo e diversificado, espaços públicos possuem normas de uso, limitando práticas e atividades tipicamente populares. No entanto, isto não significa que tais espaços deixem de ser espaços públicos, já que usos populares se impõem, mantendo o seu caráter coletivo (Costa, 2016; 2018; 2017; 2021; Giglia, 2013).

Especialmente na América Latina, mesmo em espaços públicos que integram conjuntos urbanísticos tombados ou reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, os usos populares permanecem, adquirem visibilidade e garantem que classes sociais distintas possam desfrutar destes lugares.

Uma abordagem geográfica dos espaços públicos necessita ir além das previsões e utopias que o compreendem como espaço idealizado, mas sim habitado, construído e produzido. O espaço público, nesse contexto, é onde se concretizam as ações políticas (Valverde, 2007), e são criados vínculos identitários, que envolvem a concretização da vida em diferentes escalas, que resultam das experiências dos sujeitos (Costa, 2017; Sousa, 2020). Segundo Serpa (2007), o espaço público também revela as contradições sociais, por ser ocasionalmente um espaço de uso limitado, embora entendido como coletivo. É no espaço público que os sujeitos desenvolvem as ações que garantem a dimensão política e simbólica da vida urbana cotidiana.

O espaço público, entendido como espaço de ação política ou da possibilidade desta ação, e da reprodução de ideias distintas de subjetividade, cultura e percepções constitui-se como um espaço ativado pelos sujeitos que dele se apropriam (Costa, 2017). Esta ativação é o que faz com que o espaço público seja efetivamente o que é. Diante disso, é possível compreender o espaço público como *expressão ativa do território usado*, por representar a participação e resistência popular (Costa, 2017), e ser simultaneamente a base material onde a vida se concretiza, criando continuamente funções diversas ao longo do tempo (Santos, 2000). Ademais, forma e conteúdo se imiscuem e sua indissociabilidade adquire visibilidade e publicidade, expressando a própria esfera pública das respectivas sociedades em que se inserem.

O fenômeno da violência influencia a dinâmica dos usos do espaço público, limitando práticas e interações sociais que se expressam pela redução do uso coletivo e também pela resistência de certos tipos de uso nestes locais. A violência faz parte da história da América



Latina, onde grupos que foram subalternizados e periferizados, de certa forma, sofrem até os dias de hoje com as desigualdades forjadas desde a conquista dos territórios dos países do continente (Costa & Moncada, 2021; Galeano, 1998; Quijano, 2005). Assim, a violência pode ser identificada como algo institucional, que emerge das ações do poder público. Podemos citar diferentes tipos de violência, porém nos espaços públicos e sobretudo, nos locais escolhidos para este estudo, observa-se um fenômeno comum que aqui chamaremos de *violência da desapropriação*, que recai, principalmente, sobre trabalhadores informais.

Trata-se de um conjunto de estratégias e ações do poder público que buscam constranger ou limitar o uso do espaço público por determinados grupos e suas práticas. Este tipo de violência objetiva definir usos específicos nestes espaços, tornando-os locais controlados, com normas específicas de uso e apropriação. Esta pesquisa foi realizada no Brasil e no México (onde a pesquisadora realizou um período de estância, na Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, em 2022). E a escolha destes países para a realização da tese se deu por algumas razões específicas.

O Brasil é o país de origem e experiência concreta da pesquisadora, o que contribui para um olhar mais assertivo sobre os espaços públicos em seu contexto. O México foi decidido por ser um país no qual os espaços públicos são reveladores de diferentes aspectos socioeconômicos. Uma das características mais marcantes do uso do espaço público deste país é a prática do trabalho informal em boa parte das ruas das cidades mexicanas. Além disso, é o país latino-americano com o maior número de Patrimônios da Humanidade reconhecidos pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura) na América Latina, tendo também um número significativo de conjuntos urbanísticos reconhecidos e declarados por esta entidade<sup>1</sup>. Nestes conjuntos urbanísticos e edificados são encontrados espaços públicos bastante controlados, que possuem até mesmo informes sobre suas normas de apropriação, como ocorre com a Alameda Central da Cidade do México (Gutiérrez-Hernández, 2017).

Nestes países, elegemos suas respectivas capitais federais, cujos sítios urbanísticos foram reconhecidos como Patrimônios da Humanidade em 1987, pela Unesco<sup>2</sup>. São cidades com história e características diferentes, mas onde, em relação a seus espaços públicos, o fenômeno da *violência da desapropriação* é latente. No caso da Cidade do México original,

---

<sup>1</sup> São ao todo 50 patrimônios da humanidade reconhecidos pela Unesco apenas no México e 23 reconhecidos no Brasil. México e Brasil são os países com maior número de bens declarados por esta instituição na América Latina. Ver <https://whc.unesco.org/>.

<sup>2</sup> Ver dossiê 412 (<https://whc.unesco.org/en/list/412>) e dossiê 445 (<https://whc.unesco.org/en/list/445>) no site da entidade.

que é chamada comumente de centro histórico, práticas e apropriações do espaço público são evitadas ao longo de vários anos (Delgado, 2009). Após o reconhecimento do conjunto como Patrimônio da Humanidade, as desapropriações se tornaram mais intensas e rotineiras.

Brasília, capital federal brasileira, eclode em um contexto de desigualdade socioespacial do Brasil que a influência moderna da arquitetura não foi capaz de solucionar (Costa & Steinke, 2014; Holston, 1993; Niemeyer, 2006). É reveladora de uma desigualdade que se materializa no controle de seus espaços públicos, integrantes de um conjunto declarado Patrimônio da Humanidade antes mesmo de outros locais que foram pensados e construídos no século XX, produtos da experiência moderna (Vianna, 2017).

Nestas capitais, os espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto e da Alameda Central desempenham um papel de centralidade e importância histórica inigualável em seus respectivos contextos (Cordero, 2012; Costa, 2018; Giglia, 2013; Gutiérrez-Hernández, 2017; Holanda, 2020; Pérez-Bertruy, 2019; Rossetti, 2010). As estratégias de controle e repressão examinados nos dois espaços públicos são semelhantes e podem ser identificados em outras cidades do continente, por integrarem conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônio da Humanidade. Neste contexto patrimonial, o controle do território, especialmente, dos espaços públicos, é mais evidente. E apesar disso, examina-se a resistência e usos populares que garantem a ativação popular destes locais (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021).

A Rodoviária do Plano Piloto de Brasília foi construída durante a década de 1960, sendo o marco-zero da mais recente capital federal do Brasil. Foi idealizada por Lúcio Costa (arquiteto e projetista responsável por todo o projeto da construção de Brasília), para ser algo como a Picadilly Circus de Londres, a Times Square, de Nova Iorque e em algo que se assemelhasse a experiência espacial da Champs Elysées, de Paris (ArqDF, 1991; Rossetti, 2010). O tom popular do local contestou esta expectativa (Holanda, 2020), e fez da Plataforma Rodoviária um dos principais locais apropriados pelo trabalho informal em todo o conjunto urbanístico do Plano Piloto. Contudo, o controle da apropriação que se dava sobre o Plano Piloto desde os anos iniciais de construção da capital foi se intensificando, principalmente após o reconhecimento do conjunto urbanístico como Patrimônio da Humanidade em 1987. As tentativas de deslocamento, repressões, confiscos de mercadoria são bastante antigas, conforme salienta Raposo (2019). Mas, apesar disso, os trabalhadores informais permanecem no local, garantindo sua renda e resistindo de maneira própria às repressões. A Plataforma Rodoviária tem sido local de constante policiamento e repressão de trabalhadores informais por parte do GDF (Governo do Distrito Federal). Em 2023, o local foi concedido à iniciativa privada para

obras, reformas, ampliação, gestão e exploração do local (Giovanni, 2023) sob o argumento de que o governo seria incapaz de lidar com as problemáticas de infraestrutura e insegurança deste espaço público.

Semelhantemente, a Alameda Central da Cidade do México é considerada o parque mais antigo da América Latina (Pérez-Bertruy, 2019). Construída em 1592, a Alameda era originalmente um espaço público destinado ao ócio e recreio da classe mais abastada da Capital da Nova Espanha. Ao longo dos anos, foi adquirindo novas funções e apropriações, sendo principal espaço público de manifestações políticas e eventos cívicos, conforme aponta Pérez-Bertruy (2019). Com o passar dos anos, a apropriação popular, sobretudo a apropriação do trabalho informal, contribuiu para a sua ressignificação. O reconhecimento do centro histórico da Cidade do México como Patrimônio da Humanidade, em 1987, fez com que todo o conjunto urbanístico da Cidade do México original fosse objeto de controle e afastamento de atividades tipicamente populares, como o trabalho informal. A Alameda Central, principal espaço público integrante deste conjunto urbanístico, se tornou um espaço público voltado ao turismo, com diferentes regras e condições de uso e apropriação que são anunciados por avisos que hoje existem em toda a extensão do parque (Gutiérrez-Hernández, 2017). O policiamento ostensivo é uma constante em todo o passeio público, o que evidencia o controle e a desapropriação, em especial, destes trabalhadores. Contudo, estes sujeitos continuam trabalhando em áreas específicas da Alameda, observando o movimento e evitando o confisco de suas mercadorias e repressões contra seu trabalho.

Apesar das estratégias e tentativas de constranger certos usos do espaço público, consideramos que a desapropriação e a apropriação coexistem. Isto é, embora exista a *violência da desapropriação*, a apropriação dos espaços públicos, maiormente latino-americanos, continua a ocorrer. Por isso, o **objetivo geral** deste estudo foi **compreender o uso do espaço público diante do fenômeno da *violência da desapropriação* na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e na Alameda Central da Cidade do México (México)**. E os **objetivos específicos** foram:

- a) Apresentar a proposta de compreensão do espaço público *como expressão ativa do território usado* na América Latina;
- b) Compreender o fenômeno da *violência da desapropriação* no contexto dos países latino-americanos;
- c) Compreender o uso do espaço público diante da *violência da desapropriação* na Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) e na Alameda Central (Cidade do México);

- d) Propor ações e sugestões para a permanência da ativação popular do espaço público latino-americano.

É importante salientar que, neste estudo, a compreensão da *violência da desapropriação* se deu a partir da apropriação do espaço público pelo trabalho informal. A escolha deste tipo de apropriação se deu pelo fato desta pesquisa buscar a compreensão do uso do espaço público na América Latina. A região concentra uma alta taxa de desemprego e uma profunda estratificação social (Galeano, 1998; Quijano, 2005), o que significa que os países que a integram são países periféricos. Nestes países, de economia dependente, se nota a existência daquilo que Milton Santos (2018) chama de “circuito superior e inferior da economia”. O circuito superior existe a partir de uma racionalidade hegemônica, detentora das técnicas cada vez mais avançadas. O inferior diz respeito à resistência dos sujeitos que participam da economia, mas de maneira própria e contra hegemônica. Este último circuito tem relação com os “homens lentos”, que o autor cita em outros trabalhos (Santos, 2017; 2012). Assim, o trabalho informal, que integra o circuito inferior da economia, funciona como uma alternativa para inúmeros sujeitos que, apesar de subalternizados, participam da economia resistindo do seu próprio modo. É nos espaços públicos que estes sujeitos realizam seu trabalho e garantem sua ativação popular (Costa, 2016; 2017), por permitirem o usufruto de diferentes classes sociais, especialmente de espaços públicos pertencentes a conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, como nos casos aqui averiguados.

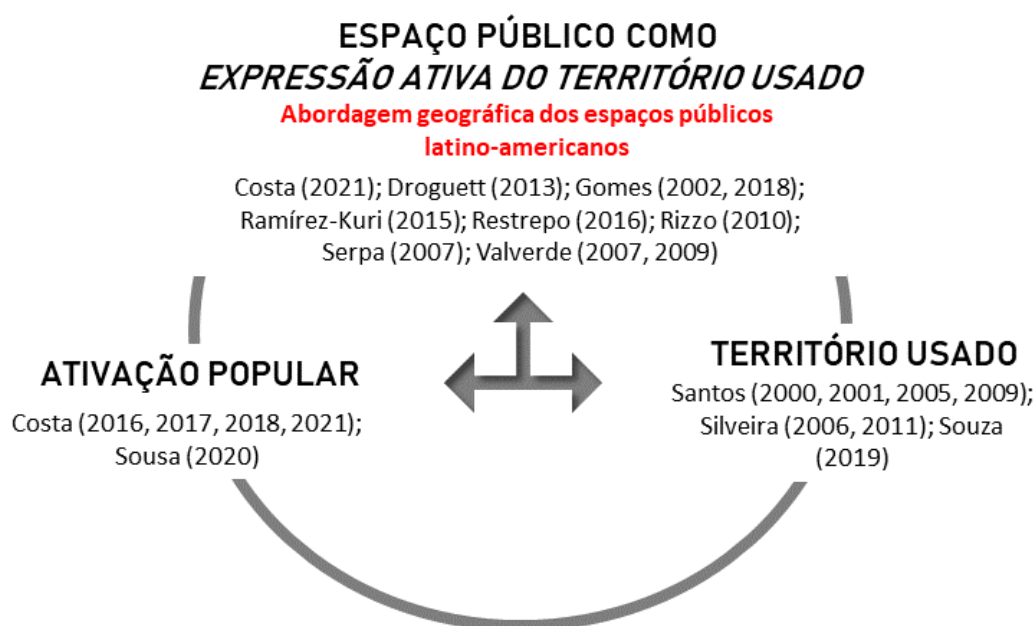
Não seria apropriado compreender o fenômeno que estudamos nesta pesquisa, isto é, a *violência da desapropriação*, como algo inédito e recente. Os antecedentes históricos dos episódios de violência hoje encontrados na região da América Latina, apontam que a *violência da desapropriação* compõe o retrato de uma sociedade que foi erigida pela conquista e pela resistência à mesma, como ensinam Costa & Moncada (2021). Diante disso, a hipótese principal que fundamenta este estudo é a de que **a *violência da desapropriação* é um fenômeno que interfere sobre as apropriações e interações sociais no espaço público, mas não impede a ativação popular destes locais pelo sujeito.**

Apesar de diversos fatores contribuírem para o desprestígio dos espaços públicos (Banerjee, 2001; Carrión, 2007; Crossa, 2013; Lima, 2015; Sorkin, 1992), estes são locais de reivindicação política e de convívio social (Gomes, 2002; 2018; Mitchell, 1995; 2017; Souza, 2020; Valverde, 2007; 2009), sobretudo na América Latina, onde sujeitos se apropriam do espaço público inclusive para garantir renda. Sua existência, como parte do espaço geográfico, é dinâmica, sendo ressignificada e redefinida ao longo do tempo. Esta compreensão do espaço

público se fundamenta por meio de uma abordagem geográfica, que incorpora o conceito de território usado decorrente da produção de Milton Santos (2000, 2001, 2005, 2009) e a noção de ativação popular do espaço público proposta por Costa (2016; 2017; 2018; 2021) como ilustra a figura 1.

### Figura 1

Quadro conceitual que estrutura os eixos da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora.

A escolha do conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira, 2006, 2011; Souza, 2019) e da noção de ativação popular do espaço público (Costa, 2017, 2018, 2021) se deu pela revisão empírica fundamentada, por uma abordagem específica do tema de pesquisa. A simultânea abordagem crítica e existencialista aqui adotada está presente nas discussões e produções do Grupo de Pesquisa de Cidades Patrimonialização na América Latina e Caribe – GECIPA/CNPq, que partem da proposta de diálogo de métodos realizadas desde a Geografia, também por Costa (2017, 2018, 2021), Costa & Suzuki (2012), Costa & Scarlato (2019), Scarlato & Costa (2017), Serpa (2017). Diante da compreensão de que o espaço público se constitui de diferentes tipos de apropriação, espontaneidade e interesses divergentes, a adoção da noção de ativação popular se faz apropriada e explicativa da situação em que se encontram não apenas os espaços públicos elegidos para esta pesquisa como também os espaços públicos latino-americanos de maneira geral. E a partir da constatação do fenômeno da *violência da desapropriação* nestes locais, nos parece apropriado reconhecer as resistências e

apropriações que continuam a ocorrer e ressignificar os espaços públicos, apesar da pretensão de seu controle. Neste sentido, o conceito de território usado, incorpora o movimento do todo, que explica suas partes, sendo mais do que a soma delas (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009, 2017). E este movimento, que neste caso é proporcionado pela dialética entre apropriação e desapropriação no espaço público, nos permitirá vislumbrar e alcançar uma análise geográfica que possa ajudar a compreender o uso do espaço público, a partir das duas experiências eleitas na América Latina.

Para esta pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica, análise documental, observação direta e entrevista. A revisão bibliográfica realizada se deu sobre a produção dedicada à esfera pública, os espaços públicos de maneira geral, e sobre os espaços públicos na Geografia. Foram revisadas também produções dedicadas à temática dos patrimônios de maneira geral, e especificamente, sobre os locais elegidos para a realização deste estudo.

A análise documental se deu tanto com fontes primárias quanto secundárias. Foram utilizadas fotografias, gráficos e mapas produzidos ao longo da pesquisa (derivados ou dados empíricos), assim como documentos, isto é, decretos publicados em diários oficiais e fotografias obtidas em arquivos públicos, que revelam aspectos importantes sobre os locais elegidos para o estudo.

A observação direta e as entrevistas foram uma parte fundamental da pesquisa por constituir justamente a revisão empírica da proposta de compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado*. Conforme destacado por Costa & Scarlato (2019, p. 648), “[...] el trabajo de campo es la fuente que vivifica la singularidad geográfica [...]”, e é justamente por ele que se revisa a teoria e os conceitos que dela decorrem, sobretudo na Geografia, como destacam os autores.

A observação direta foi realizada no âmbito do doutorado acadêmico em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), com período de estância (doutorado sanduíche) na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), de agosto a novembro do ano de 2022. O período de permanência no México permitiu a visita à Alameda Central e o acesso ao acervo bibliográfico da Biblioteca Central, da Hemeroteca Nacional Digital de México e da Biblioteca do Instituto de Geografía da UNAM.

O projeto da pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) da Plataforma Brasil. Foram realizadas ao todo 43 entrevistas (21 na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília e 22 na Alameda Central da Cidade do México), com

trabalhadores informais nos respectivos espaços públicos decididos para este estudo. Nos locais elegidos para a pesquisa temos diferentes trabalhadores informais. São artesãos, tarólogos, engraxates, vendedores ambulantes, comerciantes fixos, crianças, jovens, adultos, idosos, indígenas, homens e mulheres. A diversidade de trabalhadores informais nos locais exigiu uma busca pela totalidade nas diferentes experiências e apropriações do espaço público destinadas à realização do trabalho. Além disso, foi importante entrevistar trabalhadores que se encontravam em diferentes partes destes locais, a fim de identificar as diferentes estratégias de permanência. A quantidade de entrevistas foi decidida justo por estes aspectos.

Os participantes, conforme decidido no projeto apresentado ao Comitê de Ética, não foram identificados. Os nomes foram substituídos pelos termos Participante 1, Participante 2 e Participante 3, por exemplo.

O instrumento de entrevistas foi pensado e baseado na apreensão de como os trabalhadores informais lidam com as estratégias e ações do poder público que buscam afastá-los destes locais. A entrevista semiestruturada tem como diferencial a existência de um roteiro flexível de perguntas que se adequam ao longo da entrevista. Este foi o tipo de entrevista utilizado nesta pesquisa. Todos os trabalhadores informais que participaram foram entrevistados enquanto realizavam seu trabalho nas adjacências e nos respectivos espaços públicos elegidos para este estudo, na Rodoviária do Plano Piloto e na Alameda Central.

O roteiro de entrevistas foi dividido em três partes. Esta estrutura foi pensada alcançar a confiança destes trabalhadores. Ou seja, as três partes decididas no roteiro têm relação com a busca pelo *rapport*<sup>3</sup>, ou confiança do entrevistado (Silva et al, 2006). Os participantes da pesquisa foram abordados inicialmente com a compra de seus produtos ou contratação de seus serviços, para que não se sentissem ameaçados ao serem convidados a participar da pesquisa. A abordagem foi realizada de modo a eliminar qualquer suspeita de que a pesquisa iria contribuir para retirá-los do espaço público ou constituir uma forma de ameaça contra o trabalho que exercem.

O primeiro grupo de questões tem relação com o uso do espaço público pelo(a) trabalhador(a) informal. O segundo grupo de questões busca identificar a *violência da desapropriação* que acomete os trabalhadores informais na Rodoviária do Plano Piloto (Brasília – Brasil) e na Alameda Central (Cidade do México – México). O terceiro grupo de questões do instrumento de entrevistas busca compreender como, apesar da *violência da desapropriação*, os trabalhadores informais permanecem trabalhando nestes locais. Ao final da entrevista, o

---

<sup>3</sup> A expressão significa “criar uma relação”.

participante poderia decidir sobre o fornecimento de um contato, para mais informações que pudessem apoiar na compreensão do uso deste espaço público (ver anexos).

No grupo de questões relacionadas ao uso do espaço público, o trabalhador informal é levado a caracterizar e descrever o espaço público onde trabalha, há quanto tempo trabalha, como faz para acessar o local cotidianamente e onde reside. Essas questões foram definidas para compreender a percepção de maneira geral do espaço público pelos trabalhadores informais. Além disso, buscou-se identificar as dificuldades ou facilidades de acesso a estes espaços públicos por eles, pois também é questionado como fazem para chegar ao local e onde residem. Alguns trabalhadores informais relatam que moram em outras regiões, outros estados, ou passam as noites nas imediações em locais inseguros. Esse dado nos permite verificar que a *violência da desapropriação* pode se estender a estas dificuldades de deslocamento e permanência nestes espaços públicos. O fato de residirem em outros locais nos revela que os conjuntos urbanísticos dos quais estes espaços públicos fazem parte não são locais de residência da classe trabalhadora, essencialmente informal, confirmando o que a vasta literatura discute sobre ambos os locais.

O segundo grupo de questões versa sobre a violência e insegurança que os trabalhadores sentem nestes espaços públicos. É questionado se o trabalhador se sente seguro e como se sente em relação a fiscalização. Ademais, busca-se se saber qual a percepção destes trabalhadores em relação a atuação do poder público no local. Este questionamento permite verificar se o poder público, apoiado por empresários, está interessado em sanar problemas ou mesmo evitar a presença dos trabalhadores informais nestes espaços públicos.

O terceiro e último grupo de questões tem relação com uma das hipóteses da pesquisa de que apesar da *violência da desapropriação*, os trabalhadores informais continuam ativando o espaço público e contribuindo para sua releitura sobre estes ambientes comuns, especialmente pela Geografia. Nesse sentido, as questões buscam compreender como os trabalhadores lidam com a fiscalização, as repressões, confiscos e ameaças que ocorrem nesses locais. A última questão do roteiro busca justamente saber se estes trabalhadores pretendem continuar trabalhando ali, apesar de haver ou não o que chamamos na pesquisa de *violência de desapropriação*.

Por fim, é questionado se o participante da pesquisa gostaria de comentar algo mais. O objetivo é garantir que a entrevista se estenda para detalhes que não foram fornecidos exatamente pelas questões.



A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a proposta de compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado*, como uma possibilidade de entendimento do tema desde a Geografia. Para isso, apresentamos considerações de diferentes áreas do conhecimento sobre a esfera pública, sobre o espaço público, e sobre a temática na Geografia, destacando a importância de uma abordagem crítica e existencialista sobre o uso do espaço público na América Latina, operacionalizando o conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira, 2006, 2011; Souza, 2019) e a noção de ativação popular (Costa, 2016, 2017, 2021; Sousa, 2020).

No segundo capítulo, se discute o fenômeno da *violência da desapropriação* como um resultado de conjunto de violências investidas na conquista do território dos países da América Latina. Também se dá o devido destaque a situação da *violência da desapropriação* nos locais reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, onde os controles da apropriação se tornam mais evidentes.

No terceiro capítulo, se discute como se dá a ativação popular a despeito da *violência da desapropriação*, o que nos permite de fato confirmar o fato do espaço público latino-americano constituir *expressão ativa do território usado*. As estratégias de permanência por parte dos trabalhadores informais são neste capítulo apresentadas.

O quarto capítulo versa sobre a importância dos espaços públicos para as cidades de maneira geral, e especialmente, para as cidades latino-americanas. Estes são espaços de trabalho e resistência que devem ser reconhecidos pelas políticas públicas devido às possibilidades e potencialidades que inspiram (Santos, 2017; Burgos, 2015).

As conclusões deste estudo acrescentam algumas considerações importantes sobre os espaços públicos e seus usos na América Latina. De início, é importante mencionar que os espaços públicos no continente são fundamentais para a garantia do sustento de boa parte da população, devido à existência dos dois circuitos da economia (Santos, 2018; Santos, 2021; Costa et al., 2022a; Costa et al., 2022b). A apropriação dos espaços públicos no continente, portanto, se dá de maneira específica, e estas particularidades é o que justificam a pesquisa nesta temática. Outra informação pertinente é o fato de que o trabalho informal na América Latina, conforme já defendido por Santos (2018), poderia ser reconhecido efetivamente como parte da economia dos países da região, tendo sua prática permitida e considerada como uma parte importante da constituição dos espaços públicos, sobretudo naqueles que se encontram em locais turísticos e reconhecidos como patrimônio. Ademais, foi verificado que o trabalho informal contribui para a ativação popular própria dos espaços públicos, na medida em que

garante que diferentes classes sociais e pessoas diversas possam usufruir e se apropriar do espaço público, garantindo, assim, a sua condição pública. Nesses termos, é seguro dizer: todos os espaços públicos para serem o que são, necessitam e prescindem de uma ativação popular, o que ocorre nos locais decididos para este estudo.



Autoria: Monique Renne. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/alameda-central-197-5407-l.html>

# **CAPÍTULO 1: ESPAÇO PÚBLICO COMO EXPRESSÃO ATIVA DO TERRITÓRIO USADO**

Existe uma vasta produção bibliográfica, inclusive internacional que se dedica a compreensão do espaço público e seu uso. O debate que veremos, já alcança cerca de duas décadas e dialoga com os temas de cidadania, manifestação política e democracia. Desse modo, é seguro argumentar que este é um tema de profunda importância social.

O presente capítulo se divide em três partes. A primeira trata da relação entre esfera pública e espaço público, por meio das obras de Habermas (1984), Arendt (1994) e Sennett (2014). Além disso, são discutidas considerações sobre o espaço público tanto sobre o seu declínio (Banerjee, 2001; Carrión, 2007; Crossa, 2013; Davis, 2009; Lima, 2015; Sorkin, 1992;) quanto sobre sua permanência nas cidades contemporâneas (Costa, 2021; Crawford, 1995; Gomes, 2002, 2018; Mitchell, 1995, 2017; Souza, 2018, 2020; Valverde, 2007, 2009).

A segunda parte deste capítulo, enfoca a produção geográfica sobre os espaços públicos. Nessa etapa, estabelecemos diálogo sobre o que dizem os geógrafos e geógrafas sobre a temática e apresentamos especificidades da América Latina (Droguett, 2013; Ramírez-Kuri, 2015; Rizzo, 2010) que inspiram uma releitura do tema no campo geográfico.

Na terceira parte, apresentamos a proposta de compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado*. Os espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto (Brasília – Brasil) e da Alameda Central (Cidade do México – México) são exemplos práticos que justificam a releitura sobre o tema, especialmente no que diz respeito aos espaços públicos de cidades latino-americanas. Posto que, o espaço público entendido como *expressão ativa do território usado* permite apreender desigualdades na cidade que são singularizadas e evidenciadas na concretização de seu uso (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021; Santos, 2000, 2005).

A figura que abre este capítulo é uma fotografia de uma das laterais da Alameda Central da Cidade do México onde se pode encontrar pessoas caminhando nas proximidades de lojas, hotéis e restaurantes. O espaço público da Alameda Central, portanto, se configura como uma expressão ativa do território usado, por ser recurso para agentes hegemônicos e abrigo para os sujeitos desprestigiados. No caso da Alameda Central (um dos espaços públicos eleitos para esta pesquisa), os agentes hegemônicos são representados pelos representantes locais e empresários do ramo imobiliário e do ramo do turismo.

## 1.1 DA ESFERA PÚBLICA AO ESPAÇO PÚBLICO

As produções de Jürgen Habermas, Hannah Arendt e Richard Sennett sobre a esfera pública são as que mais repercutiram sobre a compreensão do espaço público contemporâneo e o seu uso. Nos parágrafos subsequentes, nos ateremos ao que foi defendido pelos autores sobre a esfera pública.

Em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, publicado na década de 1960, Habermas introduz o debate sobre a esfera pública – que surge da emergência de uma sociedade burguesa. O fim do Antigo Regime e a formação de uma sociedade capitalista marcam profundamente a sociedade, gerando duas diferentes esferas, a esfera pública e a esfera privada.

Para Habermas é apropriado dizer que o público se opõe ao privado. Mas esta oposição é bastante peculiar, na medida em que o acesso ao público é condicionado à vida privada. Ou seja, participam da esfera pública aqueles que dispõem de boas condições em suas vidas particulares. “Só a luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (Habermas, 1984, p. 16).

Apesar da distinção entre público e privado, Habermas considera que ambas as esferas não podem ser consideradas um par dialético. Para Habermas, elas estão ligadas pela representação. Um nobre carrega seu título tanto na esfera privada quanto na esfera pública. E é na esfera pública que seu título lhe garante poder e *status*. A diferença entre as duas esferas, portanto, é o grau de visibilidade e de publicidade (*öffentlichkeit*).

A esfera pública, neste sentido, é onde se instaura o debate, porém, segundo Habermas, com algumas ressalvas importantes. A participação na esfera pública, segundo o autor, está condicionada ao consumo e de certa forma, ao acesso ao poder aquisitivo. Isto pois, a esfera pública burguesa estava, até o século XIX, relacionada à frequência dos cafés e da produção literária. Com o aprofundamento das novas relações capitalistas, até mesmo a produção literária foi mercantilizada, convertendo-se em parte de uma cultura de massa. O autor lamenta que, assim, os meios e locais que seriam apropriados ao debate, e que fundamentam a esfera pública, estariam perdidos. Em suas palavras:

[...] a cultura de massas recebe seu duvidoso nome exatamente por conformar-se às necessidades de distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo, ao invés de, inversamente, formar o público mais amplo numa cultura inata em sua substância (Habermas, 1984, p.295).

A literatura, tornada parte da cultura de massa, está mais vinculada ao entretenimento, e menos ao debate que seria elemento fundamental de uma esfera pública genuína. Nesse

sentido, o autor questiona se de fato a esfera pública burguesa pode ser considerada tal, já que dela poucos participam, e nos termos como participam, parece nem mesmo existir.

É importante destacar que Habermas analisa a esfera pública pela relação existente entre sociedade e Estado. Existem outras formas de compreender a esfera pública que não foram esclarecidas em sua obra. Isso contribuiu para críticas importantes sobre sua produção dedicada a este tema.

Uma crítica contundente ao debate que Habermas fundamenta sobre a esfera pública foi feita por Nancy Fraser. A autora argumenta que a ideia de esfera pública apresentada por Habermas é insatisfatória para a compreensão da democracia e da sociedade contemporâneas. Para a autora, a esfera pública; “[...] is the space in which citizens deliberate about their common affairs, hence, an institutionalized arena of discursive interaction [...]”<sup>4</sup> (Fraser, 1990, p.57). Sob esse viés, Fraser ultrapassa o entendimento de que a esfera pública é apenas onde os acontecimentos, ideias, intenções se tornam públicas. Ela incorpora o entendimento de que a esfera pública é também local do qual pessoas com interesses comuns e destoantes interagem e podem promover consenso.

Fraser também nos lembra que a utopia da esfera pública nunca se concretizou de fato. Ao teorizar sobre ela, Habermas critica a esfera pública burguesa, mas não apresenta uma esfera pública distinta, capaz de integrar todos de maneira comum. Além disso, o autor tece críticas a esta esfera pela sua capacidade de exclusão como se em algum momento anterior na história, as pessoas pudessem participar efetivamente do debate, da publicidade, ou seja, da esfera pública propriamente dita. Sobre isso, Fraser é assertiva;

[...]this network of clubs and associations-philanthropic, civic, professional, and cultural-was anything but accessible to everyone. On the contrary, it was the arena, the training ground, and eventually the power base of a stratum of bourgeois men, who were coming to see themselves as a "universal class" and preparing to assert their fitness to govern<sup>5</sup> (Fraser, 1990, p.60).

Fraser debate e critica o fato de a esfera pública ter sempre sido idealizada e pensada por homens, especialmente brancos, cujo acúmulo de privilégios impediu reconhecer a exclusão de outras pessoas do debate. Mulheres, negros, e diferentes grupos étnicos, que constituem

---

<sup>4</sup> “[...] é o espaço em que se decide sobre seus assuntos comuns, portanto, uma arena institucionalizada de interação discursiva”.

<sup>5</sup> “[...] esta rede de clubes e associações filantrópicas em termos cívicos, profissionais e culturais, foi qualquer coisa menos acessível a todos. Pelo contrário. Foi a arena, o campo de treinamento, e eventualmente, a base do poder da classe burguesa masculina, que via a si mesma como uma “classe universal”, que afirma sua aptidão para o governo”.

minorias políticas<sup>6</sup> não participam da esfera pública burguesa, e tampouco, são considerados na obra de Habermas. É apropriado considerar a disputa como algo inerente a própria esfera.

Esta consideração sobre a esfera pública como um local de disputa, será retomada nos próximos tópicos deste capítulo, uma vez que muitos estudos que se dedicam e se dedicaram ao espaço público, reconhecem que ele é de fato um local de disputa – não sendo possível concebê-lo como local inerte, passível de idealizações, ou de uma visão etérea sobre seu uso.

Fraser afirma que os teóricos deveriam considerar a existência de mais de uma esfera pública. Uma única seria incapaz de contemplar a multiplicidade e a diversidade inerentes à sociedade, especialmente, à sociedade contemporânea. Isto está de acordo com o que propôs Hannah Arendt, já em meados do século XX.

Em “A condição humana”, Arendt se dedica a compreensão do que é a humanidade. Isto é, dedica-se ao que constitui o ser humano, ou ao que o distingue dos demais seres vivos. A autora retoma atividades humanas descritas em obras filosóficas anteriores, como as obras de Santo Agostinho e de Sócrates.

Para acrescentar o debate sobre o que fundamenta a condição humana, a autora argumenta que existem três atividades distintas e fundamentais que caracterizam a vida humana; o labor, o trabalho e a ação. O labor corresponde ao processo biológico que garante a própria vida humana. Fazem parte deste processo o metabolismo, as necessidades vitais e o crescimento espontâneo, por exemplo. O trabalho é a atividade que produz “coisas” artificiais<sup>7</sup>, que modificam a relação do ser humano com o mundo, e do ser humano com outros seres humanos. A frase de Winston Churchill é bastante apropriada à esta situação: “We shape our buildings and afterward our buildings shape us<sup>8</sup>”. O trabalho equivale a técnica, para a Geografia. A ação é a atividade que se realiza entre seres humano, sem intermédio. Corresponde, portanto, a atividade política - capacidade de agir em conjunto, em uníssono, conforme em Arendt (1994). Esta atividade humana garante a existência das esferas pública e privada.

A autora, ao longo da obra sustenta a proposta de que, para a existência de uma sociedade mais democrática, é necessária a coexistência das esferas pública e privada, diferente do que ocorre na modernidade. Neste momento da humanidade, esfera pública e privada estão

---

<sup>6</sup>É necessário considerar que minorias políticas nem sempre são minorias em termos populacionais. As mulheres são a maioria dentro da população brasileira, por exemplo. Mas a representação de sua existência no campo político é ainda minoritária. Justamente por isso, é mais apropriado considerar que o que existe são, em verdade, minorias políticas.

<sup>7</sup> Na obra de Santos (2012) seria mais adequado chamar tais “coisas” de “objetos”, já que coisas são naturais e objetos são sempre artificiais ou apropriados pelo ser humano.

<sup>8</sup> “Nós moldamos nossas criações, e então, nossas criações nos moldam”.

em desequilíbrio – a esfera privada tem sido mais valorizada, e a esfera pública está sendo suplantada por uma outra esfera: a esfera social.

A distinção entre a esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional (Arendt, 2007, p.37).

Esta esfera social se apresenta na era moderna como um resultado da desvalorização da atividade humana da ação, em detrimento do comportamento. Em outras palavras, a ação foi enfraquecida na era moderna, devido ao surgimento de uma sociedade de massas. O comportamento condicionado substitui a ação. Para exemplificar, basta imaginar que em um espaço público, embora diferentes sujeitos utilizem do mesmo local, a relação social que se estabelece é mais ligada a um comportamento esperado, do que uma articulação política.

Na era moderna,

Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusiva do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (Arendt, 2007, p.50).

Para a autora, o surgimento da era moderna, com seu novo ritmo de produção e seus novos valores, corromperam a esfera pública. A diversidade de posicionamentos, gerações e percepções, como sustenta a autora, é corroída no momento histórico em que o comportamento se torna mais importante que a ação - uma das atividades que fundamentam a condição humana. Assim como Habermas então, Arendt admite que há um enfraquecimento da esfera pública, porque os elementos desta época minam a articulação política. Mas o diferencial de sua obra é que a esfera pública é examinada de uma maneira mais ampla, destacando não apenas a relação entre a sociedade e o Estado, mas citando a relação entre sujeitos, e entre grupos.

A autora também lamenta que o contexto da era moderna tenha feito com que haja um “divórcio” entre conhecimento e pensamento. Para a autora, este talvez seja um dos maiores pesares e desafios dos séculos XX e XXI. Como superar a possibilidade de produzir um conhecimento desumano?

Assim como Habermas e Arendt, Richard Sennett discorre sobre a esfera pública apontando sua decadência. Em “O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade”, a tese de Sennett é de que com o fim do Antigo Regime e a formação de uma nova cultura urbana, capitalista, a vida pública tornou-se esvaziada. E, por outro lado, a vida privada e pessoal



tornou-se mais importante. Nesse cenário, “[...] o capitalismo industrial sozinho fez com que o domínio público perdesse legitimidade e coerência” (Sennett, 2014, p.39).

O subtítulo da obra tem a ver com o fato de a intimidade ocupar cada vez mais espaço na modernidade, ofuscando a esfera pública. Esta valorização da intimidade, e enfraquecimento da esfera pública tem reduzido as possibilidades de cooperação.

A participação na esfera pública, na modernidade, passa a ser um ônus, um esforço, que muitos sujeitos tendem a rejeitar. Esta diligência pode ser comparada ao esforço que os atores e atrizes fazem ao interpretar papéis. Houveram teóricos, especialmente da psicologia, que acreditaram haver um adoecimento mental associado a este fenômeno. Estes propuseram saídas terapêuticas, o que segundo Sennett, seria completamente ineficaz, já que o problema tem mais relação com o período histórico e seus aspectos produtivos.

Uma passagem interessante na obra de Sennett chama a atenção para a interferência dos avanços técnicos na vida moderna:

Atualmente, experimentamos uma facilidade de movimentação desconhecida de qualquer civilização urbana anterior à nossa, e, no entanto, a movimentação se tornou a atividade diária mais carregada de ansiedade. A ansiedade provém do fato de que consideramos a movimentação sem restrições do indivíduo como um direito absoluto. O automóvel particular é o instrumento lógico para o exercício desse direito, e o efeito que isso provoca no espaço público, especialmente no espaço da rua urbana, é que o espaço se torna sem sentido, até mesmo endoidecedor, a não ser que possa ser subordinado ao movimento livre (Sennett, 2014, p.31).

A velocidade da produção se estende a vida dos sujeitos, tornando-os mais adeptos ao fluxo do que a permanência. Aqui, Sennett prevê o fenecimento do espaço público como local de permanência, já que a sociedade tende cada vez mais a agir conforme se dá a produção de mercadorias.

A esfera pública para Sennett é onde são geradas interações entre pessoas com objetivos díspares. E estes objetivos estão além do âmbito político. Para o autor, resumir a esfera pública apenas a este âmbito é desperdiçar a miríade de funções que ela pode apresentar. No entanto, a modernidade, mesmo as funções que não se restringem ao âmbito político da esfera pública, podem estar comprometidas. Esse desuso e enfraquecimento tem contribuído, segundo o autor, para as crises da alteridade, do reconhecimento do outro, como diferente e também comum. O espaço público, como local comum, segundo Sennett, também tem sofrido com as consequências deste declínio.

Os três autores convergem no entendimento de que a esfera pública, durante a modernidade, tem se enfraquecido (em Arendt e Sennett), ou como algo que não se concretiza neste contexto histórico de economia capitalista (em Habermas). A partir destas leituras, muitos estudos de diferentes áreas do conhecimento se dedicaram ao entendimento de que o espaço

público está em vias de desaparecer, ou perder sua importância e sentido (Banerjee, 2001; Carrión, 2007; Crossa, 2013; Davis, 2009; Lima, 2015; Sorkin, 1992).

Mas é bastante chamativo o fato de que ao mesmo tempo que a esfera pode estar em decadência, é um espaço do qual minorias políticas ainda hoje resistem e participam. As ações humanas, que para Arendt, perfazem as esferas pública e privada, persistem, especialmente em cidades da América Latina, como veremos em breve. Se ainda há uma clara disputa pela participação, pela visibilidade e publicidade, é porque, de certa forma, esta esfera pública ainda integra nossas vidas, com uma importância preservada. O estudo de Pérez (2020) sobre o uso do espaço público por mulheres em Bogotá demonstra isso. Os dados obtidos na pesquisa realizada pela autora apontam que as mulheres gostariam de usar mais o espaço público, mas o temor relacionado aos papéis de gênero que elas desempenham torna esta participação um risco. Pérez argumenta que a cidade, em diferentes períodos históricos e especialmente a partir do século XX, pode ser descrita como um espaço erigido por homens e para homens, com um planejamento que não incorpora as mulheres e nem reconhece as violências que estão direcionadas a este gênero.

Lo dicho hasta aquí también implica que las mujeres no pueden practicar con tranquilidad ese espacio que se supone abierto y democrático pues ese mundo de extraños regido por la copresencia y el anonimato se convierte en un peligro para ellas; por eso, siempre están muy atentas a lo que pasa a su alrededor con todo lo que entraña a nivel de tensión y agotamiento psicológico. Para ellas la oportunidad de deambular por el exterior público es a menudo más un factor de peligro que de felicidad [...] (Pérez, 2020, p.395).

Ademais, a autora argumenta que muitos estudos, ou propostas de intervenção focadas no espaço público, principalmente aquelas que buscam uma cidade mais inclusiva, com mais espaços públicos e estímulo ao acesso coletivo, tendem a desprestigiar ainda mais grupos periféricos, como trabalhadores informais, refugiados, mendigos e prostitutas. Há mais gentrificação nestas propostas do que tentativas eficazes para a manutenção do convívio e o debate<sup>9</sup>.

Com base no entendimento de que a esfera pública foi profundamente afetada pelos aspectos da modernidade, - dois importantes trabalhos dedicados às cidades e seu espaços públicos foram publicados; “Variation on Theme Park; The New American City and the End of Public Space” organizado por Michael Sorkin e “Cidades de Quartzo” de Mike Davis.

O primeiro reúne textos de importantes autores, como Edward W. Soja, Margaret Crawford, Neil Smith e Mike Davis. A obra trata da ascensão das interferências e influências

---

<sup>9</sup> Ver o estudo de Davina Cooper (2016) em que uma tentativa de tornar o espaço público um local mais progressista, tornou certos locais estigmatizados e afastou usuários conservadores, gerando uma profunda divisão que não proporcionou o principal: o uso genuinamente coletivo.

do mercado imobiliário sobre cidades norte-americanas. Estas influências, com base nos textos, têm dificultado o acesso e prejudicado o uso dos espaços públicos. O texto de Mike Davis nesta obra enfatiza como tais espaços tem se tornado locais de difícil permanência para todos, que dizer para os imigrantes ilegais, pessoas em situação de rua e trabalhadores informais.

O autor utiliza o caso de Los Angeles como exemplo, cujos diferentes espaços públicos foram, de certa forma, privatizados, cobrando taxas de usuários, e até mesmo sendo desenvolvidos para privilegiar empreendimentos imobiliários. O caso de Los Angeles é emblemático. Existem espaços públicos que, para evitar a existência de pessoas em situação de rua, inseriu aspersores para evitar pessoas que utilizam estes locais como abrigo e moradia.

Los Angeles também passa por um processo de extrema separação entre ricos e pobres. Negros e imigrantes, especialmente latinos, enfrentam a truculência policial, que resulta da tentativa de eliminar de certos locais da cidade estes grupos étnicos. Os empreendimentos imobiliários e seus entusiastas utilizam do argumento da segurança para justificar e endossar as ações policiais que tendem a mirar tais grupos. Nas palavras de Davis; “[...] the loss of freedom is the price of ‘security’<sup>10</sup>” (Davis, 1992, p.167).

Davis também chama a atenção para a proliferação de sistemas de segurança cada vez mais criteriosos e avançados. A ascensão de tais sistemas, de espaços vigiados e cada vez mais distantes da população pobre e periférica, tem contribuído, segundo Davis, para uma cidade cada vez menos democrática. Isto é, para uma cidade sem espaços urbanos genuinamente democráticos: “The universal consequence of the crusade to secure the city is the destruction of any truly democratic urban space<sup>11</sup>” (Davis, 1992, p.155).

Assim como Davis, Sorkin introduz esta obra chamando a atenção para o fato de que as recentes modificações no planejamento das cidades norte-americanas comprometem o espaço público e seu uso. Em uma passagem de abertura, o autor fala pelos demais autores da obra;

[...] this book pleads for a return of a more authentic urbanity, a city based on physical proximity and free movement and a sense that the city is our best expression of desire for a collectivity<sup>12</sup> (Sorkin, 1992, p. 15).

Los Angeles da década de 1980, como mostra Davis (2009), em “Cidades de Quartzo”, parecia ser uma cidade muito próxima de um colapso, que seria gerado pela maneira truculenta

---

<sup>10</sup> “[...] a perda da liberdade é o preço da segurança”.

<sup>11</sup> “A consequência universal da cruzada de uma cidade segura é a destruição de qualquer espaço urbano verdadeiramente democrático”.

<sup>12</sup> “[...] esse livro clama pelo retorno a uma urbanidade mais autêntica, uma cidade baseada na proximidade física e no movimento e senso de que a cidade é a nossa melhor expressão de desejo pela coletividade”.

com que o poder público e empreendimentos imobiliários estavam tratando os mais pobres e desfavorecidos. O espaço público, o que dispensa detalhes, foi um dos elementos da cidade mais afetados pelas políticas que tentaram privilegiar mais empreendimentos do que conjuntos habitacionais na cidade norte-americana.

A expectativa dos autores impressiona. Ela nos remete a uma utopia possível, da expressão dos desejos de homens e mulheres pela participação coletiva. Em suma, a utopia inspira expectativas que podem não se concretizar, e daí surge a ideia, ou a impressão de que os espaços públicos estão declínio, ou que aquele espaço de uso coletivo na cidade, talvez nunca tenha sido um espaço público, devido às restrições nele presentes.

Banerjee (2001) é um dos autores que enxerga o espaço público em decadência. Seu entendimento emerge da experiência das cidades norte-americanas, em que a ascensão da perspectiva liberal, principalmente no planejamento, teve como principal característica a redução no investimento de infraestruturas para espaços públicos, sobretudo de lazer. O autor questiona se de fato o espaço público das cidades é de acesso livre e irrestrito. Considera também que o acesso e uso dos espaços públicos nas cidades contemporâneas são na verdade um privilégio. Em suas palavras, “any expectation that such spaces are open to all is fanciful at the best<sup>13</sup>” (Banerjee, 2001, p.12).

Semelhantemente, Carrión (2007) reconhece que nas cidades contemporâneas é necessário que o espaço público volte a ter importância, por ser um espaço da coletividade, da possibilidade de ação e articulação dos indivíduos. Não é preciso dizer que Carrión também identifica uma decadência relacionada a estes espaços. O autor, no entanto, atribui esta decadência não só a políticas neoliberais como também à própria violência. Os cidadãos inseguros estariam evitando visitar ou permanecer nestes locais.

Os espaços públicos e as cidades perdem muito com as propostas hegemônicas que se estabelecem verticalmente, sem considerar o cotidiano, a espontaneidade e a concretização da vida. Isto é inegável. E justamente por isso, Crossa (2013), que teoriza sobre cidades latino-americanas, também reconhece a decadência de tais espaços, devido às expropriações promovidas pelo poder público. Crossa é enfática;

[...] los espacios públicos urbanos están desapareciendo, y las ciudades contemporáneas se están convirtiendo en espacios segregados y cerrados donde cada vez es más clara la separación entre lo que Svampa (2001) llama los ganadores y los perdedores (Crossa, 2013, p.41).

Nesse sentido, a decadência do espaço público está relacionada em primeiro lugar ao incremento de políticas liberais, que comprometem a qualidade dos espaços públicos. Em

---

<sup>13</sup> “Qualquer expectativa de que estes espaços são abertos para qualquer um é, no mínimo, uma fantasia”.

segundo lugar, está relacionada ao medo da violência presente nestes locais – fato resultante da redução nos investimentos. E em terceiro, deve-se ao aprofundamento das desigualdades, provocado pela contínua exploração do sistema econômico.

Estes três fatos, inspiram o olhar de Fonseca (2005) sobre o tema. A autora defende que há uma relação entre padrões sociais e o uso destes locais. Isto é, pessoas de classe alta e classe baixa usufruem do espaço público de maneira distinta. Para ela, os espaços públicos tem sido frequentados cada vez mais por pessoas de baixa renda. Os de classe mais alta, apenas observam estes locais de dentro de seus carros.

Fonseca, utiliza as reflexões de Sennett para afirmar que nas cidades atuais, ao contrário do que ocorria na Idade Antiga com as Ágoras, as pessoas não se sentem obrigadas a participar dos espaços públicos, podendo optar pela vida privada. Isso também tem contribuído de certa forma para o fenecimento dos espaços públicos. Ao mesmo tempo, a classe mais abastada passa a consumir cada vez mais espaços de uso restrito. É por isso que, segundo a autora, os shoppings centers tem ganhado importância nas cidades. Eles têm substituído os espaços públicos convencionais, fornecendo segurança, lazer e consumo em suas dependências – algo que segundo Fonseca, deveria estar presente nos espaços públicos de modo geral.

Em contrapartida, Crawford (1995) apresenta um trabalho esclarecedor sobre este entendimento do espaço público e da esfera pública. Ela dirige críticas às previsões sobre o espaço público, em particular as que argumentam que ele deixará de existir. Para ela, estas previsões advêm do desejo por categorias fixas, e do desejo por conceitos rígidos de público e privado. Crawford ressalta algo muito importante sobre este tema: “the meaning of concepts such as public, space, democracy, and citizenship are continually being redefined in practice through lived experience<sup>14</sup>” (Crawford, 1995, p. 4).

Nas produções geográficas, o debate da esfera pública de Habermas, Arendt e Sennett também se faz presente. A “narrativa de perda” como descreve Crawford também é identificada nessas produções sobre a temática (Crossa, 2013; Lima, 2015). No entanto, há trabalhos que inovam e abordam, essencialmente, a espontaneidade inerente ao próprio espaço, que, como parte de uma totalidade, constituem movimento (Gomes, 2002, 2018; Mitchell, 1995, 2017; Serpa, 2007, 2017; Souza, 2018, 2020; Valverde, 2007, 2009).

---

<sup>14</sup> “o significado de conceitos como público, espaço, democracia e cidadania estão sendo continuamente redefinidos na prática da existência vivida”.

Em relação à América Latina, não podemos deixar de citar que esta é uma região onde existem profundas desigualdades (Galeano, 1998; Ianni, 1988; Quijano, 2005) que podem ser examinadas em suas cidades e em seus espaços públicos (Sousa, 2022).

## 1.2 ESPAÇO PÚBLICO NA GEOGRAFIA

Em diferentes contextos históricos e espaciais, os espaços públicos nunca foram locais de fato democráticos, de uso livre e sem empecilhos – apesar de sua definição. Conforme assinala D. Mitchell, “public space is a struggle<sup>15</sup>” (Mitchell, 2017, p.512). O mesmo se aplica a chamada esfera pública, em que a participação para muitos sujeitos é uma conquista. Isto está de acordo com o que é apresentado por Nancy Fraser. Ou seja, como espaços de disputa, a esfera pública e o espaço público estão longe de desaparecerem, por haverem grupos que ainda os reivindicam.

A respeito das previsões de decadência e desaparecimento do espaço público, um estudo produzido por Souza (2018, 2020) demonstra que tais conclusões se devem à compreensão de esfera pública fundamentada por Habermas, Arendt e Sennett. De certa forma, o que os três autores apresentaram em suas obras forneceu bases para a previsão de fenecimento dos espaços públicos. Para Souza, estas previsões constituem um equívoco, que nasce de uma leitura “excessivamente normativa e que não reconhece outras possibilidades interpretativas” (Souza, 2018, p.203).

Ao reconhecer estas outras possibilidades interpretativas, isto é, outras formas de concretização do espaço público, Valverde (2007, 2009) irá utilizar o termo “heterotopia”, da obra de Foucault, para designar a transformação da concepção de espaço público. O que ocorre em muitas situações é a contestação da expectativa ou utopia dedicada a estes locais.

Serpa (2007, 2017), por outro lado, analisa que os espaços públicos são em muitas ocasiões construídos e destinados para favorecer empreendimentos imobiliários voltados à classe mais abastada. Parques e praças com grande infraestrutura estão sempre nas proximidades de conjuntos habitacionais de uma classe social elevada. Assim, o espaço público acaba privilegiando certos grupos, e se tornando algo distante do que por definição deveria ser. Contudo, o que o autor discute não é exatamente a inexistência do espaço público nestas circunstâncias, mas sim o fato de que ele é disputado e “controlado simbolicamente” (Serpa, 2017 p.593).

Mitchell (1995, 2017) questiona as previsões de declínio utilizando exemplos de espaços públicos em cidades norte-americanas. Mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras minorias políticas, desde a década de 1990, insistem em participar dos espaços públicos, fazendo a sociedade encarar a discriminação e o preconceito direcionado a estes grupos. As paradas LGBTQIA+ por exemplo, foram ao longo dos anos sendo promovidas em diferentes

---

<sup>15</sup> “o espaço público é uma disputa”.

espaços públicos, demonstrando que este local ainda possui grande importância política. Além disso, em outras ocasiões, como em Berkeley, na tentativa do governo de remover as pessoas em situação de rua do parque, os cidadãos comuns se opuseram, reafirmando que o espaço público é de uso comum, e isso inclui diferentes apropriações, inclusive o uso destinado à moradia.

Nesse sentido, dificilmente se pode afirmar ou prever que o espaço público se encontra em declínio ou prestes a desaparecer. As manifestações quando públicas, se tornam maiores, mais difundidas, e constituem práticas políticas, que em síntese são ações humanas (Arendt, 2007; Santos, 2017). Estas ações, sempre direcionadas a um fim, continuam a ocorrer e se concretizar. E uma abordagem crítica e existencialista deve considerar a existência destas ações. Ou melhor, deve identificá-las, a partir do presente, vislumbrando também o seu passado espacial (Santos, 1994, 2012, 2017).

As produções geográficas que se dedicaram a ideia de fim (Crossa, 2013; Lima, 2015) ou de profunda transformação dos espaços públicos, contudo, contribuíram para questões importantes sobre este tema.

Por exemplo, Lima (2015) apresenta a compreensão de que os espaços públicos tem perdido seu prestígio devido ao medo e a insegurança presente nestes locais. Para a autora;

O medo influencia [...] a paisagem urbana, na medida em que surgem as cercas elétricas, os muros e as grades, fazendo com que cada vez mais os indivíduos, que não possuem esses itens em sua residência, sintam-se inseguros. Consequentemente, a familiaridade das pessoas com o espaço público vai se enfraquecendo, e este, vai se tornando cada vez mais estranho ao cidadão (Lima, 2015, p.19).

De fato, o medo e a insegurança têm estimulado não apenas a aquisição de sistemas de segurança privada cada vez mais avançado, como também o afastamento das pessoas dos espaços públicos. São nestes locais que a violência urbana se torna mais evidente, devido a sua publicidade e visibilidade (Carrión, 1994). Sobretudo à noite, a insegurança tem sido um dos principais fatores que limitam os espaços públicos, contribuindo para uma visão de seu fenecimento (Góis, 2018).

Lima argumenta que parte do desprestígio dos espaços públicos também se encontra no fato da classe privilegiada ter os abandonado. Esta classe tem utilizado cada vez mais espaços de uso restrito como resorts e condomínios horizontais fechados, deixando os espaços públicos para as classes menos favorecidas.

Os espaços públicos abandonados pelos privilegiados ficam, então, entregues aos pobres, que deles necessitam no seu cotidiano, e não dispõem do poder reivindicatório das classes média e alta. Nesses espaços, não são priorizados investimentos públicos, ficando em consequência



disto, geralmente desgastados, sem fiscalização das regras de uso e, aí predomina a violência e o desrespeito (Lima, 2015, p.19).

A autora argumenta que os mais pobres têm menor poder reivindicatório, e que por isso, investimentos em infraestruturas nos espaços públicos não são priorizados. Talvez fosse mais apropriado dizer que o poder reivindicatório dos mais pobres é menos valorizado. Pois dizer que estes têm menor poder de reivindicação seria o mesmo que dizer que são incapazes de saber suas necessidades e de saber como podem se articular. Isto não é a verdade. Os empobrecidos e as demais minorias políticas em diferentes partes do mundo e em diferentes períodos históricos, apesar das repressões, articularam-se na busca da superação de injustiças (Galeano, 1998; Costa, 2016).

Em relação à falta de investimentos em infraestruturas nos espaços públicos, é necessário lembrar que em algumas cidades do mundo, o que ocorre é o revés; espaços públicos de lazer tornam-se muito mais atraentes, devido a tombamentos e ao foco no turismo, conforme examinado por Sorkin (1992).

Contudo, quando a autora cita a insegurança nos espaços públicos e a ascensão de espaços de usos restritos, é possível identificar elementos de uma cidade contemporânea, que não pode ser compreendida sem a consideração dos avanços técnicos, e do aprofundamento das desigualdades típicos deste sistema econômico (Santos, 2000, 2017).

Desigualdades e injustiças foram também identificadas por Crossa (2013), em sua pesquisa sobre os espaços públicos do centro histórico de Coyoacán, na Cidade do México. O estudo concentrou-se na análise do Programa de Recuperação dos Espaços Públicos, que visava a “revitalização<sup>16</sup>” de ruas, parques e praças. Mas, segundo Crossa, o projeto consistiu muito mais em uma higienização, que buscou, sobretudo, afastar trabalhadores informais e artesãos.

Semelhante ao que foi defendido por Lima, Crossa também argumenta que os espaços públicos estão desaparecendo, uma vez que as cidades atuais estão cada vez mais permeadas de espaços fechados, que utilizam do discurso da segurança para serem adotados. Na verdade, o que se busca é a separação entre aqueles que podem e buscam se autossegregar (Souza, 2012), e aqueles que não escolhem nem mesmo seu destino (Bauman, 1999).

Em uma abordagem mais ligada a ideia de transformação do espaço público, Sobarzo (2006) é direto: “Falar em morte do espaço público parece simplista demais, já que esse

---

<sup>16</sup> Deve-se compreender este termo criticamente. É um processo que se torna comum durante a década 1960, sobretudo em centros históricos de diferentes cidades do mundo. A requalificação busca a resignificação de espaços que durante muito tempo foram apropriados de maneira espontânea e popular. Este processo, portanto, visa transformá-los em espaços diferentes, com funções e apropriações diferentes, que os convertem, de certa, em mercadoria (Costa, 2012).

posicionamento tende a se fechar em si mesmo, limitando as análises” (Sobarzo, 2006, p.94). Ao criticar a ideia de finitude destes espaços de uso coletivo, o autor argumenta que nas cidades contemporâneas, o que ocorre é o surgimento de novos produtos imobiliários como shopping centers, parques temáticos e centros turísticos, que podem ser considerados “caricaturas sociais”, pois negam os conflitos e a diversidade inerente à concepção ideal de espaço público que o autor defende.

Para Sobarzo, este local deve ser onde ocorre o imprevisível, a improvisação, o espontâneo, a convivência, os conflitos e desacordos. E nestas “caricaturas sociais”, as normas se tornam um imperativo, por serem locais controlados, que impossibilitam a espontaneidade dos espaços públicos de outrora. É neste sentido que Sobarzo advoga, por uma transformação dos espaços públicos, pois são agora espaços vigiados, onde são valorizadas normas, isto é, o comportamento ideal.

Narciso (2009) também admite a transformação dos espaços públicos. A grande crítica que a autora faz se direciona as intervenções urbanas, que tendem a beneficiar interesses próprios, se aliando mais ao mercado do que à própria sociedade. Porém, os arquitetos e urbanistas com suas expectativas também tem sua parcela de responsabilidade:

Muitas vezes os projetos não conseguem dar respostas às necessidades urbanas, porque os projetistas encaram o desenho do espaço público de forma fechada, como um produto acabado, que não vive o tempo da cidade nem o tempo de interpretação de seus usuários. (Narciso, 2009, p. 279)

Essa observação, bastante oportuna, tem também relação com as expectativas depositadas sobre o espaço público. Tais expectativas, já vimos, partem de uma ideia excessivamente normativa que desconsidera a concretização do uso destes espaços, valorizando mais o projeto do que a vida que nele acontece.

Para exemplificar, Burgos (2015) analisa que os espaços públicos passam por um processo de redefinição. Esta redefinição tem relação com o ideário neoliberal. A atuação do Estado segue uma agenda restrita, de redução de investimentos para aquilo que é público. Na verdade, o ideário neoliberal demonstra que o ocorre é menos participação do Estado para os interesses coletivos, e mais participação para empresários e para a classe alta, beneficiando-os (Gramsci, 2011; Santos; 2018).

Apesar disso, cada vez mais pessoas tornam-se participantes do debate, da espontaneidade e dinamismo inerentes a estes locais. Deles não podemos ter expectativas excessivamente rígidas, especialmente por que estamos diante de uma realidade profundamente desigual.

Nos referimos neste estudo à região cuja conquista resultou em um número impressionante de mortes de indígenas (Costa & Moncada, 2021) e na imposição estética e religiosa, cujos resíduos ainda se fazem presentes (Costa & Moncada, 2021; Ianni, 1988; Martins, 1993; Hoffman & Centeno, 2006). Ao propor uma ótica e noção que aponta a presença de resistências no espaço latinoamericano, Costa (2017, p. 55) destaca que:

A dinâmica de trabalho imposta para a exploração de riquezas, em territórios latino-americanos, extirpou a cultura (e a vida) de milhares de indígenas e afrodescendentes. O ouro e a prata multiplicaram riquezas europeias; o açúcar e o café foram produtos mais lucrativos do mercado mundial, até serem superados pelo petróleo pós-1940. Além dos buracos das minas, ficaram como herança dimensões de patrimônio que vão de “implantações civilizatórias”.

Assim, os antecedentes históricos da região perfizeram o retrato atual de desigualdade e injustiça social. Apesar disso, Hoffman e Centeno (2006) criticam a prevalência da visão de que apenas a conquista seja a responsável por todas as mazelas identificadas nestes países. Os autores criticam a tendência de responsabilizar apenas a colonização e o consequente estabelecimento de castas sociais pela desigualdade social tão acentuada identificada nestes países. Outros fatores merecem o devido exame. Contudo, os autores chamam a atenção para o fato de que a partir do momento que identificamos as resultantes do processo de colonização, que permeiam as diferentes relações, em diferentes escalas, podemos ter maior autonomia sobre o destino desses povos. Os diversos outros fatores que respondem a desigualdade social estão de alguma forma relacionados com a conquista de seus territórios, sendo impossível dissociar a realidade atual da região dos aspectos que forjaram suas nações.

Isto pode ser verificado no que descreveu Quijano (2005) sobre a formação de castas sociais a partir do elemento racial estabelecido pela conquista. Conforme o autor, o elemento racial definiu e define a divisão do trabalho em diferentes escalas, criando uma desigualdade mais acentuada do que a examinada em outras regiões do mundo. Mas é possível falar de uma unidade na América Latina? É sabido que existem diferentes especificidades em cada país que a integra, no entanto,

[...] acima de todos os fatores de diversificação sobressaiam os de uniformidade, certas diferenças visíveis alcançam, frequentemente, um sentido social discriminatório. É o caso, por exemplo, do paralelismo entre cor da pele e pobreza, que dá lugar a uma estratificação social de aparência racial (Ribeiro, 2014, p.7).

Assim, a América Latina apresenta-se como uma região caracterizada por suas desigualdades e problemáticas geradas direta e indiretamente pela conquista do território de seus países. Nas cidades latinoamericanas, as consequências da conquista são evidentes. Como identificado por Janoschka (2016), nestas cidades os processos de gentrificação e expropriação

são mais numerosos e mais intensos, e atualmente, estas cidades esboçam uma mesma tendência: a permanente tentativa de expulsão de sujeitos empobrecidos dos espaços centrais públicos com grande visibilidade, aplicando em sequência reformas e “revitalizações”. Tais fatos justificam a proposta que apresentamos nesta pesquisa.

Sobretudo na América Latina, como veremos adiante, um dos aspectos básicos do espaço público é o fato de que ele é ativado popularmente ou pelos sujeitos, como propõe Costa (2017, 2018, 2021). Essa ativação popular não pode ser compreendida como o simples uso, mas também como resistência à *violência da desapropriação*. Desse modo, o espaço público é um local de disputa, cuja desapropriação sempre esteve presente, mas na América Latina, as ocorrências são intensas, violentas, conseqüentemente, exige resistência por parte dos grupos que foram historicamente subalternizados – o que pode ser examinado a partir dos antecedentes históricos. Daí a necessidade de se compreender em especial o espaço público latino-americano.

A exemplo disso, como observado por Droguett (2013), a previsão de decadência em muitos estudos não pode se aplicar a realidade do Chile. O país, no âmbito político, foi profundamente marcado pela ditadura. Os governos subsequentes mantiveram a política de coibir manifestações políticas em todo o país. Entre 2011 e 2012, no entanto, essa situação mudou. Durante os dois anos, as manifestações em espaços públicos chilenos mobilizaram milhares de pessoas, contestando a expectativa de enfraquecimento destes espaços e da esfera pública. Como afirma o autor:

[...] estas manifestaciones, particularmente las relativas al movimiento por la educación pública, han tenido su mayor impacto en el espacio público, en tanto han implicado la re-politización de una ciudadanía acostumbrada a mantenerse alejada de los conflictos (Droguett, 2013, p.94).

A experiência do Chile não é única. Rizzo (2010) argumenta que na Argentina, o espaço público tem ganhado cada vez mais notoriedade. Criticando a previsão de fim e desaparecimento destes espaços, Rizzo considera os espaços públicos de Mendoza são reveladores da própria existência na América Latina. Segundo o autor, “[...]diferentes colectivos urbanos constantemente están rehaciendo el espacio público y redefiniendo la esfera pública a través de su experiencia cotidiana” (Rizzo, 2010, p.165).

A “experiência cotidiana” da qual o autor menciona é tão significativa que, apesar da fragilidade das democracias e da garantia de direitos nos países da região, tem contribuído para ativação popular do espaço público e reivindicação da esfera pública. O estudo de Ramírez-Kuri (2015), sobre a Cidade do México, também permite contestar o suposto enfraquecimento do espaço público e da esfera pública na região. Esta autora compreende o espaço público de

cidades latino-americanas como “janela privilegiada” para compreensão das particularidades do urbano em todo o continente. Nas palavras de Ramírez-Kuri:

En la experiencia urbana de la ciudad latinoamericana, la desigualdad es un fenómeno central que interviene en el proceso de construcción de lo público, lo que se expresa en las relaciones sociales y de poder, en el acceso a recursos urbanos y a bienes públicos, en la participación en decisiones públicas que afectan el entorno habitado. En este contexto, el concepto de espacio público es útil como herramienta de análisis en los estudios urbanos porque permite ampliar el conocimiento de procesos, realidades socioculturales, políticas y económicas específicas, diferentes de las ciudades occidentales, que se expresan en los modelos de urbanización, en la construcción de ciudadanía y en la participación social (Ramírez-Kuri, 2015, p. 15).

É justamente pelo fato de que o espaço público pressupõe disputas e eventuais desapropriações que não se pode dizer que o espaço público está em declínio devido a diferentes tipos de apropriações, supostas privatizações e valorização de espaços de uso restrito. O espaço público, como já mencionado, não foi pensado com um aspecto ideal a ser seguido e mantido. Não é também um espaço inerte, cujas funções se mantêm ao longo do tempo. Assim, os espaços públicos dispensam expectativas rígidas. É necessário reconhecer o dinamismo destes locais que se dá pela existência dos sujeitos que deles se apropriam (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021).

Uma abordagem geográfica pode reconhecer a indissociabilidade existente entre forma e conteúdo no que diz respeito ao seu objeto (Santos, 1978, 1994, 2012, 2017; Serpa, 2007). Isto é, uma abordagem própria da Geografia sobre a temática dos espaços públicos pode identificar não apenas os entraves para o uso do espaço público, mas também as resistências e permanências nestes espaços.

O que nos apresenta Santos (1994, 2000, 2002, 2012, 2017) é a possibilidade de uma abordagem e particularidade analítica da Geografia. E esta é a ciência que pode compreender o espaço como um híbrido. A união forma-conteúdo é o que constitui o espaço geográfico. A forma pode ser compreendida como objetos artificiais e coisas naturais, enquanto o conteúdo tem relação com as ações humanas. A ação humana, ou seja, o conteúdo, anima as formas, de modo que se torna impossível compreender apenas a forma ou os conteúdos separadamente na Geografia. É a forma-conteúdo que nos permite apreender esta totalidade, ou seja, o próprio espaço (Santos, 2017).

Diante da ideia limitante de que a Geografia seria uma ciência das localizações, Santos (2000) advoga por uma Geografia cujo objeto não seja apenas o território, mas o território usado – que seria “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material das novas ações humanas” (Santos, 2000 p.2). O território usado, como sinônimo de espaço geográfico, incorpora o movimento do todo, isto é, da totalidade, que explica suas partes, sendo mais do

que apenas a sua soma. É este movimento que nos permitirá vislumbrar e alcançar uma abordagem geográfica crítica e existencialista, que dê conta do entendimento do uso do espaço público diante da *violência da desapropriação* – como buscamos nesta pesquisa.

O vigor do conceito de território usado está no fato de ser ele uma “chave” para compreender explicar o mundo, as relações socioespaciais e os lugares. Como? Com base no que propõe Santos, o território usado é, por um lado, recurso para os atores hegemônicos, e por outro, espaço de resistência. A operacionalização do conceito de território usado nos permite compreender que, no espaço público, existem tanto práticas e intenções do mercado imobiliário e de empresários do ramo do turismo, quanto pretensões e ações de atores contra hegemônicos, que se apropriam destes locais, garantindo seu aspecto público. A ativação popular é resultante, portanto, da existência destes sujeitos que resistem e permanecem em espaços públicos que não foram para eles destinados, promovendo uma apropriação popular insistente e não prevista (Costa, 2016, 2017). Garantem, assim, a espontaneidade e o inesperado que caracterizam os espaços públicos de maneira geral (Gomes, 2002, 2018).

A ativação popular, conforme apresentado por Costa (2016, 2017, 2021) constitui um elemento dialético e que se explicita no e pelo espaço público. Trata-se do resultado da ação de sujeitos que não foram e não são considerados pelo capitalismo global sobre suas condições de vida em seus respectivos contextos histórico-espaciais. As resistências que são verificadas pela operacionalização do conceito de território usado apresentado por Milton Santos (2000, 2005) se manifestam por esta ativação popular. Segundo Costa (2017, p. 55), esta ativação popular do espaço público “[...] emerge como alternativa real de valorização dos subalternizados da história continental”, identificando os sujeitos, sua relação com o território e sua criatividade nuançada na construção de alternativas inclusive econômicas para a sobrevivência.

Essa ativação popular entendida pelo autor, a partir de uma gama de trabalhos de campo no continente, também é resultante da existência do que ele denomina como “utopismo patrimônio-territorial” em outro trabalho (Costa, 2016), que está vinculado à resistência contínua dos subalternizados, que seguem sob pressão e opressão. Em suas palavras:

Esse utopismo enaltece a voz de indígenas, mulheres, empobrecidos urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais e acusa desmantelamentos por guerras e ditaduras. Reconhece que a mudança social no continente está nas mãos dos despojados e dos humilhados, perfazendo-se neles próprios (Costa, 2016, p. 3).

Por esta razão, apresentamos a proposta de compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado*. O terceiro tópico deste capítulo utiliza os exemplos práticos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e Cidade do México (México) para justificar a proposta.

### 1.3 ESPAÇO PÚBLICO: EXPRESSÃO ATIVA DO TERRITÓRIO USADO

O espaço geográfico é sinônimo de território usado (Santos, 2000). Assim, entende-se que é onde as inovações técnicas modificam as relações entre o ser humano e o próprio espaço, e entre o ser humano e seus semelhantes. Por essa razão, descrever o espaço público como algo em transformação ou modificação é redundante. Todo e qualquer recorte do espaço está sujeito a mudanças, pelo fato de todo espaço vivido ser geográfico.

O espaço público exprime, por meio de sua publicidade e visibilidade, a concretização da vida. Estes aspectos devem ser considerados por uma abordagem crítica e existencialista, que reconhece a resistência dos sujeitos subalternizados, conforme apontado por Costa (2016, 2017, 2018, 2021).

Para apresentar a proposta de compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado* partimos dos exemplos práticos dos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, e a da Alameda Central (Cidade do México – México) – recortes desta pesquisa. Acreditamos que o entendimento do uso do espaço público da Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) e da Alameda Central (Cidade do México) permitem a compreensão do uso do espaço público pelo sujeito na América Latina, obviamente, com suas inúmeras variantes e diferenças.

Nesta pesquisa, a *violência da desapropriação* é analisada a partir do trabalho informal no espaço público, sendo este, parte do chamado “circuito inferior da economia urbana” (Santos, 2017), um elemento da economia urbana dos países subdesenvolvidos. A dialética dos circuitos da economia urbana (com notoriedade para o circuito inferior) nos espaços públicos contribui para a permanência e resistência de sujeitos empobrecidos na América Latina, na medida em que fornece serviços e produtos que alcançam diferentes classes sociais, contestando o controle e usufruto de espaços mais destinados ao turismo e para grupos de classes elevadas (Costa et al., 2022a).

E a escolha da Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) e a Alameda Central (Cidade do México) como objetos se efetivou por serem espaços públicos centrais, de fluxo e grande importância nos conjuntos urbanísticos do Plano Piloto e do centro histórico da Cidade do México. Neste sentido, são representativos de uma continuidade das violências que acometem a América Latina, e em especial, suas cidades.

### 1.3.1 *Capital Modernista e Plataforma Rodoviária*

Conforme notado por Gorelik (2005), apesar das grandes críticas direcionadas à Brasília e todo o seu projeto, é preciso, antes de tudo compreendê-la, ou pelo menos reconhecê-la como parte da história e da experiência brasileira e latino-americana com o modernismo e a modernidade. Brasília deve ser vista para além de suas profundas desigualdades, de suas superquadras e/ ou dos pilotis. A capital brasileira possui, assim como várias outras cidades do mundo, indicadores que atestam a existência de pontos positivos e negativos desde sua criação. De acordo com seu próprio criador e idealizador, Brasília “não poderia ser outra coisa” (Costa, 1987).

Contudo, Brasília também constitui uma experiência inédita, em particular, no Brasil. Trata-se de uma cidade singular quando comparada a outras cidades brasileiras e latino-americanas. Existem tanto reações positivas quanto negativas em relação a uma cidade cuja experiência é singular e inédita entre brasileiros e outros povos. A organização da arquitetura da cidade é a grande responsável por isso. As superquadras e pilotis, inspiradas na concepção de uma sociedade sem classes sociais, além da eliminação das esquinas e agrupamento de pessoas em decorrência da existência delas, criou uma cidade “fria” (Holston, 1993, p. 31), sem a agitação comum de outras cidades brasileiras. Daí o reconhecimento de seu conjunto urbanístico como Patrimônio da Humanidade (Unesco, 1987). A salvaguarda de seu conjunto se dá pelo ineditismo de seu projeto, que foi baseado na divisão de toda a cidade em quatro escalas: monumental (que tem relação com as áreas destinadas a permanência de monumentos e edifícios de importância nacional), residencial (que diz respeito a moradia da população residente), gregária (destinada ao encontro e interação entre residentes, onde se pode encontrar comércios e diferentes serviços) e por fim, bucólica (que tem influência direta do trabalho de Le Corbusier, da qual se encontram parques e áreas arborizadas de recreio para a população) (Costa & Steinke, 2014; Iphan, 2007).

Sob esta ótica, o reconhecimento de Brasília (Plano Piloto) como Patrimônio da Humanidade se deu, por:

- a) Representar uma obra artística única, uma obra-prima do gênio humano criativo;
  - b) Ser um exemplar marcante de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico;
  - c) Ilustrar um estágio significativo da história da humanidade
- (Iphan, 2007, p. 37; Unesco, 1987).

O conjunto urbanístico ao qual o reconhecimento faz referência é justamente todo o Plano Piloto, suas escalas e eixos, inclusive a Rodoviária do Plano Piloto. Além da salvaguarda deste conjunto ser realizada por esta declaração, outras entidades também buscam a sua



manutenção, como o Governo do Distrito Federal, com o Decreto nº10.829 de 1987, e o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a Portaria nº314, de 1992 (Iphan, 2007). Diante do esforço de preservação da utopia e do significado original que Brasília possui, Costa e Alvarado (2019) vão tratá-la como uma *heterotopia patrimonial de resistência*. Os autores formulam esta noção a partir do conceito de *heterotopia* de M. Foucault e do conceito de *ecogenesis territorial* de C. Raffestin, para explicar o processo em que a patrimonialização gera “outros espaços” dentro de contextos e lógicas estratégicas. Segundo os autores, para a existência destes locais, dois elementos se fazem fundamentais: utopias imaginativas e utopias operativas. A constituição de Brasília como uma *heterotopia patrimonial de resistência*, argumentam Costa e Alvarado (2019), se dá pela força do imaginário e das operações que dele decorrem para a preservação do significado ou para sua desfiguração. O caso de Brasília constitui uma resistência por haver um esforço de diferentes âmbitos para a manutenção de seu valor e estrutura original no contexto dos Patrimônios da Humanidade já reconhecidos pelo mundo.

Brasília dispensa comparações e não pode ser compreendida apenas como uma cidade brasileira qualquer. É a capital do Brasil, que foi idealizada e construída para abrigar o governo federal e ter uma função específica. Contudo, isso apenas irá ocorrer em meados do século XX.

O projeto de transferência da capital brasileira tinha mais de um século e meio de existência, sendo apenas no século XX que o projeto se concretiza. Ao longo desse período, foram seis projetos, em seis momentos históricos diferentes. Vidal (2009) chama a atenção para o fato de que os diferentes projetos de transferência da capital se deram a partir de momentos de mudanças profundas do elo social e cultural do Brasil. E nesse sentido, a construção de Brasília ultrapassa a dimensão geopolítica e econômica relacionada à ela. Tem relação também como um novo projeto de sociedade, e de país.

A primeira capital federal do Brasil foi Salvador, no século XVI, no período colonial. Nesse primeiro momento da colonização e conquista do território brasileiro pelos portugueses, o produto mais explorado, o açúcar, necessitava ser escoado, tendo como um de seus principais pontos de escoamento o local que hoje é a atual capital do estado brasileiro da Bahia, Salvador. A exploração do açúcar entra em decadência a partir do século XVII, sendo substituída pela exploração do café, principalmente no sudeste brasileiro. A partir disso, era necessário definir uma nova capital federal, que passaria a ser então Rio de Janeiro (Dantas, 2004).

No século XVIII, no entanto, com José Bonifácio surge a ideia da transferência da capital federal para o interior do Brasil. Nesse período, buscava-se a interiorização e o progresso

das regiões mais internas do país, distantes geograficamente das áreas costeiras mais desenvolvidas até aquele momento. Porém, foram necessários muitos anos para que isso se concretizasse. O presidente responsável pela construção de Brasília, em meados do século XX, Juscelino Kubitschek, em sua obra afirma que;

A ideia [...] nasceu em 1789 e viera se arrastando, sem que mais nada houvesse sido feito no sentido de concretizá-la. A única providência tomada [...] havia sido o acréscimo de um retângulo colorido no mapa do Brasil, assinalando a localização do futuro Distrito Federal (Kubitschek, 2000 p. 6 -7).

A construção de uma nova capital federal, é importante mencionar, constituía uma solução para diversas demandas do território nacional. Podemos destacar aqui três importantes motivos para esta decisão. Em primeiro lugar, é importante compreender que se atribuía atraso ao interior do Brasil. Essa região, que segundo Kubitschek poderia ser descrita como “virgem de presença humana”, ou região de “vazios demográficos” (Kubitschek, 2000 p.7), teria uma nova função dentro do cenário nacional, representando a articulação do território e a própria modernidade.

Em segundo lugar, as demandas e inspirações de meados do século XX para o Brasil na política e na economia eram completamente diferentes e incompatíveis com uma capital, Rio de Janeiro, que ainda estava vinculada ao café como produto principal. Desde Getúlio Vargas (que esteve na presidência do Brasil entre 1930 e 1945) a busca pela industrialização do país era um fato, e era necessário deixar no passado os ciclos econômicos anteriores. Nesse caso, a substituição das importações mudava consideravelmente o cenário nacional. Buscava-se o progresso para além das regiões já desenvolvidas pelos ciclos anteriores (Costa & Steinke, 2014).

Por fim, é preciso mencionar que o projeto carregava consigo um valor simbólico. Como se o Brasil, com sua nova capital, possuísse a partir de então uma nova identidade. Era necessário que ela estivesse alinhada com a ideia de “progresso” tão reafirmada por Juscelino Kubitschek e sua equipe. Portanto, conforme notado por Costa e Alvarado-Sizzo (2019), Brasília é resultante de uma tríade: modernidade - modernização - modernismo.

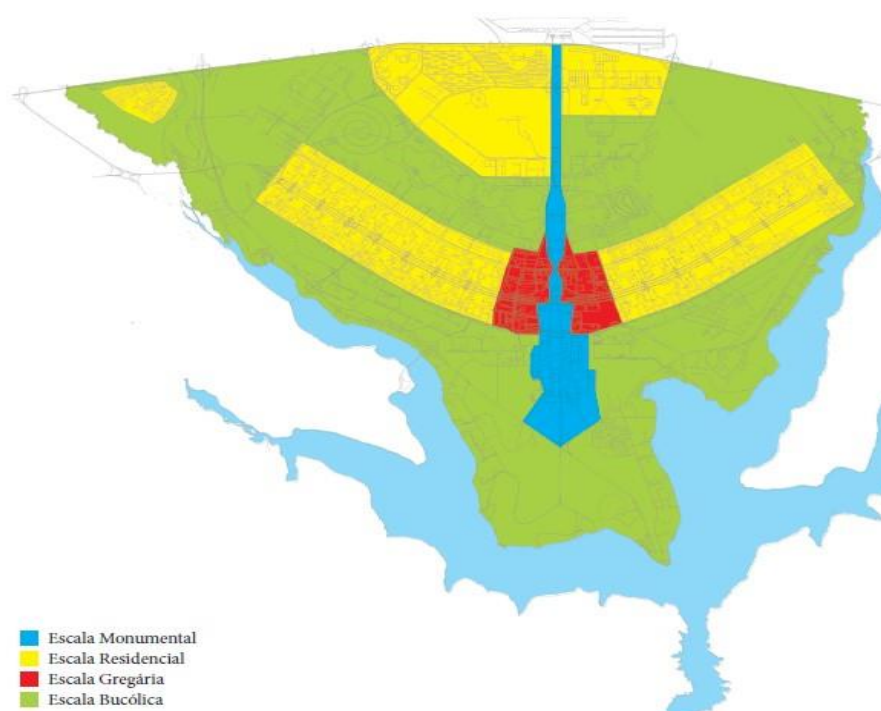
Gorelik (2005) descreve Brasília como;

[...] encruzilhada particularíssima, como ponto de chegada [...] de uma multidão de histórias diferentes, que podem se reunir em vários grandes conjuntos. Brasília, como “capital interior”, consoma uma série de mitologias de efeito duradouro no Brasil, desde a aventura da fronteira, a “Marcha para o Oeste”, até o papel simbólico da unificação de litoral e sertão, reivindicada desde cedo como questão decisiva da constituição da nação. Como novo centro político equidistante dos poderes constituídos, ela encerra a ambição de integração territorial estatal começada em 1930 com a debilitação dos poderes regionais da República Velha (Gorelik, 2005, p.153).

Era necessário que a nova capital fosse uma cidade distinta, cujo projeto incorporasse expectativas e demandas correspondentes a este momento da história nacional. Assim, foi realizado um concurso de projetos para sua construção. O ganhador do concurso, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, com um projeto bastante simples, idealizou o Plano Piloto, seus eixos e escalas. O formato da capital foi bastante comparado com um avião. Mas o arquiteto a compreendia como uma cidade linear, com dois eixos, que formassem juntos uma cruz, o que poderia parecer o formato de uma borboleta (Dantas, 2000).

**Figura 2**

*Escalas e eixos de Brasília*



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal -ArqDF (1991).

Ao lado de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, outro arquiteto cujo trabalho foi fundamental na construção da nova capital, foi um dos grandes responsáveis pelos monumentos e edifícios públicos do eixo monumental de Brasília. As estruturas inovadoras de suas obras representavam a expectativa e as demandas da modernização do Brasil. Oscar Niemeyer foi reconhecido em todo o mundo pela sua originalidade e sobretudo, por seu trabalho na construção de edifícios localizados em toda Esplanada dos Ministérios do Eixo Monumental (Fundação Oscar Niemeyer, 1988).

A Novacap (Companhia Urbanizadora do Distrito Federal) foi a empresa responsável pela construção do que estava previsto no projeto, tendo como mão de obra os recém-chegados de diferentes partes do Brasil, popularmente chamados de candangos<sup>17</sup>.

O trabalho dos candangos era quase ininterrupto, porém temporário. A intensa atividade dos operários era mantida pela remuneração de horas extras, o que fazia com que muitos destes trabalhadores sequer pudessem dormir (Ribeiro, 2008). E a presença massiva de homens em relação as mulheres, fez com que os assentamentos e locais de trabalho da classe operária fossem também ocupados por profissionais do sexo, atendendo aos desejos e desígnios internos de homens que apenas trabalhavam sem descanso (Epstein, 1973).

**Figura 3**  
*Pioneiros na construção de Brasília*



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – Brasília (Brasil), 1959.

A nova capital, embora representasse ideais e expectativas inovadoras, não era capaz de sanar problemas antigos do Brasil. Os dois arquitetos responsáveis pelo projeto e pela construção da capital federal tinham em mente um projeto de capital de grande importância social. No entanto, a imensa desigualdade social, como percebido por Costa e Niemeyer, não seria sanada ou reduzida com a construção de Brasília.

<sup>17</sup> Segundo Laraia (1996), o termo foi inicialmente empregado pelos africanos para designar os portugueses. Posteriormente, em função da diversidade étnica dos construtores da nova capital, o termo tornou-se sinônimo de pioneiro.

Constrangia-nos apenas que, para os operários, seria impraticável manter as condições de vida que o Plano Piloto fixara, situando-os, como seria justo, dentro das áreas de habitação coletiva e permitindo que ali seus filhos crescessem fraternalmente com as crianças de Brasília, sem complexos, aptos às reivindicações que o tempo lhes irá proporcionar. Víamos, com pesar, que as condições sociais vigentes colidiam nesse ponto com o espírito do Plano Piloto, criando problemas impossíveis de se resolver na prancheta [...] (Niemeyer, 2006 p.32).

[...]

Brasília mudou muito e isto nos deprime, apesar de compreendermos as contingências decorrentes da cidade que cresce e que, durante algum tempo pelo menos, representará o regime capitalista, com todos os seus vícios e injustiças (Niemeyer, 2006 p.36).

Brasília foi erguida por aqueles que não a habitaram, e que tiveram de se estabelecer nas antigas Cidades Satélites, hoje chamadas de Regiões Administrativas<sup>18</sup>. Muitas críticas foram feitas a este fato. Contudo, apenas a transferência da capital não seria capaz de superar as mazelas de um país que ainda guardava resíduos da escravidão. Brasília não poderia ser outra coisa.

[...] começaram a “esnoabar” a cidade, acusada de ser uma oportunidade perdida porque – entre outras falhas – a população pobre estava mal alojada. Como se uma simples transferência de capital o urbanismo pudesse resolver os vícios de uma realidade econômico – social secular. Como se o Brasil não fosse o Brasil, mas a Suécia [...]. Ora, aqui até os últimos anos do século XIX, a população obreira era constituída de escravos. Cada família pequeno-burguesa tinha em casa dois ou três escravos, de modo que, depois da abolição, o comportamento escravagista permaneceu (Costa, 2018 p. 112).

A situação de desigualdade do Distrito Federal e de Brasília (Plano Piloto) pode ser examinada pelo seu processo de urbanização. Ao longo deste processo, segundo Nunes (1996):

[...] verdadeiras cidades aparecem na paisagem urbana, do dia para a noite. Compõem essa população uma enorme massa de migrantes que aqui se instalam em condições precárias, procurando se beneficiar da promessa de acesso à terra, aos equipamentos de saúde e aos de educação, além da longínqua possibilidade de acesso a um emprego no setor público. Tudo isso se dá sem uma estrutura produtiva privada condizente com o ritmo de crescimento populacional. O resultado é uma taxa de desemprego que, em termos relativos, é uma das maiores do país (Nunes, 1996, p.14).

Para Paviani (1989), Brasília já emerge como uma cidade desigual, apesar de seu projeto inovador e proposta igualitária. A realidade da capital federal foi rapidamente se distanciando do projeto e, assim como outras cidades brasileiras, foi sendo impulsionada pelas estratégias do mercado imobiliário (Paviani, 1989, p. 64). Ainda segundo Paviani (2010), o histórico de desapropriação da nova capital federal deve ser considerado desde sua inauguração, quando:

[...] a capital teve sua população multiplicada por dez. Essa população não pôde contar com moradia condigna. Os operários foram para alojamentos dos canteiros de obras e barracos em favelas localizadas em pontos isolados, sobretudo nos arredores da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante). Com Taguatinga, em 1958, abriu-se espaço para a primeira cidade-satélite. Para

---

<sup>18</sup> O Distrito Federal possui ao todo 33 Regiões Administrativas, que são subdivisões administrativas e geográficas que podem ser entendidas como cidades vizinhas de Brasília.

ela, foram transferidos milhares de operários e locais de trabalho no Plano Piloto (Paviani, 2010, p.235).

Dessa maneira, a desigualdade encontrada na nova capital federal também pode ser compreendida pela distância que muitos brasilienses percorrem para se deslocar da residência ao local de trabalho nos dias atuais. Um estudo realizado por Holanda (2020), aponta que

[...] a distância média das residências das camadas de renda inferior ao centro urbano em Brasília (25,8 km) é muito maior que a de outras cidades brasileiras de tamanho aproximado –por exemplo, Fortaleza (7,4 km) e Belo Horizonte (4,3 km) (Holanda, 2020, p.7).

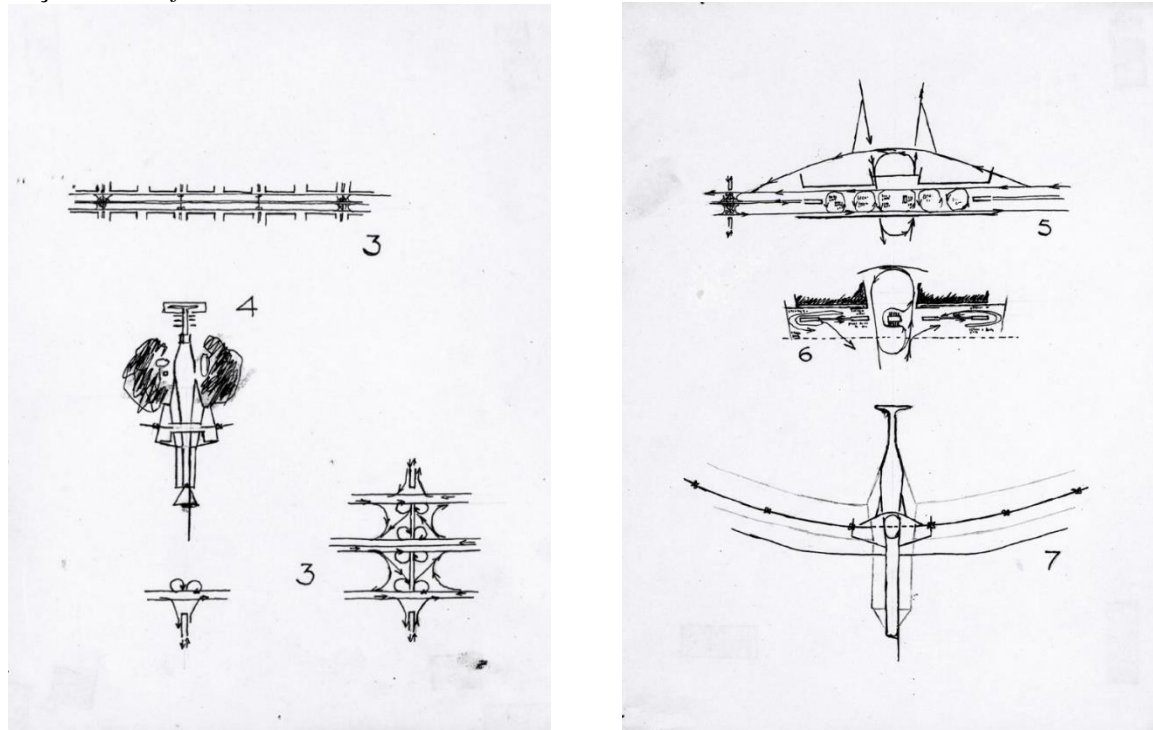
É por essa razão que Holston (1993) descreve Brasília como uma cidade que foi erigida para ser o símbolo de uma nova era da história brasileira, como se fosse ela o exemplo de progresso a ser alcançado daquele momento em diante. Para ele, Brasília falhou em desafiar aquilo para o qual foi planejada, até mesmo fortalecendo o que se pretendia desafiar.

No entanto, conforme salientado por Holanda, é importante compreender Brasília para além da sua desigualdade. A capital é permeada por interesses contraditórios, por possuir espaços cotidianos de disputa. E um dos espaços mais emblemáticos e representativos disso é a Rodoviária do Plano Piloto.

Para Holanda, este espaço público pode ser considerado como o espaço mais inclusivo de Brasília. As funções atribuídas pelos usuários são diversas. Ali se pode comprar diferentes produtos, comer, e até mesmo encontrar pessoas. A Plataforma Rodoviária constituiu o “marco zero” da construção da nova capital federal do Brasil. Idealizada por Lúcio Costa (Figura 4), a rodoviária foi pensada para ser um local cosmopolita, semelhante ao espaço de um aeroporto, onde pessoas de diferentes regiões poderiam aguardar o horário de sua viagem tomando um café. O arquiteto se inspirava na Picadilly Circus de Londres, na Times Square de Nova Iorque e também em algo que se assemelhasse a experiência espacial da Champs Elysées, de Paris (ArqDF, 1991; Rossetti, 2010).

**Figura 4**

*Esboço da Plataforma Rodoviária de Lúcio Costa*



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – Novacap.

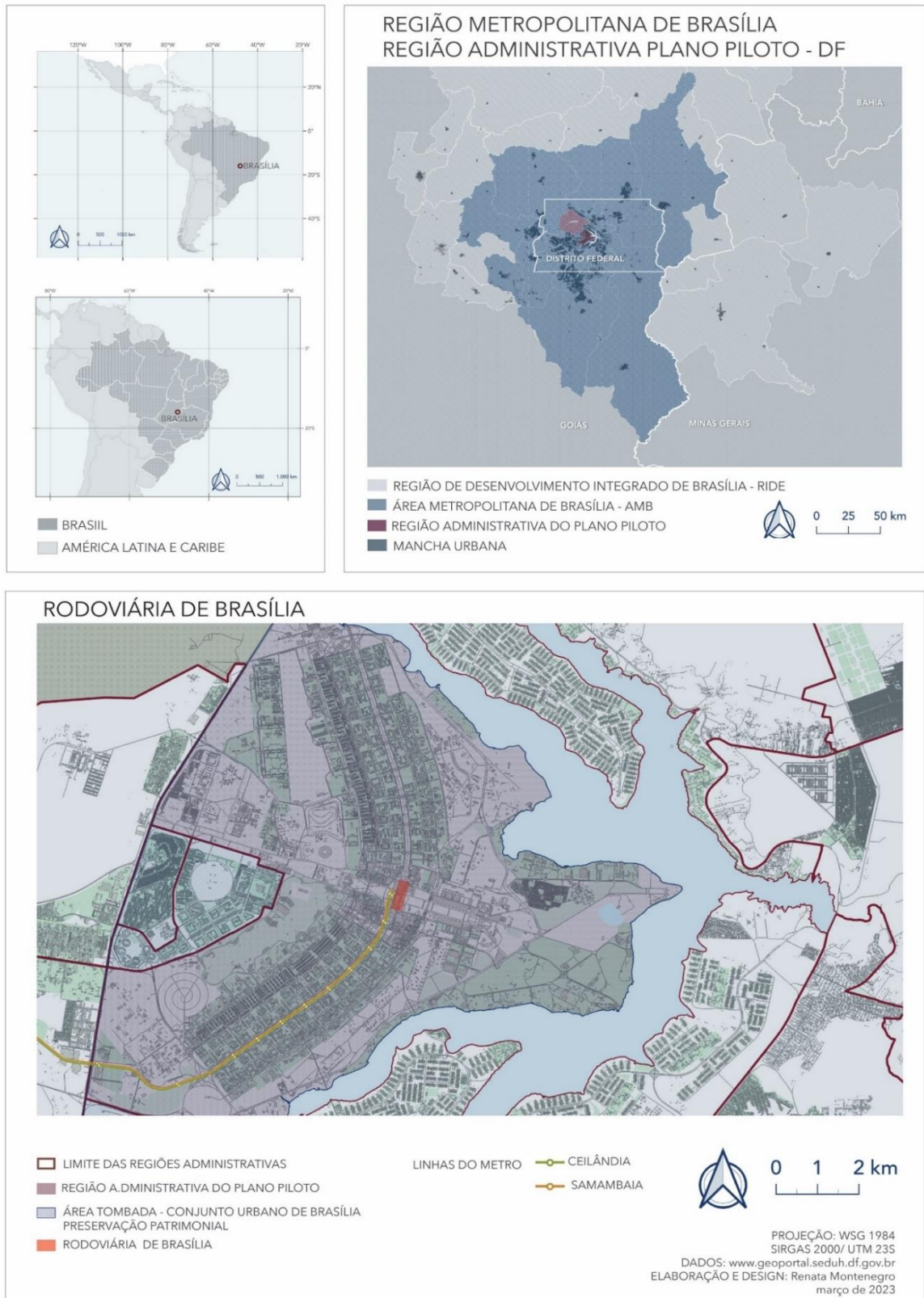
Rossetti (2010) afirma que a Plataforma Rodoviária é uma das obras mais complexas da capital federal. A interligação entre os eixos, o papel de centralidade e de fluxo tornam-na o local o espaço público mais importante de todo o conjunto urbanístico do Plano Piloto.

[...] a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto permanece como o ponto de centralidade fundamental, articulando também a vida urbana da Capital com a dinâmica urbana das Cidades Satélites. A vida urbana de Brasília apresenta a dinâmica característica das cidades brasileiras, com ciclos de sucesso e decadência dos espaços e das atividades humanas em seus domínios, decorrentes da própria transformação econômica, social, cultural [...] (Rossetti, 2010, parágrafo 28).

Além de conectar o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário, se encontra entre Asa Norte e Asa Sul da figura do desenho urbano que ficou popularmente conhecida como um avião, para o desapontamento de Lúcio Costa. A Plataforma também integra as Regiões Administrativas (RAs) e municípios de outros estados com o Plano Piloto (Brasília) como observamos a seguir na Figura 5 e Figura 6.

**Figura 5**

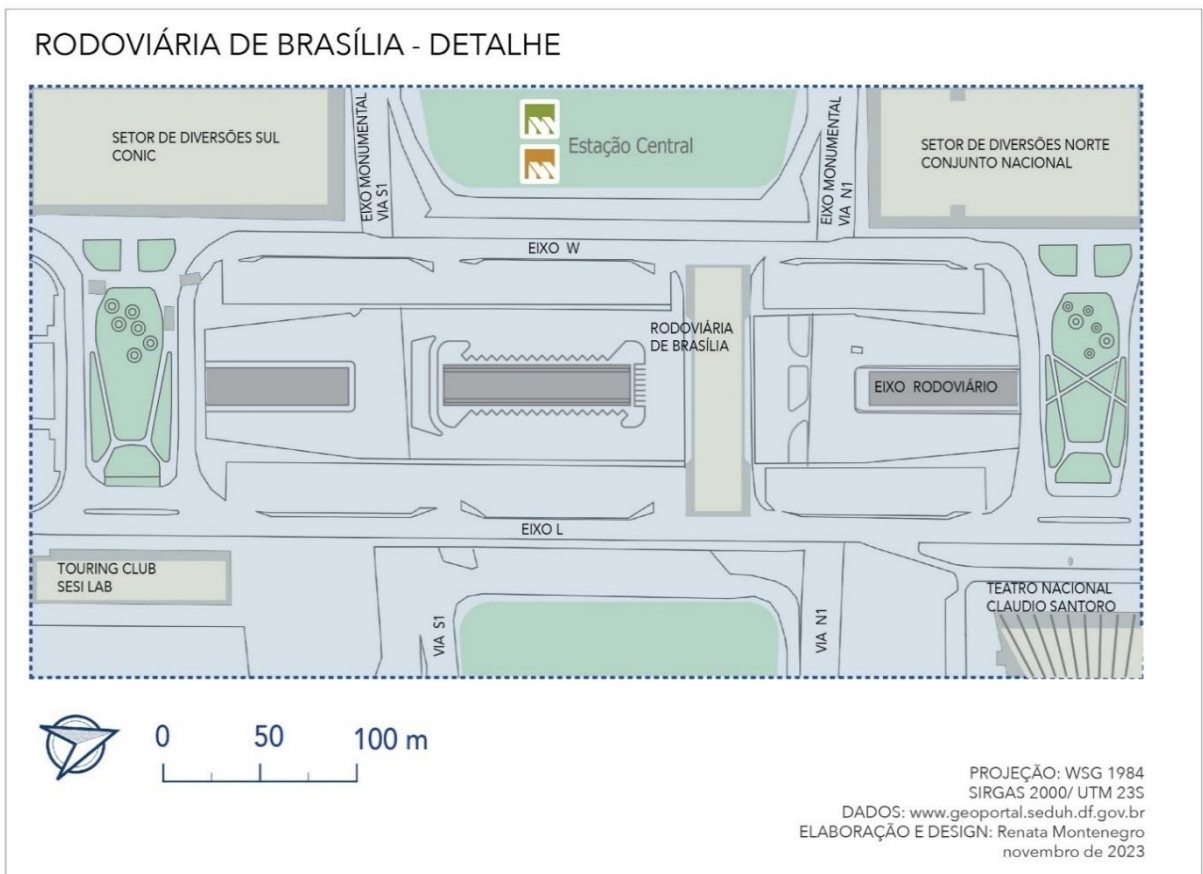
*Localização da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília – Brasil*





**Figura 6**

*Localização detalhada da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília – Brasil*



Após sua construção e ao longo do tempo, a rodoviária assume o papel de centro da cidade, já que Brasília não dispõe de um setor central. Por sua importância e centralidade, importantes manifestações se deram ali, como o Badernaço<sup>19</sup>, o desfile de escolas de samba e até corridas. Dividindo a Asa Norte e a Asa Sul a rodoviária funciona como um núcleo de acesso à toda cidade.

**Figura 7**

*Rodoviária do Plano Piloto na década de 1970*



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – Brasília (Brasil).

Na década de 1980, Lúcio Costa se dá conta da complexidade e a concretização da capital federal. Uma de suas maiores surpresas foi justamente a Plataforma Rodoviária que havia se tornado algo muito diferente daquilo que esperava. Em “Brasília Revisitada”, o arquiteto revela que a rodoviária foi ressignificada pelo fluxo de pessoas de diferentes cidades vizinhas. Imaginando que seria um local cosmopolita, como símbolo da modernidade, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek não puderam prever que haveria o domínio de uma classe trabalhadora que daria sua própria função a este espaço público (Figura 7). A expectativa do arquiteto gerou também a salvaguarda especificamente da rodoviária em 1992, pela portaria nº314<sup>20</sup>. Dado a importância deste espaço público e sua ressignificação, apesar do controle e das repressões gerados, sobretudo pelo reconhecimento do conjunto urbanístico de todo o Plano Piloto como Patrimônio da Humanidade em 1987 pela Unesco, a Rodoviária do Plano Piloto foi escolhida para a realização desta pesquisa.

<sup>19</sup> Ocorrido em 1986, sindicalistas e trabalhadores organizaram um protesto contra as medidas econômicas do então presidente José Sarney.

<sup>20</sup> A portaria especifica que “a Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos Setores de Diversões Sul e Norte” (Iphan, 2007, p. 61).

## Figura 8

Lúcio Costa sobre a Rodoviária do Plano Piloto

"Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, a rodoviária. Eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasileiros, essa massa que vive fora e converge para a rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde eles se sentem à vontade. Eles protelam, até a volta para a cidade-satélite e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. É o "centro de compras", então, fica funcionando até meia-noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele temem os brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído!"

Lúcio Costa  
31/12/77

*Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a Rodoviária, à noite. Eu sempre repeti que essa Plataforma Rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites improvisadas da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa população que mora fora entra em contato com a cidade. Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasileiros, essa massa que vive nos arredores e converge para a Rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade. Eles protelam, até a volta e ficam ali, bebericando. Eu fiquei surpreendido com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o "centro de compras", então, fica funcionando até meia-noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.*

Os espaços públicos, embora existam desapropriações e estratégias de afastamento, permanecem sendo locais da espontaneidade e do imprevisível, que são ressignificados continuamente (Gomes, 2002; 2018). As resistências se revelam conforme apontado por Lúcio Costa. A realidade é “maior, mais bela”. A dialética da desapropriação e apropriação só é possível pela ação inerente a vida daqueles e daquelas que resistem a partir de sua existência. É por essa razão que a abordagem adotada nesta pesquisa é crítica e existencialista, como se assume em parte dos estudos produzidos no Grupo de Pesquisas CNPq sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e o Caribe (GECIPA). A abordagem crítica salienta a compreensão da realidade como um produto histórico, isto é, como processo. Porém, a existência do processo só é possível com a presença humana e a ação inerente a ela. Os aspectos e características dos dois métodos nos aproximam de uma compreensão mais holística do uso e definição dos espaços públicos, principalmente, na América Latina.

Na realidade dos países subdesenvolvidos, o uso do espaço público se distingue. Os espaços públicos são apropriados, em especial, para o trabalho, já que a estratificação social produzida pela conquista ainda se apresenta. O desemprego e as condições de trabalho verificadas nestes países parecem exigir alternativas para garantia da sobrevivência no sistema produtivo. A ação dos sujeitos frente à realidade em que se encontram é o que redefine e ressignifica o espaço tornando-o efetivamente um processo, como reconhecido por Santos (1991).

A Rodoviária do Plano Piloto exemplifica a constatação de que a ação humana ressignifica e redefine o espaço. No caso dos espaços públicos a ação humana garante a espontaneidade e sua ativação popular (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021).

**Figura 9**

*Passageiros e trabalhadores informais nas proximidades e na Rodoviária do Plano Piloto*



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – Brasília (Brasil), 1988.

**Figura 10**

*Passageiros e trabalhadores informais nos dias atuais na Rodoviária do Plano Piloto*



Fonte: Acervo da autora, junho de 2022.

Ao longo dos anos, foram inúmeras as estratégias do poder público para deslocar trabalhadores informais da Plataforma Rodoviária. Conforme Raposo (2019) explica, “[...] a ocupação da Rodoviária por ambulantes não é atual, tampouco os esforços do governo em ‘limpar’ a área da presença dos trabalhadores” (Raposo, 2019, p.67). A autora diz que, em 2008, na tentativa de afastar estes trabalhadores da Rodoviária do Plano Piloto e de outros espaços públicos com grande visibilidade em Brasília, foi criado o Shopping Popular, localizado no limite entre o Plano Piloto e outras Regiões Administrativas. A distância e o reduzido fluxo de pessoas fizeram com que o local não fosse plenamente ocupado. Há poucos comerciantes em função do pequeno fluxo apenas gerado pela recente abertura de um Departamento de Trânsito (DETRAN) no local.

Segundo os trabalhadores instalados, houve a promessa de que ali haveria uma estação de trem – o que geraria maior fluxo de pessoas, estimulando o comércio. Contudo, isto nunca chegou a acontecer. Nesse sentido, estes trabalhadores permanecem utilizando diferentes espaços públicos de Brasília para garantir seu sustento. E um dos espaços mais utilizados continua sendo a Rodoviária do Plano Piloto.

Em 2019, foi instituída por Ilka Teodoro, que no período era a administradora regional do Plano Piloto do Distrito Federal, a Ordem de Serviço nº135, que estabelece “áreas excludentes” para o trabalho informal. No documento a maior parte do Plano Piloto é considerada área excludente para o exercício desta atividade, incluindo também a Plataforma Rodoviária e suas adjacências (Distrito Federal, 2019).

Em 2020, foi realizada uma audiência pública semipresencial com o objetivo de discutir a possibilidade de concessão da Rodoviária do Plano Piloto à iniciativa privada. Na ocasião, 39 pessoas participaram se manifestando a favor e contra a concessão, expondo suas propostas. A concessão se dará por edital de chamamento público em que a concessionária estará responsável por reformas do local, e pelo acostamento de veículos, podendo obter receita por meio do estacionamento nas adjacências. Algumas manifestações de usuários e trabalhadores informais que participaram desta audiência merecem destaque:

**Participante nº11**

*Acredito que precisa ser revista a forma como tem sido dado cada passo. A rodoviária é do povo, qualquer passo deveria ser dado com a participação popular e dos comerciantes que ali se encontram há anos. Audiência pública transmitida pelo YouTube aberta a sugestões não é pública realmente. Apenas um lado se manifesta. A partir do momento que é realizada em plena pandemia, onde muitas pessoas não podem participar de forma presencial, e a forma de transmissão recebe apenas sugestões, não sendo aberta a real manifestação, não é popular! E algo obscuro, por trás de quem realmente depende diariamente do terminal. Sugerimos que seja realizada audiência*

*PÚBLICA em cada cidade do Distrito Federal pois os mais de 700 mil usuários da rodoviária que transitam diariamente ali, se espalham por essas regiões e merecem ser ouvidas e consultadas.*

**Participante nº29**

*[...]Quando eles sucateiam o elevador, bem público e escadas rolantes, isso não é à toa, é para que o povo compreenda que a gestão pública não é possível de ser feita e que a gente precisa entregar ao empresário, sendo que é obrigação da gestão pública fazer e garantir a Rodoviária, o lugar de vida, um lugar de paz, liberdade, dignidade e lugar de direito ao trabalho de todas as famílias [...].*

**Participante nº37**

*[...]Como o povo do governo que fala que nós somos informais, que nós somos ilegais, que nossa mercadoria serve para plantar droga. Não é não. Ali bandido não vai correr com pano nas costas não. Todos nós que estamos ali somos trabalhadores. E dependemos disso ali. E nós não tiramos o público dos grandes shoppings não. Porque quem compra de nós é o pobre, o pobre que tem 20 reais pra dar numa camiseta na nossa mão, ele não tem 100 reais para comprar no shopping. Então, não vem dizer que nós, vendedores ambulantes, atrapalhamos o comércio dos grandes empresários que nós não atrapalhamos, o público deles são outro, o público deles é os ricos, nós trabalhamos com os pobres, e nós somos pobres, e nós não somos lixos, o governo tem que ser humano e enxergar cada um que está ali, tanto os pequenos empresários, tanto nós, vendedores ambulantes, que nós não somos lixos [...]* (Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB, 2020).

Durante a audiência, uma apresentação mostra que foi realizada uma consulta pública com os usuários (passageiros) a respeito dos maiores problemas da Rodoviária do Plano Piloto. Violência (77%), a falta de acessibilidade (38%), a falta de limpeza (31%), más condições dos banheiros (21%) foram considerados os piores problemas. O trabalho informal nem sequer foi mencionado. A mesma pesquisa foi realizada com comerciantes formalmente instalados na rodoviária. Para eles, os principais problemas são a insegurança (54%), a informalidade (30%), taxas altas de permanência (10%), desorganização (10%) e a existência de moradores de rua (8%) (Semob, 2020).

O debate sobre a privatização deste espaço público se intensificou a partir do Projeto de Lei 2.260 de 2021. O projeto prevê os termos para a concessão de serviço público e ainda aguarda aprovação. Não obstante, no ano de 2023, o Tribunal de Contas do Distrito Federal autorizou a continuidade do processo (Giovanni, 2023). No final de 2022, entretanto, o tribunal exigiu que a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) regularizasse completamente o espaço público da rodoviária, removendo a ocupação dos trabalhadores informais no local. E por essa razão, desde o início de 2023 tem havido intensas repressões por parte da Polícia Militar do Distrito Federal e da SEMOB contra os trabalhadores informais neste espaço público.

No dia 23 de maio de 2023 policiais militares ameaçaram atirar nos trabalhadores que permaneciam realizando seu trabalho no local (Grigori & Brito, 2023). E apesar deste nível de

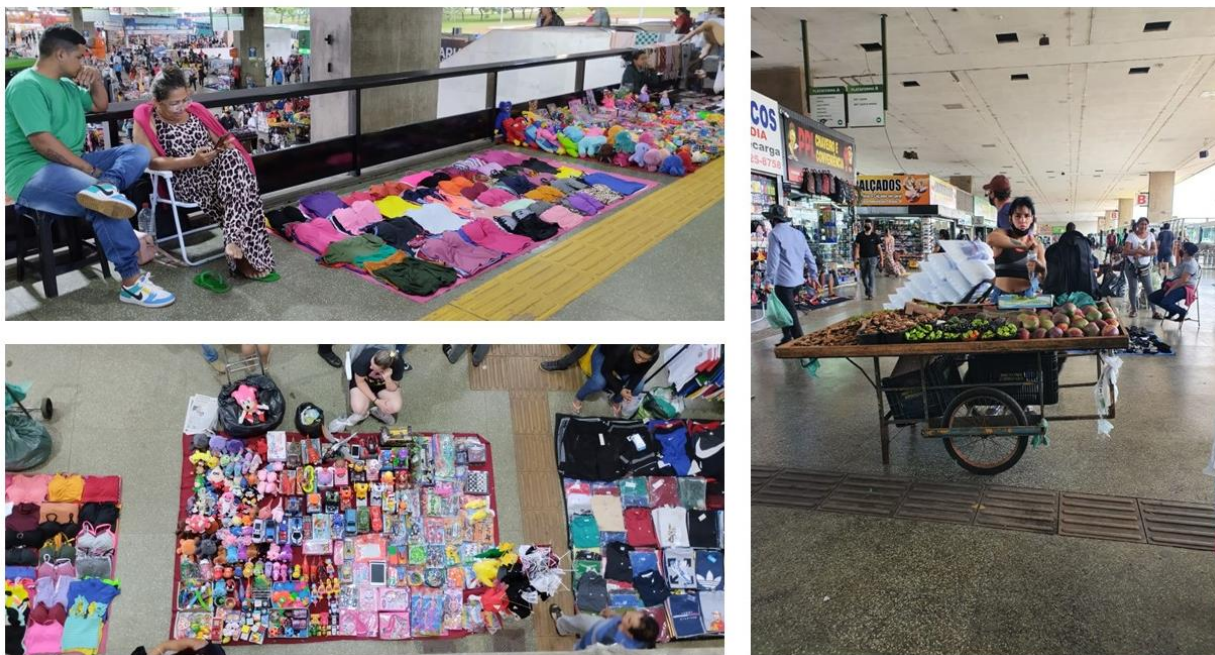
repressão, é possível encontrar ainda alguns trabalhadores que utilizam mochilas e artigos para realizar o seu trabalho disfarçadamente.

Como *expressão ativa do território usado*, o espaço público nos permite vislumbrar a coexistência entre agentes hegemônicos, isto é, o mercado e o poder público, que no caso da Rodoviária do Plano Piloto agem na tentativa de afastar os informais, e hegemonizados, trabalhadores informais, que resistem às intervenções e tentativas de afastamento.

Além da fiscalização, um dos entraves para a realização do trabalho informal encontra-se na falta de infraestruturas suficientes e adequadas neste espaço público. A falta de segurança também contribui para que os trabalhadores informais se sintam constrangidos em permanecer ali. No entanto, estes trabalhadores permanecem, garantindo seu sustento.

### Figura 11

*Trabalhadores em diferentes partes da Rodoviária do Plano Piloto*



Fonte: Acervo da autora, março de 2021.

As estratégias de desapropriação dos trabalhadores informais do espaço público serão compreendidas neste estudo como *violência da desapropriação*. São diferentes e numerosas tentativas, sobretudo, pelo fato de haverem espaços públicos que se encontram em conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, e tal reconhecimento não constitui um benefício para todos. O reconhecimento tende a servir como um motivo para o controle e a repressão de diferentes apropriações do território. Assim como na Rodoviária do Plano Piloto, na



Alameda Central também é possível verificar ações que constroem o uso do espaço público de trabalhadores informais e outros tipos de apropriação do espaço público.

### *1.3.2 Tarde dominical na Alameda Central<sup>21</sup>*

O termo “Cidade do México” pode se referir a diferentes locais. Politicamente, significa o próprio Distrito Federal do México. Ao mesmo tempo, pode significar a própria Zona Metropolitana, ou ainda a antiga cidade real que foi construída sob Tenochtitlán, cujo centro é a Plaza de la Constitución (também chamada de Zócalo) (Garza, 2000).

Conforme descreve Garza;

La actual Ciudad de México es en verdad, la síntesis de tres vastos procesos culturales que definen al México moderno, el azteca, la Colonia y la nación independiente que esculpe laboriosamente su propia identidad [...] (Garza, 2000 p.8).

A origem da Cidade do México deve ser remontada ao século XIV, quando os povos mexicas, também conhecidos como astecas, fundaram a capital indígena Tenochtitlán às margens de um lago (Xochimilco). Nesse período, os povos originários que ali se encontravam haviam desenvolvido a tecnologia das “chinampas”, que eram pequenas áreas de terra encontradas nas proximidades do curso d’água destinadas ao cultivo de alimentos. As chinampas foram chamadas pelos espanhóis de “jardins flutuantes” (Moncada-Maya, 1982).

A cidade dos povos originários era bastante complexa. Havia diques para contenção do volume da água do lago, e além disso, havia edifícios públicos e áreas residenciais antes mesmo da conquista espanhola (Pareyón, 2004). O historiador Serge Gruzinski destaca a complexidade da antiga cidade indígena de Tenochtitlán que já possuía dois séculos de existência antes da conquista espanhola. Antes da chegada dos europeus a este território, a cidade mexicana poderia ser naquele momento a maior do mundo. Maior inclusive que Veneza e Constantinopla (Gonzalbo & Gallegos, 2012). Sua complexidade poderia ser identificada tanto nos detalhes das crenças e cerimônias, quanto nas hierarquias da sociedade (Gruzinski, 2004, p. 263 - 287).

A partir do século XVI, o domínio espanhol foi estabelecido, e uma nova cidade (capital da Nova Espanha) foi construída sob Tenochtitlán. Com a mão de obra indígena escravizada, diferentes instituições foram erigidas, especialmente templos, povoados e prisões que foram fundamentais para o controle do território pelos espanhóis (Costa & Moncada, 2021). Nesse

---

<sup>21</sup> O título faz referência ao mural de Diego Rivera que retrata a Alameda Central e importantes figuras da história do México.

momento, os nativos foram obrigados a viver em áreas afastadas, fora dos limites da capital (Galván, 1999).

O domínio espanhol se estabelece durante séculos. Porém, no início século XIX, em função da independência mexicana, a cidade passa a ser oficialmente a capital do México, também conhecida como Cidade do México.

No século XX, a acelerada urbanização decorrente da substituição de importações fez com que a capital do país se tornasse apenas uma entre as diferentes demarcações territoriais pertencentes ao Distrito Federal. Passa a ser compreendida e designada como centro histórico, que constitui o local original da antiga capital asteca e da capital da Nova Espanha.

Aos poucos e durante o século XX, o centro histórico se deteriora devido a diferentes fatores. Dentre eles se destacam a perda da população residente, a saída de instituições públicas que ali se encontravam, o empobrecimento e precarização das condições de vida das famílias residentes, e consequentemente, o aumento da insegurança (Pareyón, 2004; Silva-Londoño, 2010; Vega & Braig, 2022). Soma-se a isso, o fato de que em 1985 ocorre um terremoto de grandes proporções que compromete ainda mais as edificações e sua importância histórica (Garza, 2000; Manrique, 2018).

Sob o argumento de “recuperação” do valor simbólico e social do centro histórico, empresários e autoridades nacionais apoiam a declaração deste conjunto urbanístico. Assim, em 1987 a Unesco inclui o centro histórico (perímetro A) e o lago Xochimilco em sua lista de Patrimônios da Humanidade. Este reconhecimento se efetivou pelo fato de:

- a. Exibir importante troca de valores humanos de desenvolvimento em arquitetura ou tecnologia, monumentos, planejamento urbano e paisagismo, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo;
- b. Ser um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- c. Ser um exemplo notável de um tipo de edificação, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra um (ou mais) estágio(s) significativo(s) na história da humanidade;
- d. Ser um exemplo notável de assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar que seja representativo de uma cultura (ou de culturas) e interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se torna vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis (Unesco, 1987, tradução da autora).

Reconhecido como Patrimônio da Humanidade, o conjunto urbanístico, que na verdade constituía apenas uma parte de todo o centro histórico, passa por uma série de reformas. Parecia necessário recuperar o valor histórico e simbólico de um local com mais seis séculos de existência

que se encontrava abandonado por autoridades, empresários e pela população local (Fundación Centro Histórico de la Ciudad de México, 2011).

Esse resgate foi defendido pela Fundación Centro Histórico, criada em 2002 e liderada pelo empresário Carlos Slim, para quem o centro histórico deveria ser restaurado e um motivo de orgulho do passado e futuro dos mexicanos (Slim-Helú, 2011). Em um documento produzido apenas para registrar a “recuperação” e “revitalização” deste local após a declaração, são encontrados depoimentos de diferentes autoridades do México e de empresários.

[...] valoramos ampliamente la gran iniciativa ciudadana de rescatar el Centro Histórico, de regresarle su esplendor y su valor a nuestros palacios, a nuestras acequias, a nuestra memoria histórica (Hinosa, 2011 p. 7).<sup>22</sup>

[...] La transformación integral del Centro Histórico ha sido producto del acuerdo de los gobiernos federal del D.F, empresarios inversionistas, sus habitantes y negocios, instituciones y la sociedad mexicana, unidos todos en la revitalización del Centro Histórico de la Ciudad de México (Slim-Helú, 2011, p.20).<sup>23</sup>

Nos trechos, é possível verificar um fenômeno já conhecido sobre o reconhecimento de Patrimônios da Humanidade. Isto é, o processo de reconhecimento de locais como patrimônios tende a considerar mais o interesse de empresários e autoridades do que a opinião popular daqueles que em verdade constituíram o patrimônio. Para Gonçalves (2015), isso tem sido uma tendência no reconhecimento de patrimônios culturais em todo o mundo. O reconhecimento tem beneficiado grandes empresários especialmente do ramo do turismo, convertendo patrimônios em destinos turísticos no mundo todo.

A partir disso, Vega & Braig (2022) o descrevem como um espaço disputado por dois grupos. De um lado se encontram políticos e empresários, desejosos de uma reforma urbana e valorização de negócios, e de outro, estão os trabalhadores informais que durante muito tempo utilizaram o centro histórico como local de trabalho.

O centro histórico sempre foi um destaque em relação ao comércio (formal ou informal). Porém, ao longo dos anos e sobretudo após o reconhecimento do sítio como Patrimônio da

---

<sup>22</sup> Hinosa, FC. (2011). Comunicação pessoal [Transcrição de discurso]. In Fundación del Centro Histórico de la Ciudad de México. (2011). Centro Histórico: 10 años de revitalización. México.

<sup>23</sup> Slim-Helú, C. (2011). Comunicação pessoal [Transcrição de discurso]. In Fundación del Centro Histórico de la Ciudad de México. (2011). Centro Histórico: 10 años de revitalización. México.

Humanidade, o controle do uso e a desapropriação se fizeram presentes. Segundo Silva-Londoño (2010);

A pesar de la función comercial del Centro Histórico, la presencia del comercio en las calles se constituye en una afrenta a la idea de Centro Histórico que se ha venido consolidando en el contexto latinoamericano desde hace 40 años, sustentada en el discurso de la conservación del patrimonio histórico como requisito fundamental para la inserción de las ciudades a la economía globalizada. En efecto, el retiro de los ambulantes es uno de los primeros pasos en la “revitalización” de los centros históricos, el cual es visto como una precondition para incrementar la inversión privada, el turismo internacional y recrear una idea de unidad nacional que diluye los conflictos presentes en la sociedad (Silva-Londoño, 2010 p.199).

Como parte deste conjunto urbanístico, onde passado, presente e futuro se confluem, por possuir cerca de seis séculos de existência, a Alameda Central se revela como principal passeio público. Trata-se de um espaço público atualmente controlado e representativo do que neste estudo chamamos de *violência da desapropriação*. Assim como a Rodoviária do Plano Piloto, a Alameda Central se apresenta como um espaço público do qual resistem grupos desprestigiados apesar do controle e das repressões.

### Figura 12

*Trabalhador informal na Alameda Central, 2022*<sup>24</sup>



Fonte: Acervo da autora, outubro de 2022.

A Alameda Central<sup>25</sup> é considerada o passeio público mais antigo de todo o continente americano (Pérez-Bertruy, 2019; Larrucea-Garriz et al., 2020). Criada em 1592, durante o reinado

<sup>24</sup> Nesta imagem, o trabalhador informal engraxa sapatos ao lado de uma placa que informa sobre proibição de diferentes tipos de uso deste espaço público, sobretudo, o uso destinado ao trabalho.

<sup>25</sup> Segundo Rubio-Fernández (2013) o local onde foi construído o passeio público foi originalmente um mercado indígena chamado San Hipólito.

de Luís de Velasco Filho, o espaço era inicialmente voltado ao lazer da capital de domínio espanhol (Markowski, 2004). Recebia este nome devido a presença de álamos, apesar de hoje possuir outros tipos arbóreos (Instituto Nacional de Bellas Artes, 2001).

Diferentes reformas e modificações foram realizadas no local, mediante as necessidades dos distintos períodos históricos. Ao longo dos séculos foram incluídos novos monumentos e foram estabelecidas regras. Houve, ao longo dos anos, um aumento de sua extensão e locais específicos para o deslocamento de veículos (carruagens) e pedestres, porém, seu traçado nunca foi alterado (Larrucea-Garritz et al., 2020). No século XIX, este passeio público, mais do que passeio público das elites e dos burocratas, destinado ao encontro de amantes, também adquire a função de um espaço destinado as celebrações cívicas da independência. No século XX, novas reformas foram feitas, privilegiando o deslocamento carros e de pedestres, em detrimento dos monumentos e obras artísticas que existiam no local (Pérez-Bertruy, 2019).



A importância deste espaço público para a capital mexicana pode ser verificada pelo fato de ter sido retratada em diferentes obras artísticas<sup>28</sup>. A principal delas é o mural produzido por Diego Rivera, intitulada *Sueño de una tarde dominical en Alameda Central*, que pode ser encontrada no Museu Diego Rivera, localizado na Plaza de la Solidaridad, ao lado da Alameda Central na Cidade do México. Constitui um retrato da história mexicana, contada da esquerda pra direita, como uma linha do tempo feita com pessoas e símbolos importantes da história do país.

Em primeiro lugar, é importante notar que Rivera retrata a si mesmo como um menino. Isso, pois a obra pode ser entendida como um desejo da infância e da juventude em reunir em uma festa alegre todos os diferentes e importantes momentos da história mexicana. Na obra podem ser encontradas figuras importantes como Benito Juárez, Frida Kahlo, Luis de Velasco, e uma Calavera Garbancera (também conhecida como *Catrina*, que se trata de um símbolo surgido pelo trabalho artístico de Jose Guadalupe Posada). Há também trabalhadores informais, que aparecem na imagem vendendo balões, sanduíches e brinquedos (Consejo Nacional de Bellas Artes, 2007).

---

<sup>28</sup> Três obras merecem o devido destaque: a obra “La Alameda de México” de José María Velasco, “La Alameda de México” do litógrafo Casimiro Castro, e a mais popular: “Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central” de Diego Rivera (GDF, 2012).

## Figura 14

Mural “Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central”<sup>29</sup>



Fonte: Museu Diego Rivera, 2022.

O mural destaca como o espaço público da Alameda Central possui uma importância histórica. A presença de trabalhadores informais e de figuras desconhecidas demonstra que este espaço público é apropriado para diversos fins, especialmente para o trabalho e garantia de sustento da população mais empobrecida. A exemplo disso, Ricardo Pérez Escamilla, grande conhecedor de arte mexicano, escreve um poema dedicado à Alameda Central e à obra de Diego Rivera. Em um dos trechos de seu poema, encontramos a seguinte passagem:

[...] Mi Alameda señores  
es un teatro genial  
donde hallarán el resumen  
de la historia nacional,  
[...]  
El rico junto al pobre  
lo igual con lo desigual  
así es como el artista  
ve a la mexicanidad

(Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2007, p.10)

<sup>29</sup> Um dos elementos em que se pode notar a distinção de classe das figuras é o chapéu. O adorno indica quais figuras da história mexicana eram de classe abastada e quais não eram.



Nos trechos do poema, é possível perceber como a Alameda Central é utilizada por sujeitos de diferentes origens e classes sociais. A obra de Diego Rivera também nos fornece o entendimento de que este espaço público reúne interesses e grupos divergentes, sendo ele um espaço representativo da sociedade e história mexicanas.

No século XX, este passeio público enfrentou um período de decadência e descaso por parte do poder público, que atribuía aos trabalhadores informais, delinquentes e outros grupos responsabilidade sobre os prejuízos paisagísticos (Pérez-Bertruy, 2019). No período, não era apenas a Alameda Central que necessitava de reformas, mas todo o centro histórico da capital mexicana. Por isso, em 2009 houve um aumento do investimento em toda estrutura do local, apoiado pela “Secretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda de la Ciudad de México (SEDUVI) en colaboración con la Autoridad del Espacio Público (AEP) y con el apoyo financiero del sector privado”, com o objetivo de atrair turistas de diferentes partes do mundo por meio da incorporação de mobiliário urbano específico, como bares, restaurantes e lojas, e pela expropriação de atividades tipicamente populares dos espaços públicos (Rodríguez-López, 2018, p.224). Em 2012, então, houve um novo projeto de revitalização que visava a melhoria das condições de uso de toda a Alameda, porém, o que se efetivou foi um projeto interessado em mudar até mesmo o valor histórico que o local possuía.

Desgraciadamente la intervención no correspondió al tratamiento de un jardín histórico, pues alteró sustancialmente los valores del pasado en muchos sentidos, debido a la modificación de la traza, las reformas a las fuentes decimonónicas y la plantación de una vegetación que no tiene conexión con la nativa, así como la modernización de una infraestructura dirigida al consumo y gasto energético (Pérez-Bertruy, 2019, p. 20).

A mais recente reforma, portanto, já atendia aos interesses daqueles que contribuiram para o reconhecimento da antiga Cidade do México como Patrimônio da Humanidade. Conforme identificado por Giglia (2013), espaços que passaram por este processo de renovação ou reforma (“rescate”) passam a não ser tratados como espaços públicos, mas sim como espaços especiais, enclaves. Ao invés de reduzir desigualdades espaciais, esse tipo de ação as intensifica. Como observado por Rodríguez-López (2018), tais políticas de reforma que se dão em âmbito local possuem forte influência e participação de intervenções de ordem global, por atenderem às lógicas do turismo externas a realidade local, conforme também já foi dito por diferentes autores (Costa, 2008; Delgadillo, 2016; Gonçalves, 2015).

Especialmente após o reconhecimento do centro histórico, a Alameda Central se tornou um dos espaços públicos mais atrativos para turistas e para o mercado imobiliário (Fundación del

Centro Histórico de la Ciudad de México, 2011). Os trabalhadores informais, por outro lado, foram os mais afetados por essas mudanças, e sobretudo, os trabalhadores informais que se apropriavam da Alameda Central.

Nas palavras de Ipiña-García (2017):

Fue hasta el año 2012 cuando inició la rehabilitación de la Alameda Central. A partir de esa fecha se impuso un reacomodo de las relaciones y prácticas sociales, para moldearlos al espacio público reivindicado, con un perfil de corte turístico. Se quitó el área empastada de los jardines, para colocar cubresuelos y matas, lo que acabó con los días de campo y las siestas de mediodía de los visitantes; se prohibió acceder con mascotas, lo que segrega a una parte de los vecinos acostumbrada a pasear con animales de compañía, y se prohibió el comercio informal y las actividades socioculturales irregulares, lo que ha generado una pérdida de interés como espacio de entretenimiento (Ipiña-García, 2017, p.366).

O reconhecimento do centro histórico como Patrimônio da Humanidade e as ações que se deram após isso, tornaram a Alameda Central um local bastante controlado, onde trabalhadores informais são cotidianamente ameaçados. O que ocorre é um maior controle dos tipos de uso neste espaço, o que intensifica o fenômeno da *violência da desapropriação*.

### Figura 15

*Policiais impedindo a compra e venda de produtos na Alameda Central, 2022.*



Fonte: Acervo da autora, setembro de 2022.

Após a reforma de 2012 e o estabelecimento de normas de uso para este passeio público, trabalhadores informais passaram a se apropriar da Plaza de la Solidaridad, praça vizinha à Alameda Central, para continuar aproveitando o fluxo de pessoas no local (Markowski, 2004; Ipiña-García, 2017). Dessa forma, continuaram garantindo o uso diverso dos espaços públicos de todo o centro histórico, em especial, do parque, por fornecerem serviços e produtos tanto para

turistas quanto para a população residente que utiliza este espaço público, principalmente nos fins de semana. Conforme apontado por Markowski (2004): “Por encima, por debajo o por detrás de la trama de la Alameda se van consolidando esos territorios refugio donde los desamparados reescriben otra historia y otra memoria” (Markowski, 2004 p.66). O uso deste passeio público mesmo durante a pandemia da covid-19 exemplifica isso. Segundo Gutiérrez--Hernández (2023), em 2020 as medidas de enfrentamento à covid-19 funcionaram como um pretexto para a desapropriação de usos populares da Alameda Central. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais neste período revelaram as profundas desigualdades permanecem na capital mexicana. E assim que o parque foi novamente aberto, os mesmos trabalhadores retornaram, o que demonstra a importância do trabalho informal e deste espaço público nas suas vidas.

During the COVID-19 closure of the Alameda, many street vendors and artists faced difficulties in earning their livelihoods. Some vendors moved to adjacent streets where they could still sell their products, but streets were empty. Others benefited from some social policies and cash transfer programmes that the national and city governments established in response to COVID-19. The displacement of vendors exemplified some forms of ‘old inequalities and new struggles’ of the urban poor in the Mexican context [...]. As soon as the Alameda reopened, street vendors, performers and artists returned to the park, demonstrating a form of longstanding resistance to policies and social surveillance<sup>30</sup> (Gutiérrez-Hernández, 2023, p. 9 -10).

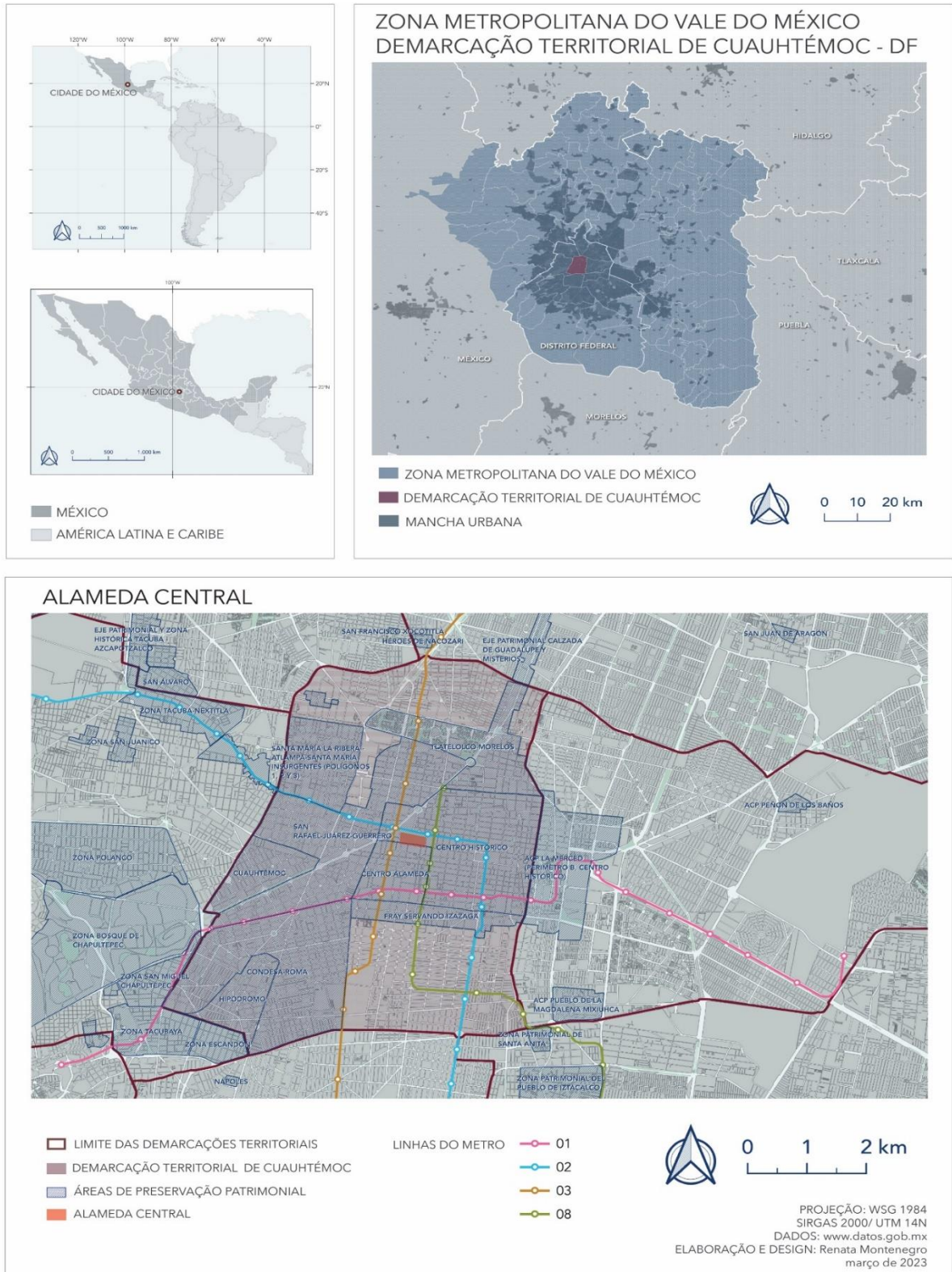
Ao considerarmos o espaço público como *expressão ativa do território usado*, chamamos a atenção para o fato de que semelhantemente a Rodoviária do Plano Piloto, a Alameda Central é efetivamente um espaço público, ativado por sujeitos que dele se apropriam de diferentes formas. Em ambos os casos, os trabalhadores informais buscam estes espaços devido ao grande fluxo e função que desempenham. No caso da Alameda Central, embora não seja uma estação ou um terminal rodoviário, podemos dizer que este é um espaço público de grande fluxo de pessoas de diferentes origens. Trata-se de um passeio público de formato retangular, com quatro estações de metrô que podem ser acessadas em cada um de seus vértices. Além disso, diferentes linhas de ônibus chegam ao local, por estar localizada ao lado e nas proximidades de importantes avenidas da capital (Figura 16 e Figura 17).

---

<sup>30</sup> Durante o fechamento da Alameda pela covid-19, muitos vendedores ambulantes e artistas encararam dificuldades para se sustentar. Alguns vendedores se deslocaram para ruas vizinhas onde ainda poderiam comercializar seus produtos, mas estas ruas estavam vazias. Outros foram beneficiados por políticas sociais e programas de transferência de renda que foram estabelecidos pelo governo federal e local em função da covid-19. A retirada de vendedores exemplifica a existência de algumas “formas antigas de desigualdade e novas lutas” da pobreza urbana no contexto mexicano [...]. Assim que a Alameda foi aberta, vendedores ambulantes e artistas retornaram ao parque demonstrando uma resistência de longa data às políticas e a vigilância social.

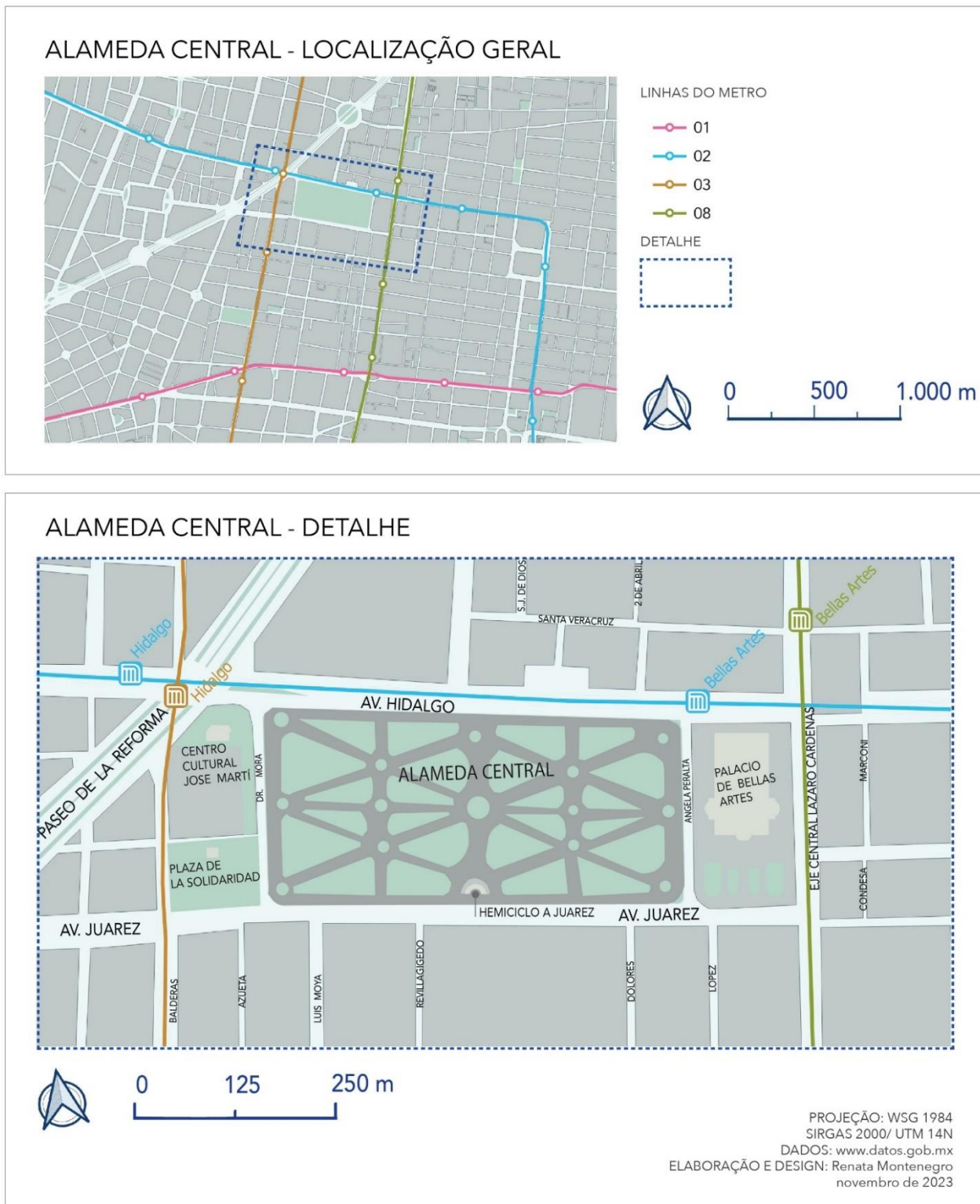
**Figura 16**

*Localização da Alameda Central no centro histórico da Cidade do México – México*



**Figura 17**

Localização detalhada da Alameda Central da Cidade do México - México



Por este Vega e Braig (2022) assinalam que para acessar este espaço público;

[...] las clases medias llegan en auto y los sectores populares en el Metro desde la periferia. La accesibilidad y la proximidad a los recursos materiales y simbólicos y a los visitantes sean transeúntes capitalinos o turistas, opone a actores situados en las antípodas sociales y económicas (Vega & Braig, 2022, p.25).

Devido à presença de distintas classes sociais e dos diferentes tipos de uso que coexistem na Alameda Central, Gutiérrez-Hernández (2017) considera este lugar:

[...] un espacio de resistencia social ante las dinámicas políticas, económicas, sociales y culturales que tienen lugar en el Centro Histórico de la Ciudad de México. Este espacio público se ha convertido en un lugar de encuentro, de batalla y resistencia en donde convergen intereses de usuarios antiguos, nuevos ocupantes, autoridades y marcos regulatorios, instituciones culturales e históricas (Gutiérrez-Hernández, 2017, p.2).

Atualmente, podemos encontrar alguns trabalhadores informais, que permanecem ali, pois são tolerados por fiscais e policiais por possuírem idade avançada, deficiência ou por se encontrarem em alguma situação de vulnerabilidade. Por enfrentarem o desemprego e a falta de renda, estes trabalhadores insistem em permanecer para garantir o próprio sustento e o sustento de seus familiares. No entanto, em certos casos, alguns trabalhadores informais afirmam que apesar de tolerados, continuam sendo ameaçados por continuarem nesse espaço público.

É necessário discutir a condição de espaço público destes locais que são controlados e supervisionados. Mas como já vimos, os espaços públicos sempre foram, inclusive em diferentes contextos, espaços de disputa, assim como a própria esfera pública. O fato de que apenas alguns trabalhadores informais serem tolerados também pode ser entendido como um elemento que compõe a *violência da desapropriação* que examinamos nesta pesquisa, já que a existência de um espaço público pressupõe a existência de diferentes tipos de apropriações, isto é, distintos tipos de uso.

## 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Entende-se que a esfera pública e o espaço público continuam a ser um local de disputa. E que embora alguns autores apontem sua decadência, estes locais ainda são reivindicados por grupos desprestigiados. Entendendo-o como *expressão ativa do território usado*, o espaço público revela a disputa pela visibilidade e publicidade de problemas que existem especialmente na vida de “sujeitos lentos” (Santos, 1994; 2017), que resistem a propostas verticais e hegemônicas de maneira própria.

O que foi sustentado por Habermas (1984), Arendt (1994) e Sennett (2014) nos apontam a existência de uma esfera pública que representa a relação entre Estado e sociedade, entre pessoas e grupos distintos, e um espaço de visibilidade e publicidade. O entendimento sobre a esfera pública apresentado por estes autores, deu suporte para a compreensão sobre o que é o espaço público. Não obstante, as especificidades das cidades e espaços públicos latino-americanos, sobretudo para a Geografia, exigem algumas considerações sobre esta temática. A existência e permanência de usos populares mesmo em espaços públicos rigidamente controlados, como na Rodoviária do Plano Piloto e na Alameda Central, demonstram isso. Estas práticas contestam as expectativas dedicadas a estes locais que integram conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade. Estas permanências, como veremos nos capítulos seguintes, revelam uma resistência contínua dos povos desprestigiados no continente e, principalmente em suas cidades (Costa, 2016).

Para Santos (1991, 2000, 2012, 2017, 2020), o espaço social, ou seja, o espaço geográfico é, metodologicamente, definido pela forma, a estrutura, e a função, que não sendo inertes, fazem parte de um processo. Portanto, forma, estrutura, função e processo são elementos desta instância social, cuja compreensão exige o esforço teórico que reúna estes elementos, uma vez que estas categorias não existem separadamente (Santos, 2012, p.56). Em síntese, para o autor:

A totalidade que supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma, é dialética e econômica. Para estudá-la, é preciso levar em consideração todas as estruturas que a formam e que em conjunto ou isoladamente a reproduzem. Essas estruturas, bem como a totalidade, não são fixas, pois evoluem no tempo (Santos, 2012, p. 57).

O território usado é uma totalidade (Santos, 2000). O espaço público é singularizado no contexto desta totalidade em movimento. Assim, em uma abordagem geográfica, tal espaço deve ser compreendido como um híbrido, relação de forma e conteúdo, de coexistência do que é hegemônico e do que resiste contra hegemonicamente nas cidades do continente (Costa, 2016). Estas permanências e resistências garantem a ativação popular do espaço público, que Costa (2016)

considera fundamental para o enfrentamento da exploração contínua dos sujeitos dentro do sistema produtivo nas cidades latino-americanas.

Compreender o espaço público como *expressão ativa do território usado*, isto é, como concreção do espaço geográfico, nos proporcionará condições para reconhecer, especialmente, o dinamismo deste espaço. Isto significa que não incorreremos na ideia de desaparecimento ou declínio destes locais.

Como apregoado por Gomes (2002, p.160), “[...] o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos”. Ainda segundo o autor, uma das maiores limitações teóricas hoje enfrentadas sobre o tema é a consideração de que os sujeitos que dele participam são espectadores passivos. *A violência da desapropriação* embora modifique o uso e a apropriação do espaço público, não impede sua ativação popular.





Autoria: Joel Rodrigues. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br>

## **CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO**

No capítulo anterior foram apresentadas considerações sobre a esfera pública, o espaço público de maneira geral, e o espaço público na Geografia. Apresentamos uma proposta de abordagem geográfica crítica e existencialista, que reconhece as resistências e permanências nos espaços públicos – entendendo o espaço público como *expressão ativa do território usado*. Além do que já mencionamos, esta abordagem se faz bastante necessária para identificação do que chamaremos de *violência da desapropriação*. A violência há muito faz parte da história da América Latina. A participação efetiva da esfera pública na região exige, portanto, reivindicações constantes e resistências.

Estudos que se dedicam a compreensão de fenômenos circunscritos na América Latina podem ser justificados pelas particularidades da região. O acúmulo de desigualdades verificado nos países deste continente demonstra que são necessários estudos de suas especificidades. Conforme notado por Santos (2018), tais especificidades são observáveis na organização da economia, da sociedade e do espaço do continente.

Nesse sentido, o presente capítulo se divide em três partes. Em primeiro lugar, faremos algumas considerações sobre a América Latina, salientando alguns dos aspectos que decorrem da conquista destes territórios. Neste tópico são destacadas algumas particularidades, discutindo o que Galeano (1998), Ianni (1988), Quijano (2005, 2010) e outros autores apontaram sobre a América Latina. Também são apresentados dados secundários que demonstram particularidades socioeconômicas que contribuem para a violência contínua no continente.

Na segunda parte deste capítulo, discutimos a *violência da desapropriação* como uma resultante da conquista dos territórios latino-americanos, destacando como as desigualdades examinadas no continente contribuem para os entraves no acesso a esfera pública e o espaço público. Certos espaços públicos são exemplos claros do que constitui o fenômeno analisado neste estudo, por serem locais onde há maior pretensão de controle, como em espaços públicos que integram Patrimônios da Humanidade.

Na terceira parte, debatemos a existência da *violência da desapropriação* verificada nos exemplos práticos escolhidos para esta pesquisa, isto é, na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e na Alameda Central da Cidade do México (México). Nesses locais, a *violência da desapropriação* se apresenta com certas semelhanças, o que nos aponta a existência de uma tendência global relacionada ao reconhecimento de Patrimônios da Humanidade, como percebido por Costa (2008, 2011).

A imagem de abertura deste capítulo é da Rodoviária do Plano Piloto em 2023, em uma das ocasiões em que a Polícia Militar do Distrito Federal esteve atuando na remoção e repressão de trabalhadores informais, valendo-se do argumento de que estes trabalhadores contribuem para a insegurança no local.

## 2.1 A CONQUISTA E SEUS EFEITOS: ALGUMAS NOTAS

A condição em que se encontram os países da América Latina em termos sociais e econômicos exige um esforço dos especialistas sobre as especificidades desta região. Seus países possuem em comum uma profunda desigualdade social, conformada pela conquista de seus territórios. Há uma exploração permanente dos países de economia avançada sobre os países pobres, especialmente sobre os países latino-americanos. Soma-se a isso, as profundas desigualdades internas, que de tão profundas, só podem ser compreendidas a partir da noção de casta, e não de classe social (Ianni, 1988; Quijano, 2005).

Segundo Galeano (1998), o que ocorreu na América Latina foi uma colonização que se pautou pela superioridade étnica dos conquistadores sobre os conquistados, sendo os primeiros privilegiados em seus territórios de origem pelos recursos encontrados. O mesmo não ocorre com outros países americanos como os Estados Unidos e o Canadá. Os colonizadores desses últimos tornaram-se parte da nação conquistada, não sendo subalternizados. Ademais, durante a conquista, a população nativa foi quase toda eliminada, o que impediu uma exploração profunda e contínua da maioria da população – ao contrário do que ocorre nos países latino-americanos.

Com população mestiça, majoritariamente parda, indígena e negra, os países latino-americanos seguem sendo economias dependentes (Santos, 2018), de mão de obra farta e salários baixos (Galeano, 1998). Todavia, de acordo com o que afirma Galeano:

[...] A divisão internacional do trabalho não se foi estruturando por obra e graça do Espírito Santo, senão por obra dos homens ou, mais precisamente, por causa do desenvolvimento internacional do capitalismo (Galeano, 1998, p.77).

A população negra, indígena e mestiça latino-americana teve de enfrentar inúmeros entraves para deixar a condição de escravos para se tornarem proletários. E apesar desta mudança, esta população continua a constituir a camada mais empobrecidas da população (Ribeiro, 1986, p.16). A exploração destes povos foi fundamental para a consolidação do sistema capitalista. Ou seja, “[...] com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e a modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder até hoje (Quijano, 2010, p. 85).

Portanto, o sistema capitalista e a consequente divisão internacional do trabalho que se criava a partir disso, não seriam possíveis sem a conquista da região. Contudo, apenas a conquista não explica esta situação de desigualdade. Deve-se considerar o fato de que há ainda muita

exploração de seus recursos e de toda sua população, o que privilegia os países centrais, e uma pequena elite nestes territórios (Ianni, 1988). A análise a ser feita, nesses termos, ultrapassa a escala e história local. O controle desses territórios se dá continuamente, os impedindo de alcançar o mínimo de justiça social para suas populações, atingindo também a esfera e o espaço público, ainda reivindicados, o que nos impede de apontar sua decadência e futuro desaparecimento.

Para Quijano (2005), aconteceu uma imposição étnica e estética, que ditou normas de vida e caracterizou o que ficou conhecido como modernidade. Todavia, a modernidade em si esconde uma face obscura que oprimiu e oprime os sujeitos periferizados nos países latino-americanos. Essa face remonta à colonialidade que ainda se projeta e permanece, contribuindo para a subalternização contínua da maioria da população. A contestação da exploração, no entanto, se manifesta e necessita ser reconhecida como parte de outra racionalidade (Dussel, 2005; Costa, 2016).

Sobre a formação das instituições e da sociedade dos países latino-americanos, é oportuno retomar conclusões obtidas por Octávio Ianni em relação ao continente. Para Ianni (1988), as instituições latino-americanas, assim como as relações políticas, culturais e militares, conformam o que o autor chama de “quinta fronteira”, que se trata de um obstáculo para a construção de uma unidade nacional. O que Ianni descreve é que as instituições na América Latina, de certa forma, mais contribuem para a existência de desigualdades raciais e sociais do que para sua superação. O relatório síntese da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2021) sobre a matriz da desigualdade racial na América Latina confirma que:

As respostas do tipo “mão firme”, que implicam enfoques repressivos e abordam violência somente sob a perspectiva de segurança em certos territórios, não funcionam. Pelo contrário, têm redundado em um aumento da violência que afeta a população afrodescendente e na piora da situação da segurança pública (CEPAL, 2021, p. 37).

A conquista, como examinado por Ianni, foi responsável pela conformação de uma sociedade de castas dentro dos países latino-americanos. Nas palavras do autor,

Há padrões e valores remanescentes da sociedade de castas, produzida pelo colonialismo e escravismo, subsistindo junto aos valores e padrões da sociedade de classes que emerge a partir do século XIX. Tanto assim que, no século XX, as sociedades nacionais continuam a mesclar o passado, e o presente, a casta e a classe, o patrimonialismo e a liberalismo (Ianni, 1988, p. 13).

Soma-se a isso as problemáticas relações externas que países latino-americanos estabelecem com outras nações que agravam ainda mais o problema da falta de uma unidade nacional. Não são raras as ocasiões em que as elites nacionais agem em cooperação com o imperialismo, obtendo vantagens e agravando problemáticas históricas desses países. O

imperialismo talvez não triunfasse na América Latina se não houvesse burguesias nacionais tão dadas a sanha de privilégios políticos (Ianni, 1988).

A desigualdade representa um conjunto de distinções que segrega grupos dentro de uma sociedade. Ela se estende a oportunidades e direitos, podendo ser intensificada ou reduzida ao longo do tempo. As desigualdades verificadas nos países do continente têm relação com a estratificação racial produzida pela conquista destes territórios, conforme apontado por Quijano (2005). Antes da conquista da América Latina não havia uma diferenciação social baseada na raça. O próprio termo “raça” só surgirá a partir disso, produzindo uma sociedade profundamente desigual (Ianni, 1988; Quijano, 2005). Além do elemento racial, o nível de exploração neste contexto pode ser verificado também pela busca por recursos. A socióloga Maristela Svampa (2019) argumenta que:

Desde o tempo da colonização europeia, os territórios latino-americanos foram alvo de destruição e saques. Rica em recursos naturais, a região foi se reconfigurando no calor dos sucessivos ciclos econômicos impostos pela lógica do capital, por meio da expansão das fronteiras e das mercadorias - uma reconfiguração que, em nível local, implicou um grande contraste entre lucro extraordinário e extrema pobreza, assim como uma enorme perda de vidas humanas e a degradação de territórios, convertidos em áreas de sacrifício (Svampa, 2019, p.26).

Ao aplicar e analisar apenas os indicadores, podemos nos apoiar em argumentos frágeis, que tendem a naturalizar a situação econômica dos países (Santos, 1979). Isto pode ser exemplificado pela existência de estudos que atribuem o fenômeno da desigualdade social e da pobreza à “explosão demográfica”. Outras teorias se apoiam na ideia de que a pobreza é um dos estágios para o desenvolvimento, tornando-a algo que deve ser “tolerado” já que os países pobres ou subdesenvolvidos um dia alcançarão um patamar superior. Isso pode ser facilmente contestado. Em outro trabalho, Santos esclarece que a “[...] situação dos países subdesenvolvidos não é em nada comparável à dos países hoje “avançados” antes da industrialização” (Santos, 2018, p.19).

Há também teorias que se apoiam na ideia de que o clima define o desenvolvimento das nações (Santos, 1979). A existência de estudos que carregam tais hipóteses justificam sobremaneira a produção científica dedicada às especificidades dos países periféricos, especialmente dedicada à América Latina.

Apesar das críticas aqui apresentadas, os dados unidos à uma teoria robusta, podem inspirar propostas e compreensões seguras, no que diz respeito ao território. Os dados destes países chamam a atenção mesmo quando comparados a realidade de outros países na periferia do capitalismo. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em 2019 apontou que a maioria dos

países latino-americanos possuía um Índice de Desenvolvimento Humano<sup>31</sup> (IDH) entre 0.7 e 0.8. El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Honduras nem mesmo alcançaram a média da região<sup>2</sup>. Dessa maneira, 0.673, 0.660, 0.663, 0.664 foram os resultados destes países, respectivamente. Para compreender melhor, podemos observar os resultados de outros países, como Rússia, Tailândia e Romênia. Os IDHs dos três países no mesmo ano foram respectivamente 0.824, 0.777 e 0.828 – resultados muito superiores aos registrados na América Latina.

No que diz respeito ao continente, o que mais se destaca é o dado da desigualdade. O Índice de Gini<sup>32</sup> dos países latino-americanos são elevados, mesmo em comparação com outros países periféricos (Figura 18 e Figura 19).

**Figura 18**

*Índice de Gini dos países latino-americanos (2010 – 2021)*

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Argentina	0,436	0,426	0,413	0,409	0,416	...	0,42	0,411	0,413	0,429	0,423	0,42
Belize	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Bolívia	...	0,461	0,466	0,476	0,478	0,467	0,452	0,446	0,426	0,416	0,436	0,409
Brasil	...	0,529	0,534	0,527	0,52	0,519	0,533	0,533	0,539	0,535	0,489	0,529
Chile	...	0,46	...	0,458	...	0,444	...	0,444	...	...	0,449	...
Colômbia	0,546	0,535	0,526	0,526	0,526	0,51	0,506	0,497	0,504	0,513	0,535	0,515
Costa Rica	0,48	0,488	0,484	0,492	0,486	0,484	0,487	0,483	0,48	0,482	0,492	0,487
Equador	0,488	0,459	0,461	0,469	0,45	0,46	0,45	0,447	0,454	0,457	0,473	0,458
El Salvador	0,435	0,423	0,418	0,434	0,416	0,406	0,4	0,38	0,386	0,388	...	0,39
Guatemala	...	...	...	...	0,483	...	...	...	...	...	...	...
Honduras	0,531	0,526	0,534	0,5	0,499	0,492	0,498	0,494	0,489	0,482	...	...
México	0,472	...	0,487	...	0,487	...	0,477	...	0,467	...	0,454	...
Nicarágua	...	...	...	...	0,462	...	...	...	...	...	...	...
Panamá	0,516	0,513	0,517	0,515	0,505	0,508	0,504	0,499	0,492	0,498	...	0,509
Paraguai	0,51	0,523	0,476	0,479	0,507	0,476	0,479	0,485	0,46	0,457	0,435	0,429
Peru	0,455	0,447	0,444	0,439	0,431	0,434	0,436	0,433	0,424	0,416	0,438	0,402
Uruguai	0,445	0,422	0,399	0,405	0,401	0,401	0,397	0,395	0,397	0,397	0,402	0,408
Venezuela, RB	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Caribe*	0,375	0,335	0,365	0,327	0,434	0,32	0,356	0,316	0,35	0,314	0,248	...

\*Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Guiana, Granada, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, Ilha de São Domingos (República Dominicana e Haiti), Trinidad e Tobago.

Fonte: World Bank: [https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?name\\_desc=false&locations=BZ](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?name_desc=false&locations=BZ)

Colômbia, Brasil e Panamá possuem os mais altos índices de desigualdade da região. Os resultados em 2021 foram 0.515, 0.529 e 0.509 respectivamente. Quando comparados com outros países periféricos como Indonésia e Geórgia, os dados se tornam ainda mais chamativos – os índices destes países no período foram 0.379 e 0.342 (World Bank, 2023).

<sup>31</sup> O IDH é um índice que varia de 0 a 1 e leva em consideração três critérios: expectativa de vida, escolaridade média e PIB (Produto Interno Bruto) per capita. Quanto mais próximo de 1 for o valor, melhor é a qualidade de vida.

<sup>32</sup> O Índice de Gini é um indicador que afere a concentração de renda. Assim como o IDH, varia de 0 a 1, porém, quanto mais próximo de 1 for o valor, mais desigual é a realidade.

**Figura 19***Índice de Gini de outros países periféricos (2010 – 2021)*<sup>33</sup>

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Índia	0,357	...	...	...	0,347	0,348	0,359	0,346	0,357	...	...	...
Chipre	0,315	0,326	0,343	0,37	0,356	0,34	0,329	0,314	0,327	0,312	0,317	...
Indonésia	0,372	0,405	0,405	0,408	0,402	0,404	0,393	0,388	0,384	0,376	0,376	0,379
Malásia	0,439	...	0,413	...	0,411	...	...	0,412	...	...	...	...
Tailândia	0,375	0,393	0,378	0,37	0,36	0,369	0,365	0,364	0,349	0,35	0,351	...
Estônia	0,32	0,325	0,329	0,351	0,346	0,327	0,312	0,304	0,303	0,308	0,307	...
Geórgia	0,395	0,396	0,39	0,386	0,376	0,365	0,366	0,379	0,364	0,359	0,345	0,342
Cazaquistão	0,28	0,28	0,282	0,271	0,27	0,268	0,272	0,275	0,278	...	...	...
Quirguistão	0,301	0,278	0,274	0,288	0,268	0,29	0,268	0,273	0,277	0,297	0,29	...
Romênia	0,355	0,359	0,365	0,369	0,36	0,359	0,344	0,36	0,358	0,348	0,346	...

Fonte: World Bank: [https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?name\\_desc=false&locations=BZ](https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?name_desc=false&locations=BZ)

A quantidade média de anos de estudos dos países latino-americanos também é chamativa, visto que varia entre 6,6 e 11,8 anos de estudos, enquanto a população de países como Japão, Alemanha e Noruega possuem em média 13,3 anos de estudos (UNDP, 2019). Observando a expectativa de vida (longevidade) também percebemos tendências. A expectativa de vida média de toda a região é de 75 anos, valor inferior expectativa de vida da Romênia (76 anos), da Tailândia (77,2 anos) e da China (76,9 anos) no mesmo período (UNDP, 2019).

No sistema capitalista o trabalho é fundamental para a vida, e na América Latina este talvez seja um dos indicadores mais importantes e reveladores da situação destes países. O desemprego médio de toda região em 2021 atingiu cerca de 9,5 por cento. Valor superior ao desemprego verificado no Vietnã, no Paquistão e no Tadjiquistão no mesmo ano – 2,2 %, 4,4% e 7%, respectivamente (World Bank, 2023).

O desemprego na América Latina também pode ser compreendido por meio da percepção geral da população. 24,8% da população considera não ter garantia de emprego, e apenas 6,9% consideram ter o emprego garantido (Corporación Latinobarómetro, 2020)<sup>34</sup>.

O desemprego chama a atenção no continente, mas não tanto quanto a porcentagem de trabalhadores informais. Nos dados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2019, a América Latina concentra os maiores percentuais de trabalhadores informais em todo o planeta.

<sup>33</sup> Foram selecionados países periféricos que possuíam maior número de dados entre 2010 e 2021 para comparação.

<sup>34</sup> Além disso, com base nos dados mais recentes do Latinobarómetro, apenas 4,4% da população do continente considera justa a distribuição de renda (Corporación Latinobarómetro, 2020).



Enquanto outros países da periferia do capitalismo, como Turquia, Sérvia e Macedônia, possuem 19,8%, 12,2% e 6,7% de trabalhadores informais, El Salvador, Peru e Panamá possuem, respectivamente, 63,3%, 55,7% e 50,9% de trabalhadores informais. A estatística evidencia que a porcentagem de trabalhadores informais no continente ultrapassa os 30% da população. Estes dados devem ser compreendidos com certa cautela e profundidade.

O trabalho informal é praticado por diferentes razões na região. Segundo Espejo (2022), na América Latina:

[...] el fenómeno de la informalidad está cruzado por los ejes de la desigualdad social, observándose importantes desigualdades de género, socioeconómicas, étnicas y raciales, etarias y, especialmente, territoriales. La tasa de empleo informal es mayor entre las mujeres (54,3%), en la población joven (62,4%) y entre la población mayor (78%), y se concentra mayormente en zonas rurales (68,5%) (Espejo, 2022, p. 7).

Embora exista a ideia de que o desemprego é o principal fator vinculado a informalidade, deve se considerar a grande desigualdade social existente na região, que faz com que nem sempre o emprego formal seja a melhor opção para a população empobrecida. Baixos salários e jornadas extenuantes fazem com que o trabalho informal seja uma alternativa. A economia informal é composta por um

[...] conjunto de actividades económicas desarrolladas por los trabajadores y las unidades económicas que, tanto en la legislación como en la práctica, están insuficientemente contempladas por sistemas formales o no lo están en lo absoluto (Espejo. 2022, p. 17).

Ademais, o trabalho informal deve compreendido como uma necessidade e não como uma opção. Os riscos e a ausência de benefícios contribuem para a insegurança, e estes são fatores tão significativos para estes trabalhadores que dificilmente se considera que tais sujeitos optem por esse tipo de atividade econômica.

Os dados aqui apresentados não devem ser tomados separadamente. Estes são partes de um todo que exige um aprofundamento teórico que explique as dificuldades vivenciadas pelos sujeitos em questão. Os dados apontam a existência de países periféricos em toda a região. Países que, consoante ao percebido por Santos (2018), possuem dois circuitos em sua economia urbana: o circuito superior e o inferior.

O primeiro se apropria de inúmeras vantagens conformadas desde a expansão do sistema capitalista. Este circuito absorve práticas e técnicas cada vez mais modernas e de maneira veloz, sendo o principal foco das inovações que permitem maior acumulação de capitais. O circuito inferior, por outro lado, não é tradicional, mas apropria-se das inovações para existir dentro do próprio sistema. Nele estão inseridos os sujeitos periféricos que não acumulam capitais, mas

precisam sobreviver dentro do sistema produtivo (Costa et al., 2022<sup>a</sup>; Santos, 1979; 2018). O trabalho informal – uma forma de apropriação dos espaços públicos latino-americanos - por exemplo, integra o circuito inferior da economia capitalista (Santos, 2021).

Na América Latina há um acúmulo simultâneo de vantagens e desvantagens desde a conquista. Vantagens para poucos, e desvantagens para a maioria da população. Os dados da desigualdade impressionam, pois não tem relação apenas com a renda, como também o acesso ao emprego, a educação, a cuidados de saúde e a outros direitos fundamentais. Esta desigualdade deve ser compreendida como um resíduo da conquista e consequente imposição étnica de superioridade racial. De acordo com que assinala Quijano (2005);

A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo (Quijano, 2005, p. 120).

É por esta razão que se defende a adoção do termo “casta” para designar a estratificação social examinada nestes países (Ianni, 1988; Hoffman & Centeno, 2011; Quijano, 2005; Ribeiro, 2014). Apesar disso, não faltam narrativas que responsabilizam os próprios povos latino-americanos pelas suas mazelas. Elas tendem a naturalizar as problemáticas a partir de uma compreensão de que o sistema econômico capitalista é feito de “perdedores” e “ganhadores”, sendo os primeiros os habitantes dos países na periferia do capitalismo, e os ganhadores, aqueles que se esforçaram em desbravar terras desconhecidas, impondo sua cultura e crença (Svampa, 2019).

Para falar da região, Galeano (1998) indica quando e como a condição de subordinação destes países se inicia. Foram explorados inicialmente por Portugal e Espanha e em seguida, passaram a ser explorados e subalternizados pelos desígnios da Inglaterra (século XIX). No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, se viram sob os interesses dos Estados Unidos. A contínua exploração destes territórios produz entraves para o alcance da justiça social e de direitos fundamentais para a maioria da população na região. As desigualdades verificadas nos países do continente se manifestam também na participação da esfera pública e no uso do espaço público. Isto significa que tais espaços são e precisam ser continuamente reivindicados para que de fato existam como espaços de manifestação e uso coletivo. E esta disputa que efetiva a ativação popular no/do espaço público na América Latina (Costa, 2016, 2017, 2021), criando condições para a apropriação popular, que se contrapõe às limitações e normas de uso destes locais. Ao tratar

da *violência da desapropriação*, este capítulo também tratará deste fenômeno chamando a atenção sobre o que é a violência, e como ela tem se apresentado na América Latina e em seus espaços públicos. Os dados aqui apresentados parecem indicar uma violência estrutural que pode ser percebida nos espaços públicos.

## 2.2 VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO

No primeiro capítulo do livro “A Chegada do Estranho” de José de Souza Martins, temos a seguinte passagem:

Pediram-me para falar [...] sobre a violência. Qual violência? A violência institucionalizada que levaram os missionários e que muitos deles ainda levam às sociedades latino-americanas? A violência da dívida externa? A violência de uma concepção de democracia que é apenas uma fachada da histórica latino-americana? A violência das ditaduras? A violência de um capitalismo que não tem nenhuma relação com a dignidade humana? De qual violência se pode falar? (Martins, 1996 p.15-16).

Podemos considerar, por conseguinte, que existem não só uma violência, mas diversas violências identificadas na história da região. Estas violências produziram democracias, revoluções e costumes na América Latina. O processo de conquista da região se inicia ainda no século XVI e parece não ter se encerrado por completo. A violência investida no domínio do território não deixou apenas as instituições erigidas pelo trabalho forçado, como também um número impressionante de mortos entre a população nativa (Costa & Moncada, 2021).

Estes são aspectos historicamente produzidos, não podendo ser compreendidos fora de uma totalidade. E o fenômeno que chamamos nesta pesquisa de *violência da desapropriação* decorre dos aspectos aqui mencionados. Para Arendt (1994), a violência é a manifestação latente da ausência de poder. Isto é, poder e violência são completamente opostos, o que permite dizer que onde há violência é também o lugar cujo poder foi ineficaz. Na América Latina, a violência se apresenta justamente quando o poder institucional, e que eventualmente mantém tais desigualdades, é contestado. Isto é, quando as estratégias de manutenção de privilégios falham ante as reivindicações por direitos e dignidade pela população desprestigiada.

As cidades latino-americanas, portanto, são reveladoras de uma violência contínua, sendo a *violência da desapropriação* apenas uma de suas expressões. Tal fenômeno pode ser identificado nos usos do território latino-americano, e pelas expropriações decorrentes da conquista do continente.

A palavra violência advém do latim *violentia* que designa o ato de violar a si mesmo ou alguém. Trata-se de algo fora do estado natural, ligado à força e ao ímpeto de gerar danos físicos, psíquicos, tortura e/ ou morte. Na perspectiva filosófica, a violência é um ato que constringe qualquer tipo de liberdade humana (Paviani, 2016).

Ignácio Martin-Baró (1990) considera a existência de uma violência estrutural, uma vez que violência significa uma ação que objetiva que um sujeito aja contra sua própria vontade, ou contra

seu estado natural, e as estruturas sociais e as instituições têm poder para agir dessa forma sobre a vida.

Uma outra consideração importante feita pelo autor em relação a violência é a ideia de que este é um fenômeno que se manifesta dentro de um contexto histórico e geográfico específico, por isso é apropriado, segundo Martin-Baró, falar sobre uma violência estrutural.

Nas palavras do autor:

La violencia estructural no se reduce a una inadecuada distribución de los recursos disponibles que impide la satisfacción de las necesidades básicas de las mayorías; la violencia estructural supone además un ordenamiento de esta desigualdad opresiva, mediante una legislación que ampara los mecanismos de distribución social de la riqueza y una fuerza coactiva para hacerlos respetar. (Martin-Baró, 1990 p.406)

Martin-Baró, portanto, atribui ao próprio sistema capitalista a existência da violência estrutural. E justo por essas considerações, Oliveira (2018) assevera que:

Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho [...]. Consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania [...] (Oliveira, 2018 p.43)

Neste sentido, a *violência da desapropriação* pode ser considerada como parte de uma violência estrutural que paira sobre os territórios latino-americanos e busca expropriar sujeitos subalternizados. No espaço público, esta violência ganha visibilidade e publicidade, sendo praticada pelo Estado-mercado (Costa, 2016), principal agente hegemônico que exerce esse tipo de violência.

Neste sentido, a relação entre o território usado e a ativação popular do espaço público se encontra no fato de que concomitantemente ocorrem usos corporativos e usos populares e contra hegemônicos. Os primeiros endossam medidas de expropriação contra usos populares, e estão desta forma relacionados a *violência da desapropriação*, por estimularem ações do Estado-mercado nas repressões a apropriações dos subalternizados. E os últimos entendem o espaço público como abrigo, e uma alternativa para sobreviverem dentro do sistema produtivo, ao passo que agentes hegemônicos o entendem como recurso (Santos, 2000, 2004).

As expropriações de populações nativas para o controle e estruturação de cidades também pode ser entendida como *violência da desapropriação*. E nesse caso, o Plano Piloto de Brasília e o centro histórico da Cidade do México são exemplos tácitos deste fenômeno.

As cidades de Brasília e Cidade do México nos permitem compreender algumas nuances da violência que impacta sobre o uso do espaço público latino-americano, particularmente na dimensão da desapropriação do espaço. Desde a formação das duas cidades, a expropriação dos que erigiram templos, monumentos e edifícios, esteve presente, e nos anos recentes, as sucessivas revitalizações ou reformas dos espaços públicos, continuam a reproduzir uma violência institucional que promove desapropriação, especialmente nos espaços públicos.

Esta é uma violência que se faz presente, principalmente nos territórios em que a reivindicação pelo uso e apropriação do espaço público se tornam fundamentais para a garantia da sobrevivência. E o uso do espaço público para sobrevivência é a particularidade desses locais na América Latina, visto que o trabalho informal é uma atividade fundamental para boa parte da população destes países como vimos anteriormente.

Nesse sentido, a participação da esfera pública e do espaço público ainda precisam ser reivindicados na medida em que a cidadania para muitos habitantes desta região constitui algo distante. Nessa situação, a apropriação e a desapropriação se tornam um par dialético.

A desigualdade faz com que a maior parte da população encontre dificuldades para a participação efetiva da esfera pública – que envolve entre outras coisas a participação e reivindicação política – do espaço público – *expressão ativa do território usado*. As dificuldades, todavia, não impedem a participação e a ativação popular de tais espaços, como veremos adiante.

A urbanização acelerada típica das cidades latino-americanas que, para Santos (1979), constitui um epifenômeno dentro da realidade do capitalismo global, também foi forjada pela violência que atinge estes países. A continuidade da exploração pode ser identificada pela orientação das políticas econômicas voltadas aos interesses externos, isto é, interesses dos países centrais, demonstra que a urbanização se dá pelas vias de um sistema global – que é a grande totalidade da qual a urbanização faz parte.

Nos territórios dos países pobres, o que inclui a América Latina, a urbanização ocorre de maneira acelerada, a partir de uma industrialização que se concretiza, sobretudo pelo capital das economias avançadas. Nos países pobres são encontradas leis trabalhistas e ambientais frágeis, além de matérias primas e mão de obra abundantes. O deslocamento de empresas para estes territórios se dá ao passo do desenvolvimento de transportes, e assim, a produção proporciona maiores lucros às economias avançadas. A busca por emprego nos moldes dos países ricos faz com que a população dos países pobres tenha de se deslocar rapidamente para as cidades, devido não só

ao desemprego e a pobreza, mas também à expulsão de pessoas do campo – sendo este último também alvo de intensas explorações por parte dos países ricos (Ianni, 1988).

As infraestruturas que concretizam este fato não são providas pelas empresas de países avançados no capitalismo global. São os países pobres que “abrem suas portas” para o capital estrangeiro que devem arcar com a condição de suas vias para o escoamento de suas riquezas em direção a outros países, como aponta Galeano (1998). E apenas um pequeno grupo das classes elevadas destes territórios se beneficia destas práticas econômicas.

Nas cidades latino-americanas, portanto, o circuito superior avança, e com ele, num mesmo todo, cresce o circuito inferior. O primeiro auferir a cada dia mais vantagens, tendo cada vez menos participantes, e concentrando cada vez mais capitais. O segundo, incorpora aqueles que o circuito superior não objetiva incluir. A dialética dos dois circuitos se concretiza pela existência de uma violência contínua que atinge os países pobres no capitalismo global e sua pela resistência (Santos, 2018).

O circuito inferior, por sua vez, estabelece um vínculo profundo dos indivíduos trabalhadores com o espaço público, o resignificando (Costa et al., 2022a; Costa et al., 2022b; Santos, 1979, 2018). Nos espaços públicos latino-americanos, esse circuito se faz presente e deveria ser considerado nas propostas de planejamento, sendo este uma alternativa devido a reduzida quantidade de empregos oferecida pelo circuito superior. Contudo, por considerar o circuito inferior mais problema do que solução, o poder público insiste em adotar políticas que desprivilegiam diferentes atividades informais que se dão no espaço público. A *violência da desapropriação* também decorre disto. Sob esse viés, a ideia de declínio ou desaparecimento do espaço público nas cidades latino-americanas deve ser contestada. O espaço público possui grande importância, envolvendo não apenas reivindicações políticas como também a garantia do sustento de boa parte da população.

## 2.3 A VIOLÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO E OS PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE NA AMÉRICA LATINA

Como já dito, a escolha dos dois espaços públicos latino-americanos para a realização da pesquisa se deu por serem locais representativos do fenômeno da *violência da desapropriação*, por integrarem conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, onde há maior pretensão de controle sobre os usos e apropriações de tais espaços. Nesse sentido, é fundamental discutir sobre as causas e consequências do que Costa (2007, 2008, 2011, 2014) chama de *patrimonialização global*. Trata-se de uma crítica à abordagem unifocal de bens culturais e centros históricos, que é realizada por entidades que reconhecem patrimônios no mundo todo.

O objetivo do reconhecimento é a salvaguarda e manutenção do valor cultural e simbólico de uma edificação, conjunto de edificações, práticas e outros tipos de atividade (Choay, 2001). No entanto, o reconhecimento por si só desfigura e transforma o significado daquele objeto ou prática que se busca manter (Costa, 2008; 2011). Isso porque em diferentes contextos o patrimônio se torna um produto de atividade turística, em que o contexto histórico social do qual emerge é desconhecido por aqueles que dele se apropriam rapidamente. Em outras palavras, uma vez tornado patrimônio, a prática, a edificação ou conjunto de edificações é analisado fora do contexto original do qual se formou.

O reconhecimento de patrimônios surge inicialmente na Europa, mais especificamente na França, no século XIX. Até meados do século XX, os locais reconhecidos se tornaram mais numerosos e continuaram sendo edifícios isolados. No entanto, ao longo do tempo e no início do século XX, são reconhecidos conjuntos de edifícios, malhas urbanas, aglomerados de casas, bairros, e cidades inteiras e até conjunto de cidades (Choay, 2001).

O turismo é uma das principais atividades que contribuem para a modificação do sentido e do objeto declarado. Isto ocorre devido à frequente tendência de se reconhecer monumentos fora de um contexto histórico e social do qual se origina. Assim, a atividade turística, como uma atividade de consumo, pode banalizar o que garantiu a existência do que foi reconhecido. Desse modo, conforme apontado por Costa (2008):

Ao ser destituído de seus tradicionais conteúdos significativos com o advento de novos usos que o mercantiliza e banaliza, o patrimônio deixa de ser símbolo memorial local, nacional e mesmo mundial, é entregue ao bel sabor do mercado fluído, seu lugar passa a ser o mundo virtual, veloz e quantitativo da globalização. Há de se refletir sobre a força deste processo que é capaz de mercantilizar o inalienável, ou seja, os bens símbolos de passagem e permanência, desejos e medos,



do tempo e do espaço; força que transforma o antigo em “velho” e do novo em “modelo” das virtudes do progresso (Costa, 2008, p.171).

O turismo, de uma certa maneira, contribui para o aprofundamento de desigualdades, por reproduzir o mesmo que outras atividades econômicas: concentrar nas mãos de poucos empresários os lucros e produzir empregos precários e sem qualificação para a população local (Serpa, 2007). Com o patrimônio, os empresários desejosos de privilégios com o reconhecimento de agências internacionais de conjuntos urbanísticos, por meio da atividade turística tendem a produzir um local homogêneo, muito semelhante a outros mundo afora.

A conservação patrimonial internacional produz uma estética urbana “exibicionista” para o turismo, numa tentativa de objetivar a “beleza da cidade” para o consumo cultural. Contraditoriamente, este modelo de conservação vai tornando as cidades cada vez mais parecidas, contribuindo para a homogeneização dos lugares, operacionalizando o padrão Unesco em contextos culturais absolutamente diversos. A singularidade cede espaço ao modelo internacional, institucionalizando a museificação das cidades ao redor do mundo (Serpa, 2007, p.109).

É por essa razão que Delgadillo (2016) critica entidades relacionadas ao reconhecimento de Patrimônios da Humanidade. Segundo ele, estas instituições possuem um discurso politicamente neutro e despreocupado com as intenções por trás dos reconhecimentos de conjuntos urbanísticos, práticas e locais como patrimônios. Por esta razão, as consequências do reconhecimento de conjuntos edificados e práticas podem ser justamente a razão pelo qual o patrimônio é reconhecido, uma vez que o pedido pelo reconhecimento de conjuntos urbanísticos tende a vir de empresários e autoridades locais, que se privilegiam não apenas da atividade turística, mas de infraestruturas, e da expropriação de práticas e usos populares. Diante disso, Choay (2001) argumenta que existe, portanto, uma “indústria patrimonial”, que cria algo equivalente a uma “embalagem” para o local ou monumento. São incorporadas praças, alamedas, ruas e galerias, a fim de tornar os locais mais atraentes que as demais partes da cidade.

A “embalagem” que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas (Choay, 2001, p.226).

O devido destaque deve ser dado ao fato de que apesar da pretensão de controle, o que ocorre não é a completa exclusão de práticas e usos populares, mas sim a tentativa constante de afastamento destes usos. Estas tentativas, no entanto, não logram pleno sucesso. São efetivamente contestadas, como veremos adiante, garantindo a afirmação do patrimônio, a despeito do que pretendem empresários do ramo imobiliário e autoridades locais (Giglia, 2013; Costa, 2016, 2021).

Diante da existência clara de diferentes interesses em meio as decisões sobre o patrimônio, Gonçalves (2007, 2015) argumenta que se deve reconhecer o mercado como um integrante deste processo. Isso não significa desprezar os valores tradicionais que forjaram os monumentos, práticas e conjuntos urbanísticos edificados. Tampouco significa compreender o mercado como um elemento subordinado a estes valores. O autor apenas sugere que se considere o interesse de grupos que se beneficiam do reconhecimento, e tendem a ser também os responsáveis pela ressignificação do patrimônio, o tornando uma mercadoria.

Compramos essa imagem, ou essa “experiência”, quando visitamos um prédio, uma cidade, ou quando adquirimos suas reproduções. Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos: prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena por meio de seus fragmentos – em outras palavras, trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização. [...] Uma vez constatado o avanço do mercado e de outras agências sociais sobre espaços antes controlados por agências do Estado, desestabiliza-se uma forma de se perceber o patrimônio como algo organicamente ligado à história e à identidade nacional e supostamente articulado em contraposição ontológica, ao mercado (Gonçalves, 2001, p. 244).

Nesse sentido, o Plano Piloto de Brasília e o Centro Histórico da Cidade do México se aproximam, por garantir a experiência de um conjunto urbanístico controlado, permeado de elementos que conformam algo equivalente a uma “embalagem” (Choay, 2001). São encontrados bares, restaurantes, mobiliários históricos e outros elementos que garantem a atração de turistas e amantes da arte. As consequências do reconhecimento de locais como patrimônio justificam e motivam preservação por diferentes entidades.

No caso de Brasília, o reconhecimento do Plano Piloto salvaguarda todo o conjunto edificado juntamente da Rodoviária do Plano Piloto. O pedido foi feito pelo então governador do Distrito Federal em 1987 - José Aparecido de Oliveira. A decisão da Unesco havia sido inédita, pois haviam outros monumentos e conjuntos urbanísticos de influência modernista que ainda não tinham sido reconhecidos pela entidade. Isso evidencia o ineditismo de Brasília (Ribeiro, 2005; Viana, 2017; Silva et al., 2022).

Mas desde o surgimento da nova capital federal, Juscelino Kubitschek já discutia sobre a preservação de todo o sítio. A busca pela manutenção dos aspectos originais do projeto se seguiu ao longo dos anos, fazendo com que em 1980 surgisse um grupo de trabalho chamado “GT Brasília”, que tinha como objetivo o estudo patrimonial de todo o Distrito Federal. Era formado por integrantes do Ministério da Cultura e Educação, além de pesquisadores da Universidade de Brasília (Viana, 2017).

Sobre a preservação do conjunto urbanístico, Ribeiro argumenta que:

A consagração de Brasília como patrimônio cultural da humanidade partiu de interesses políticos em preservar uma obra-monumental, que resultou de um esforço em reafirmar a competência do país de se colocar como uma nação desenvolvida e voltada para o futuro. Ao mesmo tempo, com os atos de proteção local, mundial e nacional [...], o grupo articulador do processo [...] visava preservar a cidade idealizada por seus criadores e políticos (Ribeiro, 2005, p.104).

Nesses termos, todo o conjunto urbanístico, portanto, deveria manter as escalas e funções originais do projeto, impedindo ações de renovação que comprometeriam os aspectos fundamentais da nova capital, criada para abrigar o governo federal e suas diversas instituições (Iphan, 2007). Contudo, o reconhecimento não trata com o mesmo rigor trabalhadores informais e empresários em diferentes escalas.

Na escala gregária, por exemplo, onde se encontra a Rodoviária do Plano Piloto, os trabalhadores informais são cotidianamente expostos a adversidades, sobretudo, repressões que ocorrem sob o argumento de preservação do sítio. Ao mesmo tempo, como notado por Holanda e Tenório (2014), na mesma escala, é permitida a construção no Setor Comercial Norte, “[...] onde supostamente deveriam haver lugares para convidativa apropriação pelos mais amplos segmentos sociais” (Holanda & Tenório, 2014, p. 45). Assim, se confirma que o espaço público integra o território usado, sendo utilizado por atores distintos, e sendo concebido por estes atores também de maneira distinta.

Na Rodoviária do Plano Piloto, que para Lúcio Costa poderia ser um espaço cosmopolita, comparável a Champs Elyseé, os trabalhadores informais que hoje definem e ressignificam este espaço, são cotidianamente expostos a diversos tipos de ocorrência como confiscos de mercadoria, ameaças, furtos, roubos e outros tipos de violência. A situação da infraestrutura desse espaço público revela como o poder público trata o trabalho informal e aqueles que dele dependem para sobreviver no sistema produtivo. A *violência da desapropriação*, nesse caso, pode também ser identificada pelo descaso do poder público, que vê no espaço público da Plataforma Rodoviária uma contestação de sua expectativa com o reconhecimento do conjunto urbanístico de todo o Plano Piloto. Apesar das condições e das ameaças, o trabalho informal dá o tom popular ao local, resistindo e garantindo o aspecto público deste espaço.

Às seis horas da manhã na Rodoviária do Plano Piloto, em dias úteis, os trabalhadores informais já se instalam rapidamente para garantir os espaços de maior visibilidade e fluxo, como nas proximidades das escadas rolantes que dão acesso ao metrô. Entre o Conjunto Nacional e a Rodoviária do Plano Piloto (distantes cerca de 500 metros) também se pode encontrar muitos

trabalhadores. Aproveitam o fluxo de pessoas que se deslocam por ali para serem vistos. Vendem brinquedos, isqueiros, chaveiros, pães caseiros, fones de ouvido, carregadores de celular, roupas íntimas, bermudas, vestidos e agasalhos. Artesãos se esforçam no meio da multidão para produzir bijuterias, anéis de coco e pulseiras de modo geral. A quantidade de pessoas que passam por ali permanece a mesma durante todo o expediente laboral.

Contudo, pela tarde, a quantidade de trabalhadores informais aumenta, acirrando a disputa pelos espaços de visibilidade. Os produtos vendidos são outros. O pão caseiro e o café dão lugar a pequenas barraquinhas de carregadores e fones de ouvido. Nesse momento, é possível encontrar trabalhadores comercializando frutas, verduras, rapaduras, meias e outros artigos de vestuário. Entre o Conjunto Nacional e a Rodoviária do Plano Piloto, à tarde, os trabalhadores informais se tornam mais numerosos. Utilizam sombrinhas e guarda-chuvas para se proteger dos raios solares ao longo do dia e especialmente, no período vespertino.

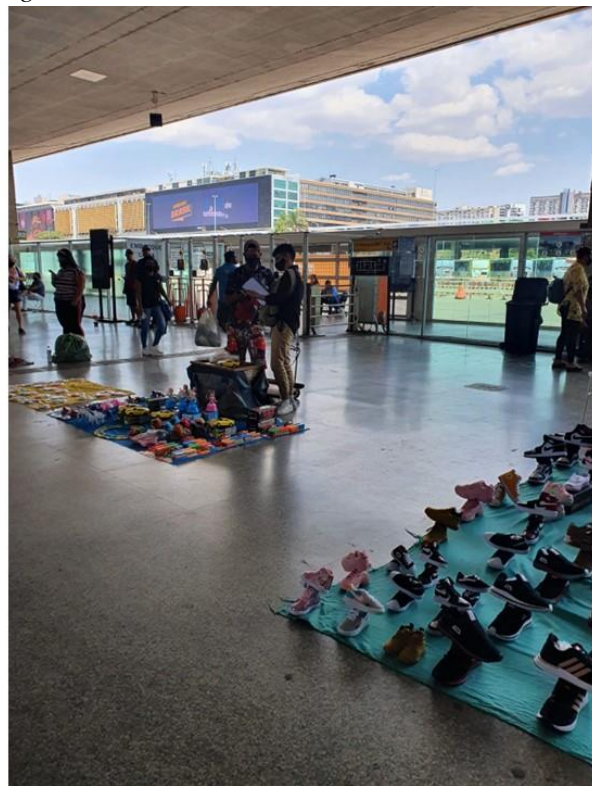
O uso de diferentes aparatos e objetos para a permanência comprovam o que diz Santos (2018, p.199) sobre o circuito inferior da economia, pois:

[...] também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: ‘Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...’ O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água, ou vasos de flores etc.

Os objetos que estes trabalhadores utilizam para permanecer na Rodoviária do Plano Piloto também revelam a *violência da desapropriação* que os acomete. Para comercializar seus produtos utilizam toalhas, caixas, carrinhos, mochilas, bolsas, de modo que podem rapidamente se deslocar caso ocorram fiscalizações ou confiscos de mercadoria (Figuras 20 e 21).

**Figura 20**

*Guarda-chuvas e toalhas são utilizados na venda de artigos diversos na Rodoviária do Plano Piloto*



Fonte: Montenegro, junho de 2022.

## Figura 21

*Trabalhadores informais, suas toalhas e passageiros na Rodoviária do Plano Piloto*



Fonte: Acervo da autora, junho de 2022.

A concretização da Rodoviária do Plano Piloto tal como ela se apresenta, com os sujeitos que ali residem e trabalham (claramente um espaço popular), integrante de um conjunto urbanístico inscrito na Lista de Patrimônios da Humanidade, faz com que o poder público estabeleça estratégias específicas de controle. O descuido com a infraestrutura, isto é, elevadores sem funcionamento, insegurança, banheiros danificados e outros inconvenientes induzem ao entendimento coletivo falacioso de que a plataforma necessita de reformas que só podem ser realizadas por empresários. Além disso, o descaso e abandono também contribuem para que os usuários pensem que estes problemas decorrem da existência e permanência do trabalho informal no local, invertendo a origem do fato, que está na negligência do poder público com um espaço de uso coletivo.

Em 2023, foi iniciado um período de sistemática repressão dos trabalhadores informais na Plataforma Rodoviária. Devido à pretensão de concessão privada deste espaço público a Semob e a Polícia Militar do Distrito Federal têm agido em conjunto, reprimindo e confiscando mercadorias de trabalhadores informais no local (Figura 22).

## Figura 22

*Presença da Semob e da Polícia Militar na Rodoviária do Plano Piloto*



Acervo da autora, março de 2023.

A ausência de trabalhadores informais na figura 22 se deve às repressões que ocorreram durante o ano de 2023. No mesmo período em que, lamentavelmente, um policial militar apontou uma arma de fogo contra uma trabalhadora informal, em meio a repressões que ocorriam contra estes sujeitos (Grigori & Brito, 2023).

Muito distante de uma Champs Elyseé e da Picadilly Circus (ArqDF, 1991; Rossetti, 2010), a Plataforma Rodoviária demonstra como o poder público trata o espaço público efetivamente ativado e ressignificado por práticas distintas, sujeitos igualmente distintos e concepções destoantes (Costa, 2016; Gomes, 2002, 2018). O valor atribuído a este local, talvez o mais espontâneo de todo o conjunto urbanístico do Plano Piloto (Holanda, 2020), é o mesmo valor que se dá àqueles e àquelas que não foram absorvidos pelo circuito superior da economia (Santos, 2018). Estes que por diferentes infortúnios se viram desempregados e buscaram superar as dificuldades geradas pela falta de emprego.

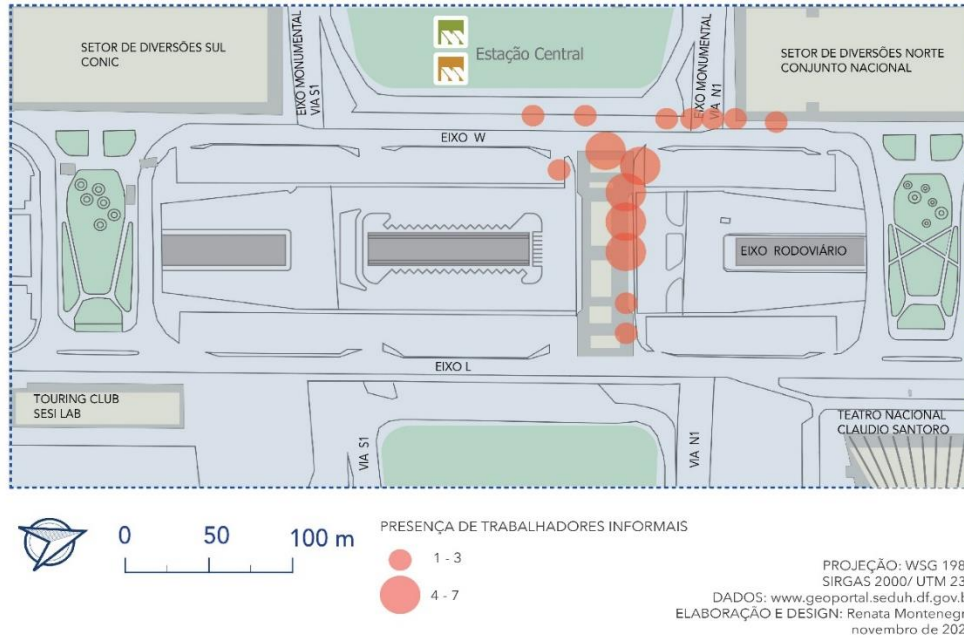
Na teoria, a rodoviária deveria ser um espaço público cosmopolita, por onde se deveria aguardar o ônibus tomando um café. A sensação que se tem é a de que a expectativa foi tombada, e o espaço público ativado popularmente (Costa, 2016, 2017, 2021) tem sido esquecido, abandonado e evitado pelo poder público.

O cheiro de combustível e o barulho dos motores é uma constante. É possível vender os olhos ao longo de todo o percurso do ônibus em direção ao local e poder se dar conta de que se chegou à localidade, só pelo odor e o barulho. As vozes dos trabalhadores informais se confundem

com a poluição sonora dos carros e ônibus. A Plataforma da Rodoviária se encontra no cruzamento dos eixos Monumental e Rodoviário (constitutivos espaciais do Plano Piloto como um todo). Teria Lúcio Costa pensado no ruído gerado pelos carros que por ali se deslocariam?

**Figura 23**

*Localização de trabalhadores informais em dias úteis no pavimento superior da Rodoviária do Plano Piloto, 2022*

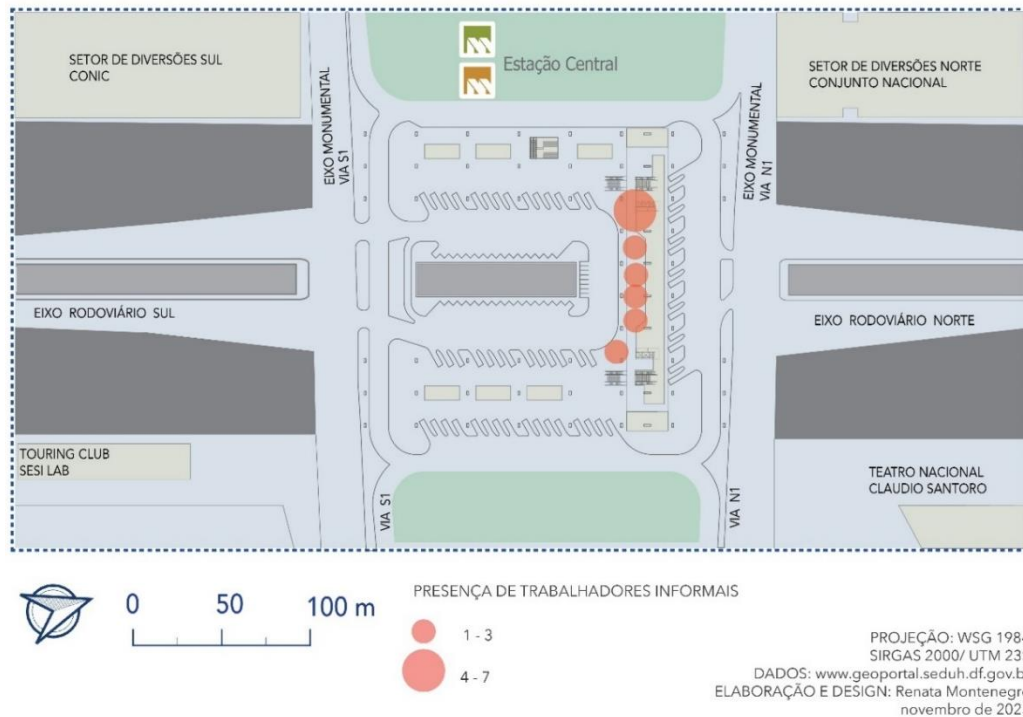


Elaborado com base observação direta, organizado por Montenegro, 2023.

**Figura 24**



*Localização de trabalhadores informais em dias úteis no mezanino da Rodoviária do Plano Piloto, 2022*



Elaborado com base observação direta, organizado por Montenegro, 2023.

**Figura 25**

*Localização de trabalhadores informais em dias úteis no térreo da Rodoviária do Plano Piloto, 2022*



Elaborado com base observação direta, organizado por Montenegro, 2023.

É difícil não esbarrar com os passantes. Às 18 horas, o fluxo se intensifica, e as filas para tomar a condução se tornam imensas. Se confundem com os trabalhadores que insistem em permanecer visíveis aos passageiros. O fluxo constante demonstra que há sempre muita gente chegando e saindo de Brasília, utilizando a Plataforma como um canal de acesso ao Plano Piloto (Figura 26).

**Figura 26**

*Fluxo de pessoas pela Rodoviária do Plano Piloto e trabalho informal*



Fonte: Acervo da autora, janeiro de 2023.

Segundo a maioria dos participantes da pesquisa, o descaso do poder público é imenso. Ficam horas em pé trabalhando, e ao final do dia ou do seu expediente, precisam tomar o ônibus e permanecer em pé novamente até chegarem em suas casas. Além disso, estão sujeitos a agressões, assédio, furtos, roubos e confiscos de mercadoria todos os dias. Observam atentamente o movimento da rodoviária enquanto trabalham, para não deixar escapar possíveis ocorrências que comprometam seus produtos e o seu trabalho.

É importante mencionar que este espaço público atualmente não dispõe de equipamentos que instiguem a permanência como bancos ou mesas. Não há nada que possa garantir boas condições de espera ou descanso, o que expõe o interesse em evitar quaisquer outras apropriações que não estejam relacionadas ao transporte coletivo.

Os espaços públicos da Alameda Central e da Rodoviária do Plano Piloto, por integrarem sítios urbanísticos declarados Patrimônios da Humanidade, passam por mudanças e reformas que sempre preveem a eliminação de apropriações populares que neles se estabelecem, sobretudo, a apropriação destinada ao trabalho. Os episódios da *violência da desapropriação* examinada nestes

dois locais possuem semelhanças. As decisões do poder público, apoiadas por empresários que se beneficiam do reconhecimento de sítios urbanísticos como Patrimônios da Humanidade, escancaram o poder do capital global sobre as decisões locais. Interessa aos empresários e representantes locais a criação de espaços homogêneos, que se assemelham a outros locais do mundo.

O Centro Histórico da Cidade do México (perímetro A), assim como o Plano Piloto de Brasília, também foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade em 1987 – dois anos após um dos maiores terremotos da história mexicana que deixou em ruínas importantes construções, obras e outros edifícios de importância histórica da cidade (Bautista, 2015). O reconhecimento se deu por reivindicações de empresários e autoridades locais, que tinham o objetivo de “resgatar” seu valor histórico (Fundación del Centro Histórico de la Ciudad de México, 2011). Este objetivo escondia um outro: o de se beneficiar com as reformas e o turismo garantidos pelo reconhecimento do local como Patrimônio da Humanidade (Veja & Braig, 2022).

A Alameda Central, que integra o todo o conjunto urbanístico também foi alvo de reformas e novas normas de uso. A apropriação popular que antes se consolidava foi, em parte, substituída pelo uso turístico e o controle garantido pelo policiamento e fiscalização dos usos que o local possui (Puebla, 2007; Rodríguez-López, 2018). Trabalhadores informais, no entanto, seguem usufruindo do parque e de suas adjacências. Como pontuado por Puebla:

En este entorno social, el acceso al espacio público se convierte en un elemento de disputa, en el cual la organización estudiada crea diversos mecanismos que le permitan subsistir (Puebla, 2007, p. 138).

O que é confirmado por Rodríguez-López:

De estas evidencias, se puede ostentar que estos actores afrontan una lucha por ser y estar dentro de la Alameda Central, y así han conseguido definir, hoy por hoy, a este sitio como un espacio de coerción y de resistencia práctico-social (Rodríguez-López, 2018, p.234).

Ao chegar à Alameda Central da Cidade do México nos deparamos com uma grande movimentação em função das diferentes estações de metrô que chegam até o local. Pessoas de diferentes estilos e de distintas origens passam por ali para chegar ao trabalho ou visitar o centro histórico da capital mexicana. Turistas caminham mais devagar e desfrutam da paisagem. Crianças e jovens se divertem com os aspersores e jatos d’água nos eixos da Alameda (Figura 27). Trabalhadores informais aproveitam, particularmente nos fins de semana, a presença de famílias, turistas e trabalhadores que por ali passam. Vendem cigarros, chocolates, amendoim, chicletes,

lenços de papel e alguns utensílios como fones de ouvido e máscaras faciais. Estes aspectos confirmam o apontamento de que os espaços públicos são locais dos quais surgem diferentes manifestações populares que se projetam para o mundo devido a visibilidade e publicidade alcançadas. Assim, estes locais evidenciam desigualdades e demandas sociais das respectivas sociedades onde se inserem (Burgos, 2015; Valverde, 2009).

**Figura 27**

Crianças brincando com os jatos d'água na Alameda Central



Fonte: Acervo da autora, outubro de 2022.

Ao longo do caminho barulhos e odores intensos da capital mexicana se atenuam. Ouve-se distante a sirene das ambulâncias, o ruído das grandes construções e reformas, das buzinas e também das conversas entre os passantes. A sensação de calma logo após a saída de qualquer uma das quatro estações de metrô presentes na Alameda embala todo o passeio. Por tais aspectos da paisagem, Bautista (2015) afirma que a Alameda:

[...] era lugar preferido para pasear por la mañana porque había un poco de todo: perfume en la tierra, tranquilidad en el cielo, frescura en el espacio. Los domingos eran los días especiales: los niños jugaban a las canicas, brincaban la reata. [...] Los poetas y artistas solían ir para buscar inspiración (Bautista, 2015, p.8).

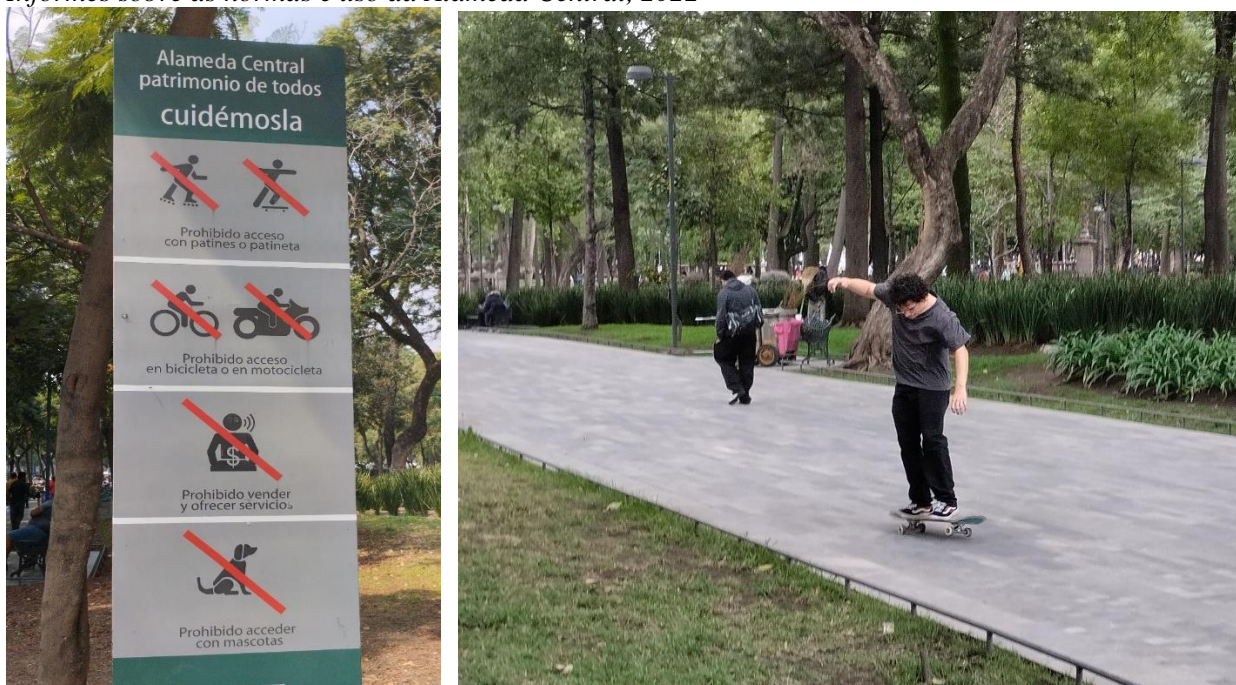
Ao caminhar por ela, é possível encontrar placas que comunicam a proibição do trabalho informal, do uso do local para o deslocamento de veículos como bicicletas, skates e motocicletas, e também da proibição da presença de animais domésticos (Figura 28). As placas simbolizam e sintetizam a pretensão de controle sobre este espaço público. Choay (2001) argumenta que para a criação de produtos através da consolidação de patrimônios, existe uma “indústria patrimonial”, que cria algo equivalente a uma “embalagem” para o local ou monumento. Diversas estratégias são

aplicadas para atrair turistas e amantes de mobiliários históricos. São incorporados equipamentos e normas de uso a fim de tornar os locais mais atraentes para turistas que as demais partes da cidade.

Apesar dos informes, muitos skatistas, ciclistas e até mesmo motociclistas se deslocam ao longo dos eixos do parque devido às boas condições do piso e dos extensos locais de passagem.

### Figura 28

Informes sobre as normas e uso da Alameda Central, 2022



Fonte: Acervo da autora, outubro de 2022.

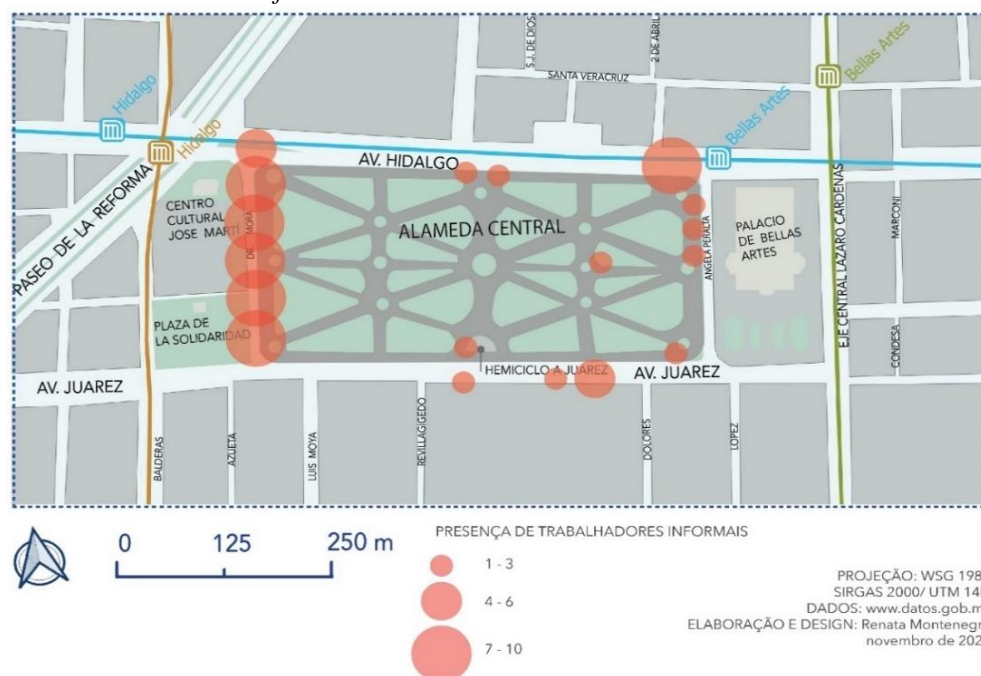
Os trabalhadores informais também confrontam as normas. Muitos vendem seus produtos caminhando por toda a Alameda. Outros permanecem em um único lugar, aproveitando o fluxo e presença de visitantes todos os dias. Nos fins de semana, o número de trabalhadores, visitantes, ciclistas e skatistas se multiplica. O comércio de diferentes produtos se torna uma oportunidade. Trabalhadores informais que não se estabelecem na Alameda em dias úteis, se apropriam de suas áreas de maior fluxo e da presença de visitantes para vender bebidas, petiscos e outras iguarias tradicionais como *esquites* (milho cozido com especiarias e maionese) e *mazapán* (doce de amendoim).

Nos fins de semana esse passeio público parece adquirir novas funções. Trabalhadoras informais feministas usufruem da área mais próxima do Palácio Bellas Artes, para vender produtos e colocar cartazes com dizeres em protesto contra o machismo e a misoginia. No lado oposto, também nas áreas vizinhas, entusiastas e admiradores de jogos de vídeo games, novos e antigos, se

reúnem para comprar ou trocar itens de coleção. *Joysticks*, cartuchos, pequenas réplicas de personagens, camisetas, bonecos de lego, pingentes e outros artefatos de coleção são vendidos. Várias bancas se estendem nas praças vizinhas da Alameda Central (Plaza de la Solidaridad e Plaza José Martí). As bancas se confundem na calçada devido a coloração branca de todas elas. São centenas de trabalhadores informais que se reúnem nos fins de semana e aproveitam o fluxo de turistas e visitantes para vender bugigangas, comidas, bebidas e artefatos que interessam colecionadores. Assim, trabalhadores informais embora estejam proibidos de realizar o trabalho especificamente na Alameda, se aproveitam do fluxo de suas adjacências que são consideradas “livres” para realização de seu trabalho. Enquanto isso, aqueles que tentam usufruir das áreas próprias do passeio público são eventualmente ameaçados e constrangidos para que saiam dali, ou deixem de realizar a atividade.

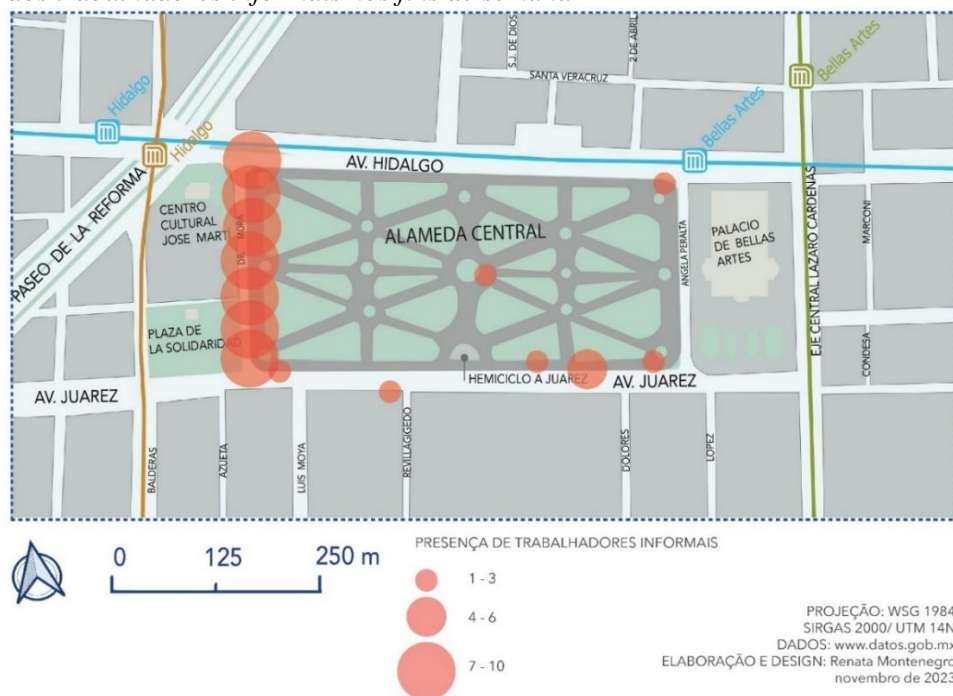
**Figura 29**

*Localização dos trabalhadores informais em dias úteis*



Elaborado em observação direta, organizado por Montenegro, 2023.

**Figura 30**  
*Localização dos trabalhadores informais nos fins de semana*



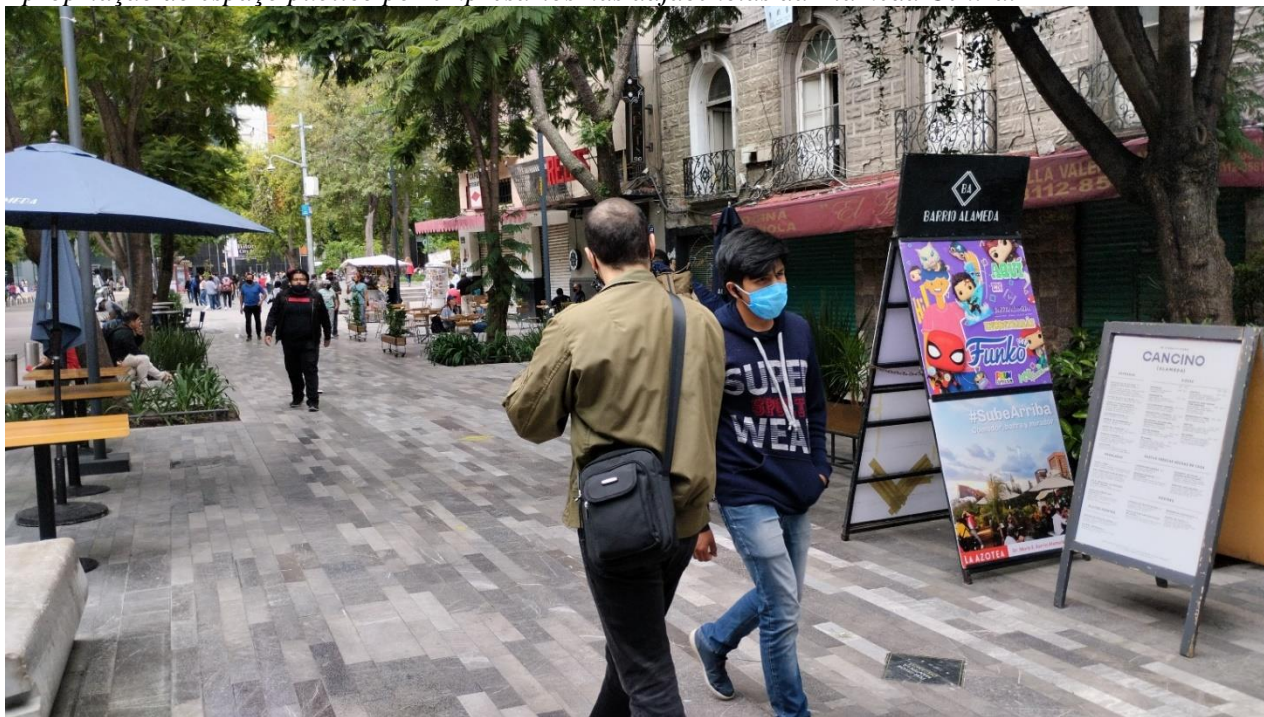
Elaborado em observação direta, organizado por Montenegro, 2023.

Estes trabalhadores tentam conciliar a busca por clientes com a resistência aos policiais e fiscais da Alameda Central. Por essa razão, se estabelecem, principalmente nas proximidades das estações de metrô localizadas nas extremidades do passeio público. Sobretudo, nos fins de semana, a presença de trabalhadores informais, policiais e fiscais é ainda maior, devido à maior presença de visitantes. Por conseguinte, os informais buscam as praças vizinhas durante os fins de semana, na tentativa de se livrar de confiscos e multas por trabalharem dentro da Alameda Central.

Ao mesmo tempo que isto ocorre, a apropriação da Alameda por parte de empresários não parece representar um problema para o poder público. Hotéis, bares, restaurantes, lojas e livrarias disputam as adjacências do parque para garantir a visibilidade dos turistas que por ali passam (Figura 31). Não há repressão da apropriação realizada para divulgar cardápios, promoções ou fixar mesas e cadeiras nas vizinhanças da Alameda. O que o poder público busca, nesse sentido, definir os tipos de usuários destes espaços públicos, dificultando ou evitando a apropriação popular.

**Figura 31**

*Apropriação do espaço público por empresários nas adjacências da Alameda Central*



Acervo da autora, agosto de 2022.

O espaço público constitui *expressão ativa do território usado* por representar com clareza os interesses de empresários do ramo do turismo e do poder público que o apoia, com o estabelecimento de normas e fiscalização do uso do espaço público, e ao mesmo tempo ter a presença de trabalhadores informais e outros usos populares. A dialética da apropriação e da desapropriação é o que garante a ativação popular destes locais (Costa, 2016, 2017, 2021), e necessita ser salientada quando reconhecidos como parte do território usado (Santos, 2000, 2005; Silveira, 2011).

Uma multidão de pessoas também utiliza a Alameda Central como ponto de encontro para trocar figurinhas dos álbuns da Copa do Mundo de Futebol de 2022. São adultos que parecem realizar um desejo juvenil de preencher álbuns com a fotografia de jogadores de futebol, obter réplicas de personagens de jogos de vídeo game e de desenhos animados, muitos anos após a infância.

A Alameda também serve de ponto de encontro de amigos, que levam toalhas, comidas e bebidas para desfrutarem das áreas verdes, para conversar e se reunir. Os namorados também apreciam a beleza do local, sentados nos bancos e nas áreas arborizadas. Muitos casais passeiam



como faziam os antigos visitantes da Alameda Central do século XIX, que buscavam parceiros no parque (Pérez-Bertruy, 2019).

A sensação que se tem ao caminhar pela primeira vez neste passeio público é de confusão. A simetria de seu espaço para um visitante inicial pode gerar a sensação de não saber ao certo por onde chegou e para onde se deve ir para sair do local. Os diferentes lados da Alameda parecem completamente iguais, a princípio. Mas o Hemiciclo de Benito Juárez serve como um ponto de referência para aqueles e aquelas que buscam se orientar.

Durante a maior parte do ano, o monumento do Hemiciclo permanece protegido por tapumes, na tentativa de evitar depredações, pichações e quaisquer outros danos eventuais. No entanto, durante as festividades da independência e as celebrações do Dia dos Mortos (2 de novembro), os tapumes são retirados, e guardas observam quaisquer interações na proximidade do monumento. A estratégia busca permitir que turistas fotografem e registrem experiências na Alameda, promovendo o espaço e o monumento como ponto turístico (Figura 32).

**Figura 32**

*Hemiciclo de Benito Juárez coberto por tapumes e aberto à visitação*



Fonte: Acervo da autora, outubro de 2022.

Enquanto turistas registram suas experiências e postam em suas redes sociais, trabalhadores informais na calçada oposta ao monumento aproveitam o fluxo de pessoas e visitantes para vender água, amendoins, chocolates e cigarros. Na calçada oposta, músicos e bandas inteiras se apresentam, se apropriando da visibilidade deste espaço público para garantir seus sustento e reconhecimento.

Ao passar pelas áreas vizinhas é possível ouvir diferentes idiomas. Espanhol, inglês, português são mais ouvidos que os barulhos dos carros que se deslocam nas avenidas mais próximas. Os idiomas se confundem com a voz de pregadores cristãos que buscam as áreas centrais do parque para conquistarem fiéis. Ao mesmo tempo que isso ocorre, um grupo de estudantes busca apoio financeiro para participar de campeonatos esportivos em outros estados mexicanos. Palhaços também se apresentam na Alameda Central, e chamam a atenção dos visitantes que se sentam nos bancos de concreto para ouvir piadas, e acompanhar acrobacias individuais e coletivas dos artistas cômicos. Interação com turistas de outros países que passam por ali. Acenam e falam em espanhol, esperando que os turistas entendam ou busquem entender o que dizem. Devolvem a sensação de constrangimento e insegurança que sentem os latino-americanos em países do Norte Global.

A presença de trabalhadores informais dentro e nas áreas próximas a Alameda Central é uma constante. São homens e mulheres, jovens, idosos, indígenas e pessoas com deficiência que disputam clientela na Alameda Central. Em síntese, são aqueles que por diferentes razões não podem participar do circuito superior da economia (Santos, 2018). Próximo à estação de metrô Hidalgo (linha verde) é possível ver um tarólogo tirando cartas para uma mulher que busca saber sobre seu futuro amor, sua vida financeira e profissional. Também é possível notar um vendedor de livros diversos, enfileirando as obras por tema e gênero. Um casal de patins se desloca em direção ao centro da Alameda buscando um bom lugar para realizar manobras.

A concretização da vida na Alameda Central contesta as expectativas do poder público em relação a este espaço público. Como parte do conjunto urbanístico do centro histórico da capital federal, a Alameda Central se constitui como espaço público mais importante e simbólico, por funcionar também como um local de acesso a todo o sítio considerado Patrimônio da Humanidade.

Nesse espaço público, a *violência da desapropriação* é representada pelas diferentes ameaças as quais trabalhadores informais estão sujeitos, por permanecer e garantir o uso popular de um espaço público que foi recentemente reformado e controlado para servir à atividade turística. Assim, o uso popular que se impõe é uma contestação das expectativas produzidas com o

reconhecimento do patrimônio e com a articulação entre empresários e representantes locais. Resta a este grupo somente ameaçar trabalhadores informais cotidianamente sob o argumento de que se apropriam de um local que não é destinado a prática do trabalho ou de certas atividades, quando na verdade aquele continua a ser um espaço público.

Foram realizadas 22 entrevistas com trabalhadores informais estabelecidos na Alameda Central e em suas adjacências e 21 entrevistas na Rodoviária do Plano Piloto. As entrevistas foram aplicadas em dias úteis e finais de semana na Alameda Central<sup>35</sup>, e na Rodoviária do Plano Piloto foram realizadas especificamente em dias úteis<sup>36</sup>. O período de realização das entrevistas em ambos os locais foi durante a manhã e pela tarde, período em que os trabalhadores informais permanecem nestes locais trabalhando e enfrentando o que nesta pesquisa chamamos de *violência de desapropriação*.

Em resumo, entre participantes da pesquisa estão homens e mulheres (há uma presença equilibrada entre os gêneros), jovens, adultos, idosos, imigrantes, pessoas com deficiência (PcDs) e indígenas. É possível notar que a quantidade de idosos e pessoas com deficiência trabalhadores informais na Alameda Central é relativamente maior do que na Rodoviária do Plano Piloto. E no caso da Rodoviária do Plano Piloto, não foram entrevistados participantes que se autodeclararam como indígenas, enquanto na Alameda Central foram entrevistados quatro que se autodeclararam.

### Figura 33

*Perfil geral dos participantes da pesquisa*<sup>37</sup>

Locais	Homens	Mulheres	Com idade entre 18 e 25 anos	Com idade entre 26 e 35 anos	Com 36 anos ou mais	Idosos	PcDs	Indígenas	Imigrantes
Alameda Central	11	11	3	6	13	7	3	4	0
Rodoviária do Plano Piloto	12	10	4	8	10	1	0	0	2

Dados organizados pela autora.

As características gerais dos participantes da pesquisa nos dois espaços públicos embora sejam aqui apresentadas, não tem relação com o escopo desta pesquisa. O objetivo geral deste

<sup>35</sup> No caso do Alameda Central, sábado e domingo são dias de descanso e recreio na Cidade do México, o que faz com que a Alameda seja mais apropriada e utilizada por diferentes classes sociais. Nesse cenário, o número de trabalhadores informais é maior. Sendo assim, as entrevistas também foram realizadas nesses dias e em dias úteis.

<sup>36</sup> Na Rodoviária do Plano Piloto, o maior fluxo de pessoas se dá em dias úteis, quando trabalhadores se deslocam e passam por ela para chegar ao trabalho e retornar para suas residências. Sob essa ótica, nos fins de semana, a grande e expressiva maioria dos trabalhadores informais não comparecem a este espaço público. E por essa razão, as entrevistas foram realizadas apenas em dias úteis.

<sup>37</sup> Na Rodoviária do Plano Piloto houve uma entrevista que foi aplicada com um casal. Assim foram 21 entrevistas realizadas com 22 participantes.

estudo é compreender como se dá o uso do espaço público diante do fenômeno da *violência da desapropriação* na América Latina, a partir da Alameda Central da Cidade do México (México) e da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil). Estes dados nos apontam que nestes dois espaços públicos inseridos em sítios urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade podemos encontrar trabalhadores informais que podem ser considerados como sujeitos subalternizados e desprestigiados no contexto do capitalismo global. São PcDs, idosos/as, indígenas e imigrantes. Estes sujeitos enfrentam o desemprego e o baixo orçamento com o trabalho informal, atendendo a diferentes classes sociais que se apropriam destes espaços públicos de diferentes maneiras. Dessa maneira, ativam o espaço público e garantem que diferentes classes sociais participem e permaneçam nestes locais, apesar da *violência da desapropriação*.

Estes sujeitos, por diferentes razões, não são atendidos pelas oportunidades oferecidas pelo mercado formal. O desemprego por si só não explica a existência do trabalho informal e o circuito inferior (Santos, 2017). Outros fatores contribuem para sua existência, como, por exemplo:

- a) os baixos valores pagos aos aposentados (Cockell, 2014);
- b) a existência de mulheres que são mães-solo e precisam garantir o sustento dos filhos e ter uma jornada flexível para conseguir conciliar cuidados e o trabalho, o que as vezes é impossível de se conseguir na maioria dos empregos formais e regulares (Guiginski & Wajnman, 2019);
- c) a existência de PcDs que apesar de serem considerados como possíveis colaboradores nas empresas, por diferentes razões não são a mão de obra absorvida pelo mercado formal (Amâncio & Mendes, 2023);
- d) a população LGBTQIA+ que, apesar das conquistas, continua tendo poucas oportunidades no emprego formal devido a estereótipos e expectativas pautadas pelos papéis de gênero (Juliani & Scopinho, 2020);
- e) a existência de negros e indígenas que, embora sejam maioria entre a população dos países da América Latina, continuam sendo sistematicamente vitimados por uma violência estrutural, conforme descrito por Santos (2001), e que não são escolhidos para comporem o quadro de colaboradores em função dos preconceitos e discriminações que persistem e precedem a vida destes sujeitos (Araújo & Lombardi, 2013).

A presença de indígenas na Alameda Central tem relação também com o processo de urbanização que se deu no México, obrigando inúmeros indígenas a buscarem trabalho em cidades como a capital mexicana. Segundo Rodríguez-López (2018, p. 240):

[...] desde finales de la década de los años sesenta, grupos de personas con origen indígena — principalmente del Estado de México, Puebla, Tlaxcala, Hidalgo y Oaxaca— comenzaron a abandonar sus tierras de cultivo y sus actividades locales para migrar a la Ciudad de México. Cabe

mencionar que la finalidad de su movilidad regional siempre ha sido el poder contrarrestar la pobreza que padecen en sus pueblos de origen y encontrar mejores oportunidades económicas; pero, en contraste, su inmersión en el campo laboral urbano sólo les ha dado cabida en la economía informal y en las áreas domésticas y de construcción.

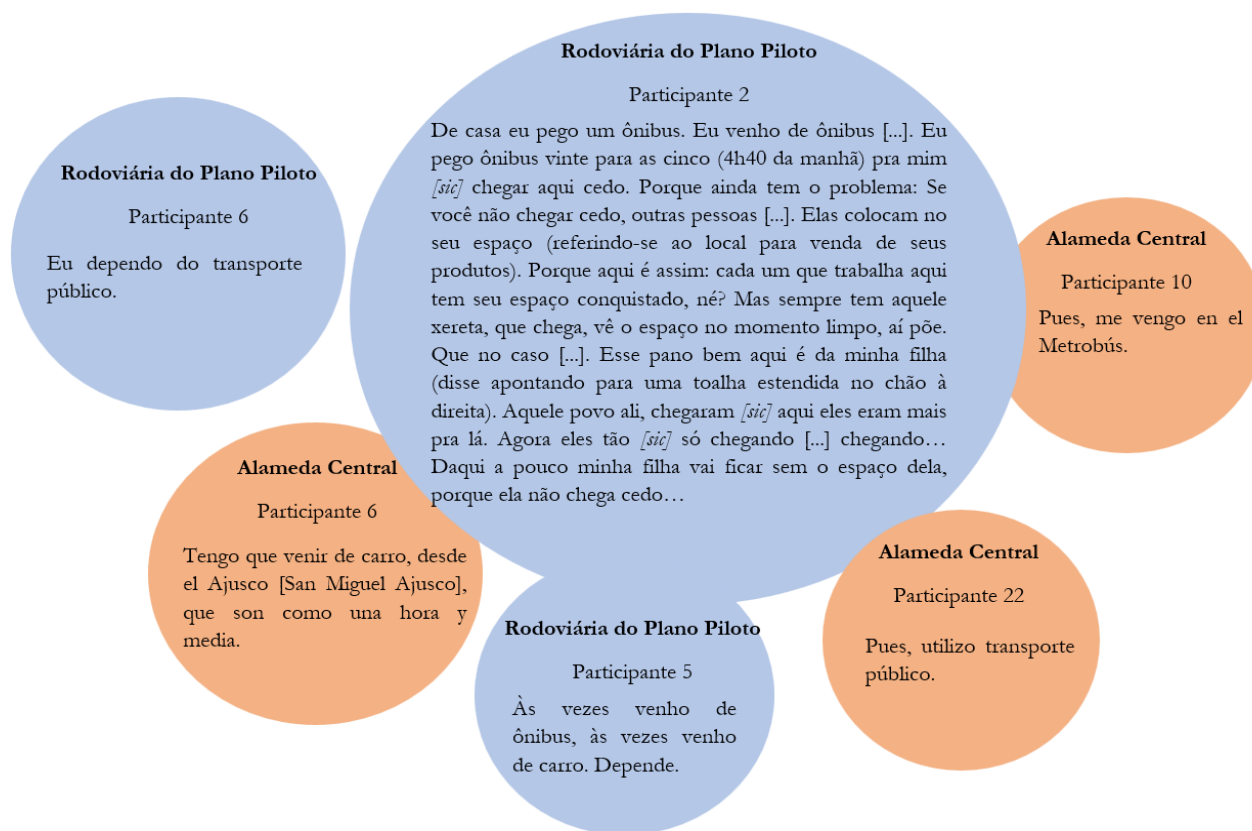
Isto está de acordo com a percepção de Santos (2001, p. 135) sobre a urbanização na América Latina:

Como a modernização capitalista tende ao esvaziamento do campo e é sempre seletiva, uma parcela importante dos que se dirigiram às cidades não pôde participar do circuito superior da economia, deixando de incluir-se entre os assalariados formais e só encontrando trabalho no circuito inferior da economia, impropriamente chamado de setor "informal.

A respeito do trajeto que fazem para chegar aos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto e a Alameda Central, a maioria dos participantes da pesquisa afirmou que utiliza o transporte coletivo, isto é, metrô e ônibus. Alguns outros participantes da pesquisa afirmaram utilizar outros meios como carro e moto, mas em circunstâncias específicas. As respostas indicam que os dois espaços públicos são locais vinculados ao transporte coletivo, pela existência de estações de metrô e ônibus nas suas proximidades e adjacências.

### Figura 34

Como você faz pra chegar à Rodoviária do Plano Piloto?  
¿Cómo hace para llegar a la Alameda Central?



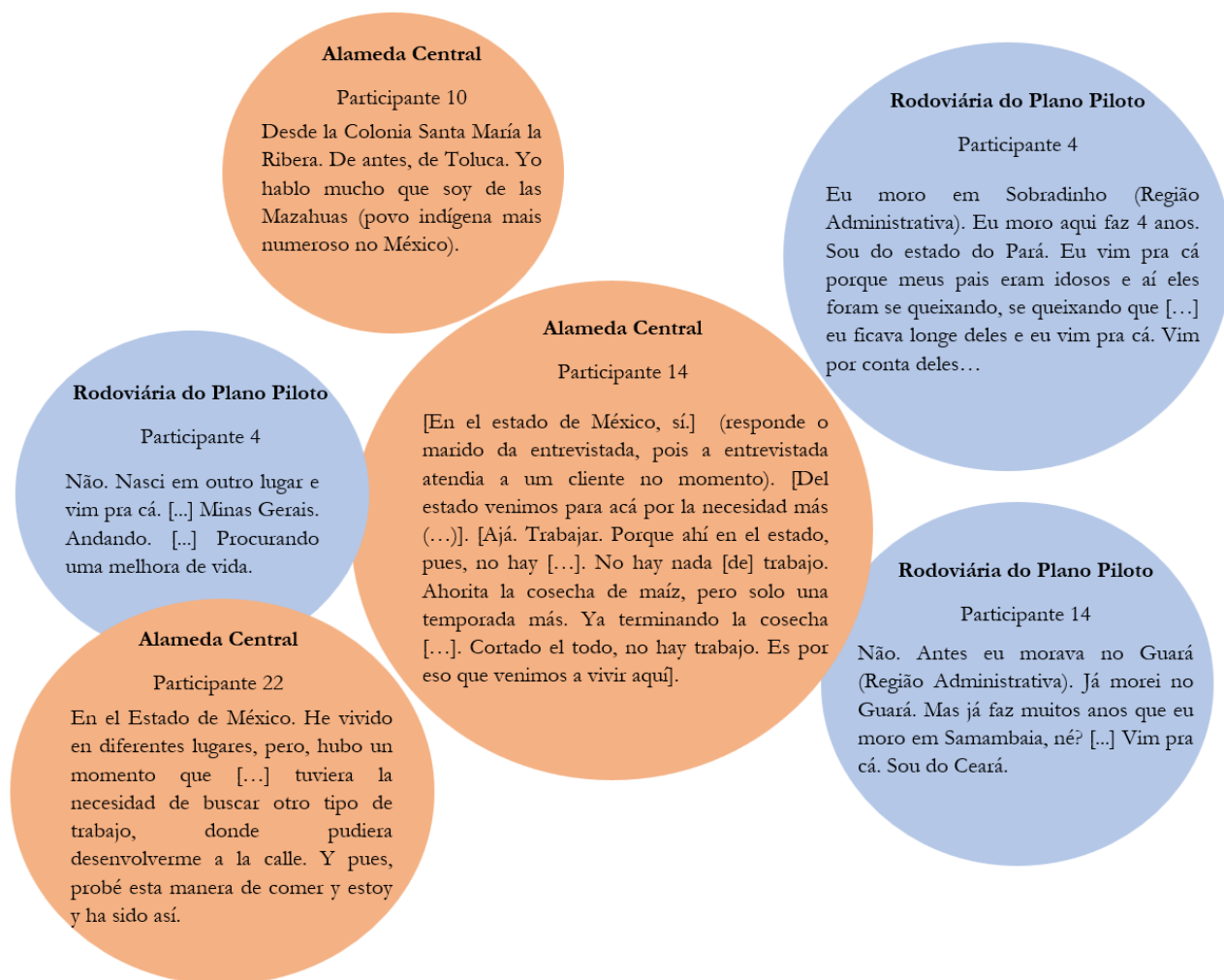
Fonte: Organizado pela autora.

Em relação ao trajeto e origem dos trabalhadores, chama a atenção o fato de residirem em locais muito distantes desses espaços públicos. A importância da Rodoviária do Plano Piloto e da Alameda Central é tão significativa que faz com que os trabalhadores saiam de outros municípios, regiões administrativas, e até mesmo, de outros estados (vizinhos) para realizarem seu trabalho nesses espaços públicos. O tempo gasto e a distância não impedem a realização do trabalho.

Ao perguntar sobre o local de residência ou se sempre viveram no Distrito Federal, e o que os levou a se mudar, os trabalhadores informais com mais de 36 anos são os que dizem que se mudaram para Distrito Federal em busca de trabalho. Os mais jovens afirmam ter nascido nos municípios vizinhos, nas Regiões Administrativas e colônias dos Distritos Federais.

**Figura 35**

*Onde você mora? Sempre residiu no Distrito Federal?  
¿Dónde vive? ¿Siempre ha vivido en la Ciudad de México?*



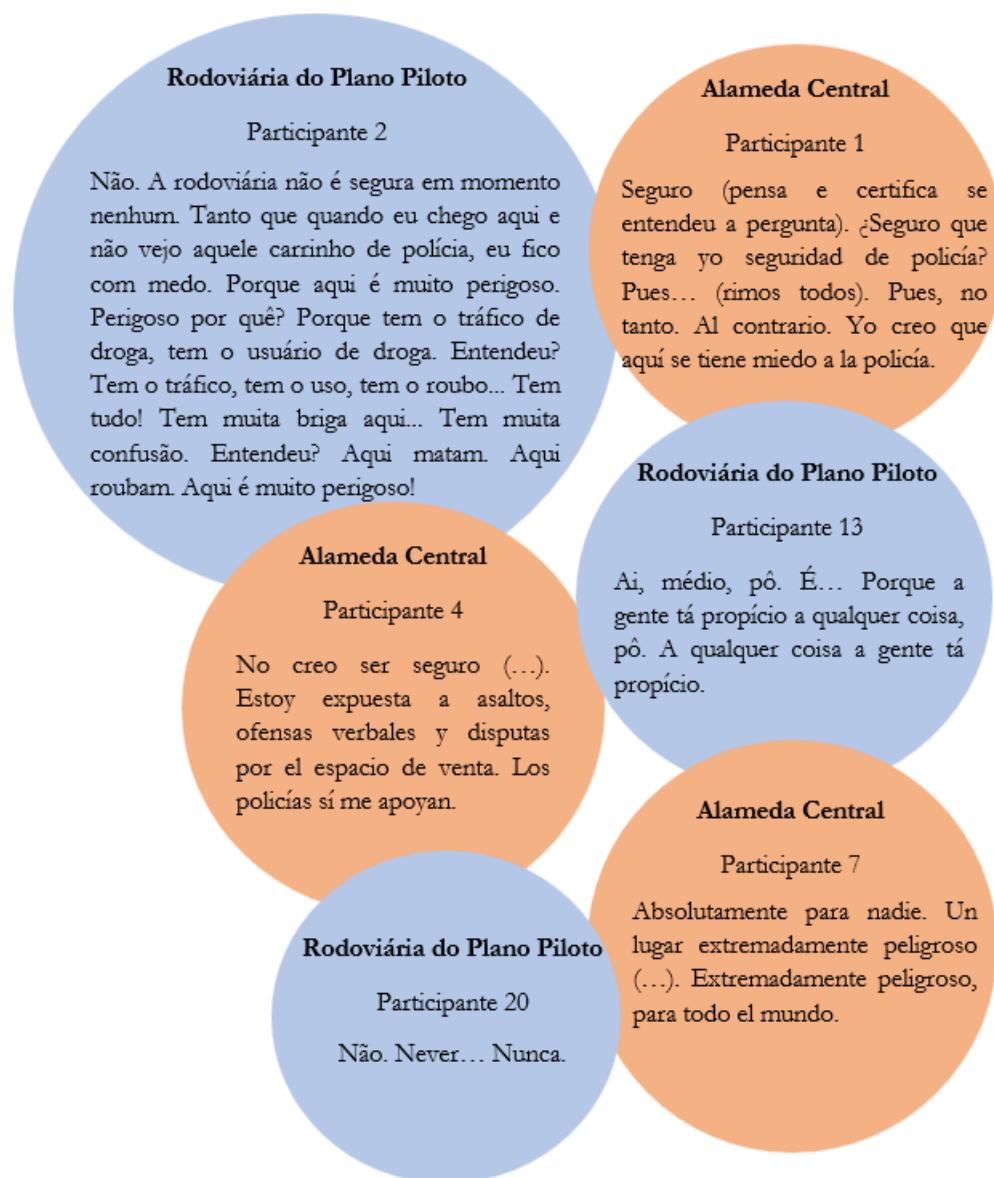
Fonte: Organizado pela autora.

As respostas relacionadas à segurança nos dois espaços públicos dessa pesquisa foram diversificadas. A opinião sobre isso entre os trabalhadores informais da Alameda Central varia. Uns dizem se sentir seguros, outros a descrevem como um local perigoso. Chama a atenção nas respostas o fato de alguns trabalhadores informais dizerem que sentem medo da polícia e de sua truculência. Ademais, contam que a presença de fiscais e policiais no local é constante, e que isso por si só não faz com que o local seja seguro. Já na Rodoviária do Plano Piloto, a maioria dos trabalhadores informais não considera o local seguro, estando sujeitos a diferentes tipos de violações como roubos, furtos, assédios e confiscos de mercadoria. Em ambos locais, os controles existem, porém, de maneira distinta.



**Figura 36**

*Você considera a Rodoviária do Plano Piloto um lugar seguro para você e para o seu trabalho?  
¿Considera la Alameda Central un lugar seguro para usted y para su trabajo?*



Fonte: Organizado pela autora.

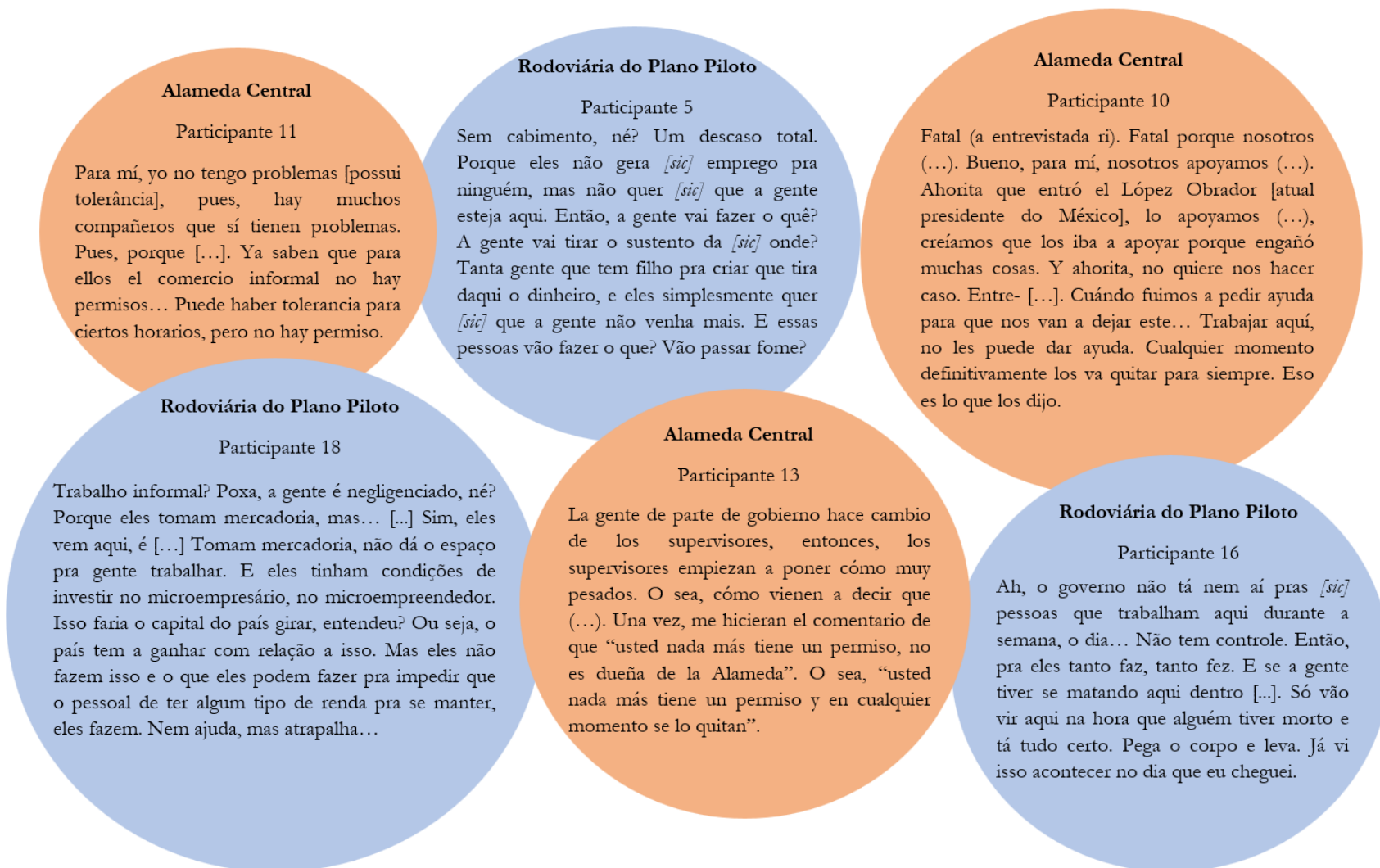
Quando perguntados sobre a atuação do governo em relação ao trabalho informal na Alameda Central e na Rodoviária do Plano Piloto, muitos trabalhadores consideraram que o governo não se interessa pelas condições de trabalho nestes locais. Alguns trabalhadores afirmaram ser tolerados devido a idade ou deficiência que possuem. Outros trabalhadores citaram nomes dos representantes vigentes, afirmando que esperavam maior apoio. Nos dois locais é possível identificar uma percepção recorrente de descaso com estes trabalhadores, o que confirma a

existência da *violência da desapropriação* relacionada ao descompromisso de representantes com o trabalho informal nos dois sítios. Não são apenas menosprezados. Mas também ameaçados por estratégias estabelecidas pelo poder público. Os espaços públicos, assim, conforme aponta a literatura se apresentam como espaços de disputa (Crawford, 1995; Fraser, 1990; Mitchell, 1995).

**Figura 37**

*Como você descreveria a atuação do governo em relação ao trabalho informal na Rodoviária do Plano Piloto?*

*¿Cómo describe la actuación del gobierno con relación al trabajo informal en la Alameda Central?*



Fonte: Organizado pela autora.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A *violência da desapropriação*, como vimos nesse capítulo, é decorrente de uma violência estrutural que tem origem na conquista dos territórios da América Latina. Ela se apresenta de diferentes formas no espaço público, pois é produzida pelo poder público. A definição de normas de uso, fiscalizações, confiscos de mercadorias, e outras ações fazem parte do que aqui chamamos de *violência da desapropriação*. Os casos elegidos para esta pesquisa são representativos deste fenômeno.

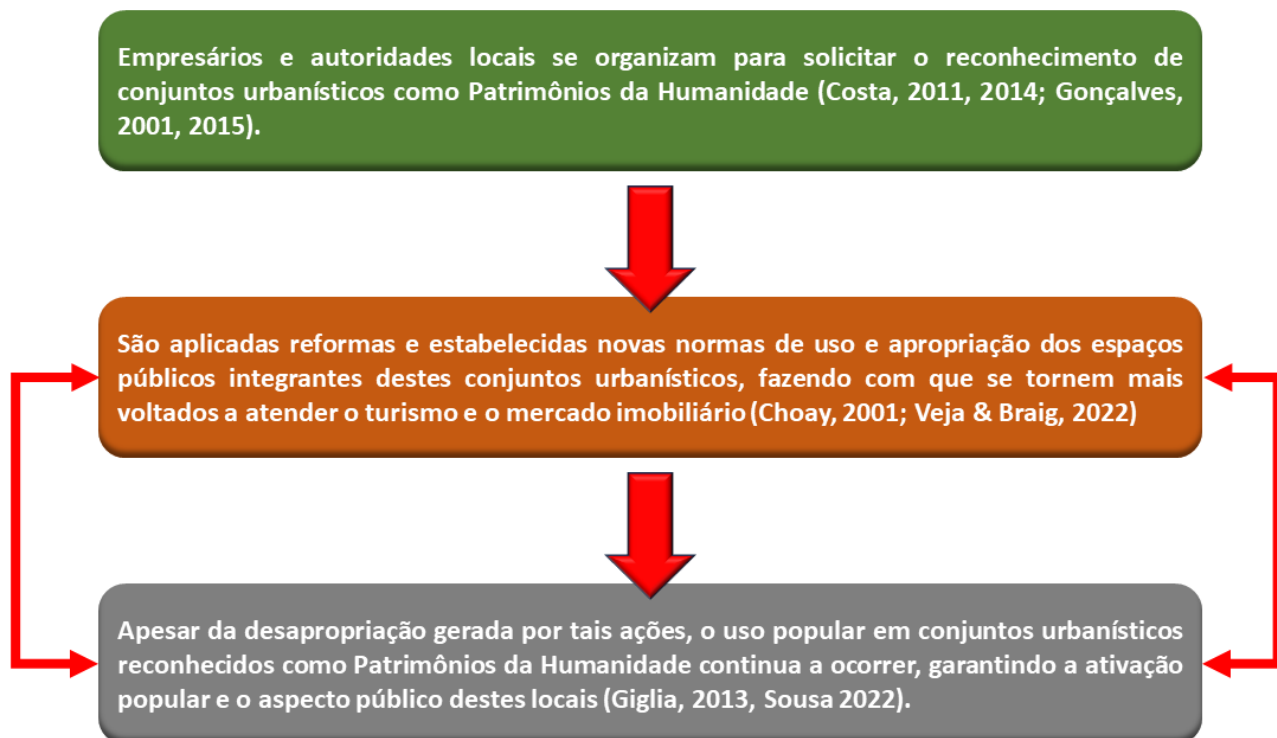
Por fazerem parte de conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e a Alameda Central da Cidade do México (México), assim como suas adjacências, são alvos de estratégias de controle de uso por parte do poder público. O objetivo é definir tipos específicos de uso, afastando usos tipicamente populares sob o argumento da preservação do patrimônio (Choay, 2001). Estas estratégias e ações que visam o controle do espaço público devem ser consideradas parte deste conjunto de ações que conformam a *violência da desapropriação*.

O devido destaque deve ser dado ao fato de que nem todos os usos não previstos nesses locais são penalizados. Na ocasião das visitas realizadas na Alameda Central foi percebido que apesar dos avisos que buscam proibir o deslocamento de veículos em toda extensão do parque, este tipo de prática é recorrente. Policiais e fiscais não foram vistos punindo os usuários que utilizaram a extensão do parque para andar de patins, bicicleta ou skate. Na Rodoviária do Plano Piloto também foi possível perceber que informes, placas e avisos de promoções dos estabelecimentos formais, fixados no local, não são considerados um problema por parte da fiscalização, apesar de interferirem sobre o deslocamento dos passageiros que precisam desviar de tais anúncios para acessar o transporte coletivo.

Assim, percebe-se que a *violência da desapropriação* tem relação com os usos populares do espaço público. Usos que são considerados problema em função de uma leitura da realidade que insiste em considerar apropriado a adoção de conceitos, noções e teorias de países centrais, que diferem muito das situações examinadas nos países periféricos, sobretudo, na América Latina. Dessa forma, o diagrama da figura 39 nos fornece uma compreensão sintética do que ocorre nesses locais.

**Figura 38**

*Diagrama da “violência da desapropriação” em Patrimônios da Humanidade*



Fonte: Choay (2001); Giglja (2013); Sousa (2022); Vega e Braig (2022). Organizado pela autora.

Em resumo, o que se constata é a existência simultânea da desapropriação e da apropriação. Dialética fundamental e reveladora que garante a existência efetiva dos espaços públicos no contexto dos reconhecimentos mundiais do patrimônio. Os usos populares se impõem, apesar das tentativas de afastá-los e expropriá-los. Por esta razão, o devido destaque deve ser dado a ativação popular do espaço público (Costa, 2016, 2017, 2021) que decorre dessas resistências ali situadas. Tais resistências contribuem para a releitura da temática que envolve os espaços públicos no continente.



Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/calculo-que-embasou-aumento-de-tarifa-tecnica-em-brasilia-e-viciado-diz-tcdf>

## **CAPÍTULO 3 – ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO NA ALAMEDA (CDMX) E NA PLATAFORMA RODOVIÁRIA (BSB)**

Os dados coletados na revisão empírica forneceram importantes considerações sobre o fenômeno da *violência da desapropriação*, o espaço público e a esfera pública latino-americanos. A operacionalização do conceito de território usado de Santos (2000) e da noção de ativação popular do espaço público de Costa (2016, 2017, 2018, 2021) nos possibilitou compreender como de fato o espaço público pressupõe a ressignificação e a resistência de sujeitos que dele usufruem, inclusive para garantir seu sustento. A indissociabilidade entre objetos e ações (Santos, 1991, 2017) no espaço público nos permite compreendê-lo como algo dinâmico, e distante de um futuro desaparecimento, sobretudo dos espaços públicos latino-americanos.

Apesar disso, o fenômeno da *violência da desapropriação* é uma permanente, em especial, nos espaços públicos que integram sítios urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, como ocorre com o centro histórico da Cidade do México, do qual a Alameda Central faz parte, e com o Plano Piloto de Brasília, do qual a Rodoviária do Plano Piloto é integrante. Nesses locais, a *violência da desapropriação* se efetiva pela constante ameaça de deslocamento de trabalhadores informais que buscam este espaço para realização de seu trabalho. Os trabalhadores estabelecidos nesses locais são artistas, artesãos, vendedores ambulantes e engraxates. Integram o circuito inferior da economia, que absorve grande parte da mão de obra dos países considerados subdesenvolvidos (Costa et al., 2022b; Santos, 2018). São aqueles e aquelas que por diferentes motivos, conforme apontam os estudos de Araújo e Lombardi (2013), Cockell (2014), Guiginski e Wajnman (2019), Juliani e Scopinho (2020), e de Amâncio e Mendes (2023) não são absorvidos pelo trabalho formal, pertencente ao circuito superior da economia, beneficiado e integrante de uma economia hegemônica, onde se encontram os bancos e grandes corporações (Costa et al., 2022a; Santos, 2018).

A ativação popular desses espaços é o principal foco deste capítulo. São apresentados registros da observação direta e das entrevistas em que os trabalhadores informais demonstraram formas de permanência, cooperação e resistência ao conjunto de violências que estão sujeitos por se apropriarem do espaço público. Ademais, a maioria dos participantes da pesquisa deseja permanecer nesses espaços públicos trabalhando. É percebido que além de ativarem popularmente por suas resistências, estes trabalhadores contribuem para o uso diverso destes espaços por fornecerem produtos e serviços acessíveis às diferentes classes sociais, permitindo que outros usos populares aí se concretizem.

A fotografia de abertura do presente capítulo representa a resistência e permanência de trabalhadores informais na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília. Estas ações possibilitam o usufruto diversificado e a ativação popular deste espaço público.



### 3.1 ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: O QUE É E COMO OCORRE?

Apesar da temática dos espaços públicos já ter sido deveras discutida sob o prisma da categoria território, conforme notado por Gomes (2020), permanece a necessidade de se compreender a disputa e dialética existente nos espaços públicos, especialmente das cidades da América Latina, devido a particularidades dos países da região. A resistência dos atores desprestigiados nestes espaços é o verdadeiro foco desta pesquisa, pois apesar da *violência da desapropriação*, continuam ativando popularmente os espaços públicos da Alameda Central da Cidade do México (México) e da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil).

A ativação popular do espaço público apresentada por Costa (2016; 2018; 2021) trata do fato de que a superação das desigualdades e problemáticas da América Latina está nas ações e resistências dos despojados e periferizados. Nesse sentido, a ativação popular se apresenta como uma alternativa real às ações de atores hegemônicos que veem o território como recurso, ao passo que os atores despojados, que na escassez, o consideram como abrigo (Santos, 2000). Essa ativação popular tem relação com o um tipo de utopismo que revela a resistência contínua de sujeitos desprestigiados pelo capitalismo global no continente. O utopismo patrimônio-territorial, como apresentado pelo autor (Costa, 2016) também rivaliza com a Patrimonialização Global, tida por Costa (2011) como uma agenda de controle do território.

A relação entre a ativação popular do espaço público e o utopismo patrimônio-territorial está na interação entre o mundo objetivo e o subjetivo (Costa, 2018). A concreção da ativação popular só é possível pois o utopismo patrimônio-territorial já se encontra na consciência como estratégia de resistência em um sistema produtivo que desprestigia estes sujeitos.

A operacionalização da noção de ativação popular também foi realizada por Souza (2020). As praças Ignacio Agramonte em Camaguey (Cuba) e a Praça do Bandeirante em Goiânia (Brasil) a despeito dos nomes e do simbolismo da conquista que carregam, são apropriadas popularmente. O potencial da ativação popular, portanto, se encontra na resignificação dos espaços públicos. Assim, como nos casos examinados por Souza, a resignificação dos espaços públicos causada pela ativação popular também ocorre nos espaços que integram Patrimônios da Humanidade.

As resistências de trabalhadores informais nos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e na Alameda Central da Cidade do México (México) garantem o uso coletivo e diverso desses espaços públicos. Por essa razão, a resistência destes trabalhadores aponta para uma potente ativação popular que resiste no tempo e no espaço do continente.

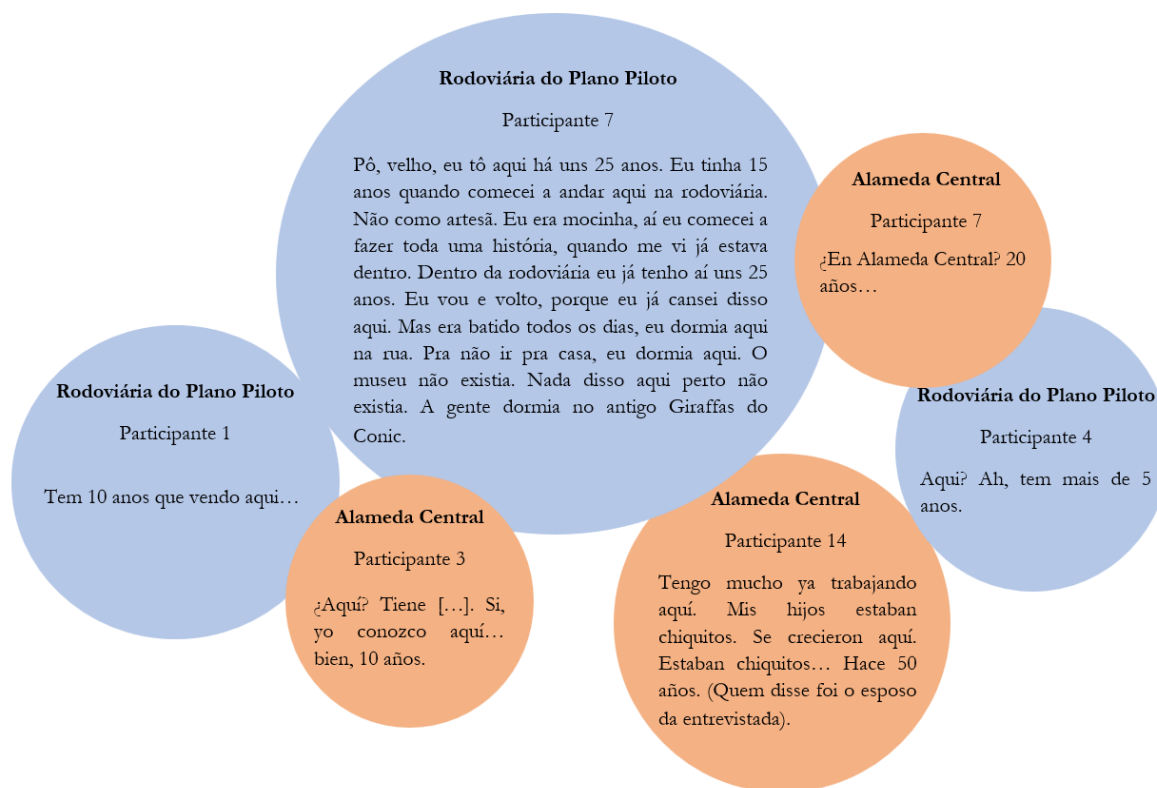
### 3.2 DAS RESISTÊNCIAS Á ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO

A ativação popular do espaço público exige resistências e estratégias de permanências que não são claramente anunciadas apenas pela observação. Estas estratégias estão presentes na colaboração, no aproveitamento de objetos para locomoção e armazenamento de mercadorias e acima de tudo: na colaboração entre trabalhadores.

Quando questionados sobre o tempo de trabalho nos dois locais, a maioria dos trabalhadores informais revelaram estar há bastante tempo (entre 5 e 30 anos), exemplificando essa situação com algumas lembranças que possuem sobre estes espaços públicos. Por exemplo, em um caso, a participante da pesquisa dizia que viu a construção da estação de metrô na Alameda Central. Em outro caso, uma participante afirmou que alguns estabelecimentos nas adjacências da Rodoviária do Plano Piloto ainda não existiam quando ela iniciou seu trabalho. Isso nos aponta uma conclusão importante nesta pesquisa: há muito tempo estes trabalhadores permanecem nesses locais e resistem aos controles e repressões. E pelos resultados obtidos nas entrevistas, não possuem a pretensão de abandonar o trabalho informal nesses locais. Isso atesta a observação feita por Giglia (2013), de que mesmo com medidas e controles do uso dos espaços públicos, os usos populares se impõem.

**Figura 39**

*Há quanto tempo trabalha na Rodoviária do Plano Piloto?  
¿Hace cuánto tiempo que trabaja en la Alameda Central?*



Fonte: Organizado pela autora.

Apesar do tempo de trabalho nos espaços públicos, os trabalhadores informais reconhecem as dificuldades e violências as quais estão sujeitos. E a despeito disto, continuam nestes locais demonstrando que resistem e adotam maneiras próprias de permanecer e garantir seu sustento.

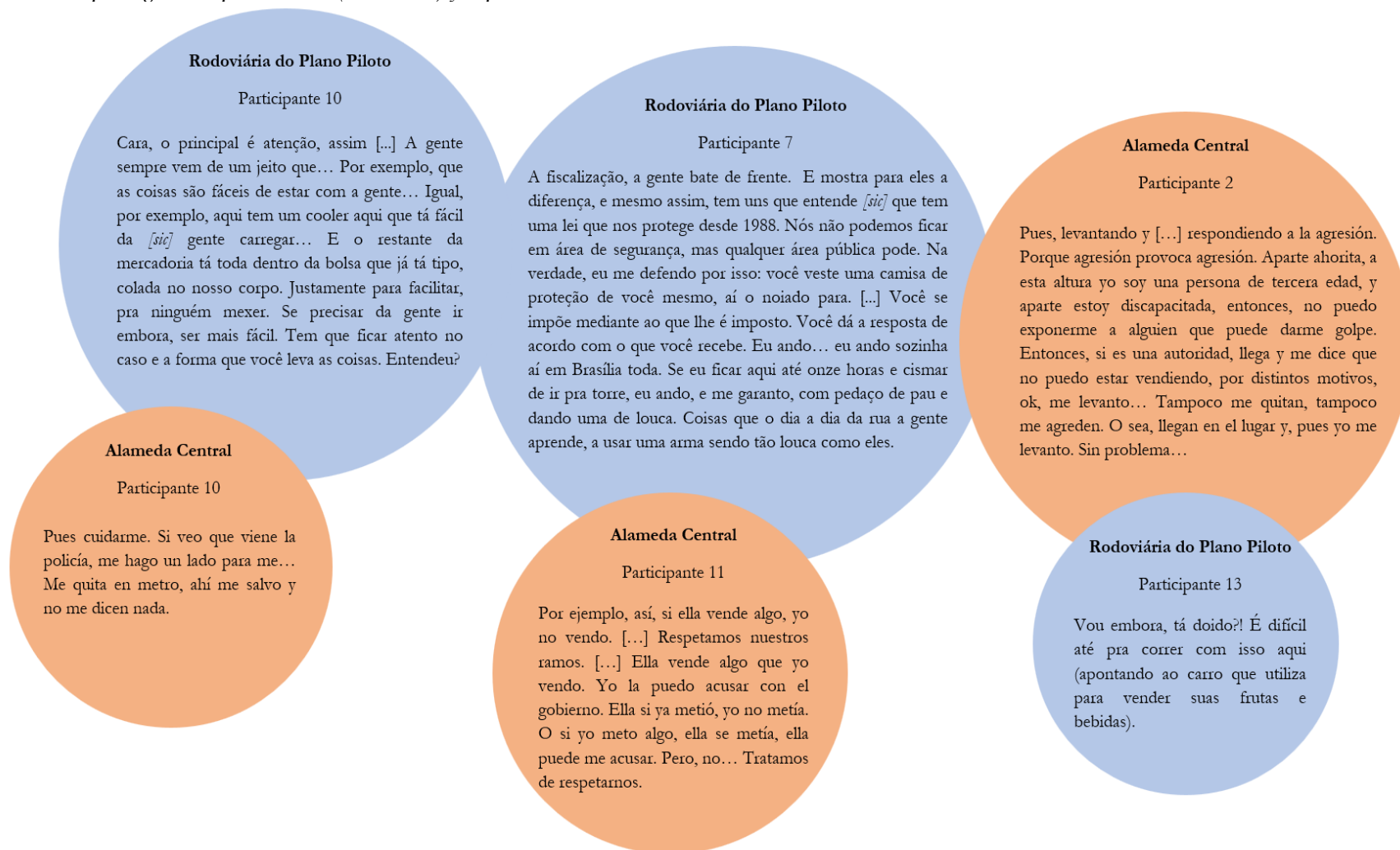
Quando perguntados sobre o que fazem diante de supervisões e repressões nos espaços públicos onde trabalham, buscou-se saber sobre o que fazem para se proteger nessas situações. A questão expôs o nível de controle sobre tais locais, pois os trabalhadores informais se mostraram preocupados e receosos quanto às repressões e aos controles. Contam experiências em que perderam mercadorias e não puderam recuperá-las. Alguns trabalhadores também revelaram que agem em conjunto para protegerem uns aos outros, informando sobre a chegada de fiscais. Também mencionaram sobre como lidam com trabalhadores concorrentes. Em algumas ocasiões, os trabalhadores vendem as mesmas mercadorias ou prestam o mesmo serviço. Para seguir com o trabalho, tentam vender mercadorias diferentes das fornecidas por outros trabalhadores no mesmo local. A colaboração se torna um elemento mais marcante que a concorrência entre estes sujeitos. Conforme assinalado por Santos (2001, p. 130):

Na briga cotidiana pela sobrevivência, não há negociação possível para eles, e, individualmente, não há força de negociação. A sobrevivência só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos "não-possuidores" é a prontidão dos sentidos. É com essa força que eles se eximem da contra finalidade e ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam.

Assim, de fato, o espaço público como parte do território usado se constitui como um abrigo para esses atores que, por meio da colaboração e de outras estratégias, permanecem nos espaços públicos proporcionando a ativação popular. Também foi verificado que há uma certa tolerância com trabalhadores informais idosos e PcDs (pessoas com deficiência). Quando perguntados sobre a proteção em relação a confiscos e repressões, estes sujeitos se mostraram menos receosos que os demais, por serem mais tolerados.

**Figura 40**

*Como se protege de supervisões (controles) e repressões?  
¿Cómo se protege de supervisiones (controles) y represiones?*



Fonte: Organizado pela autora.

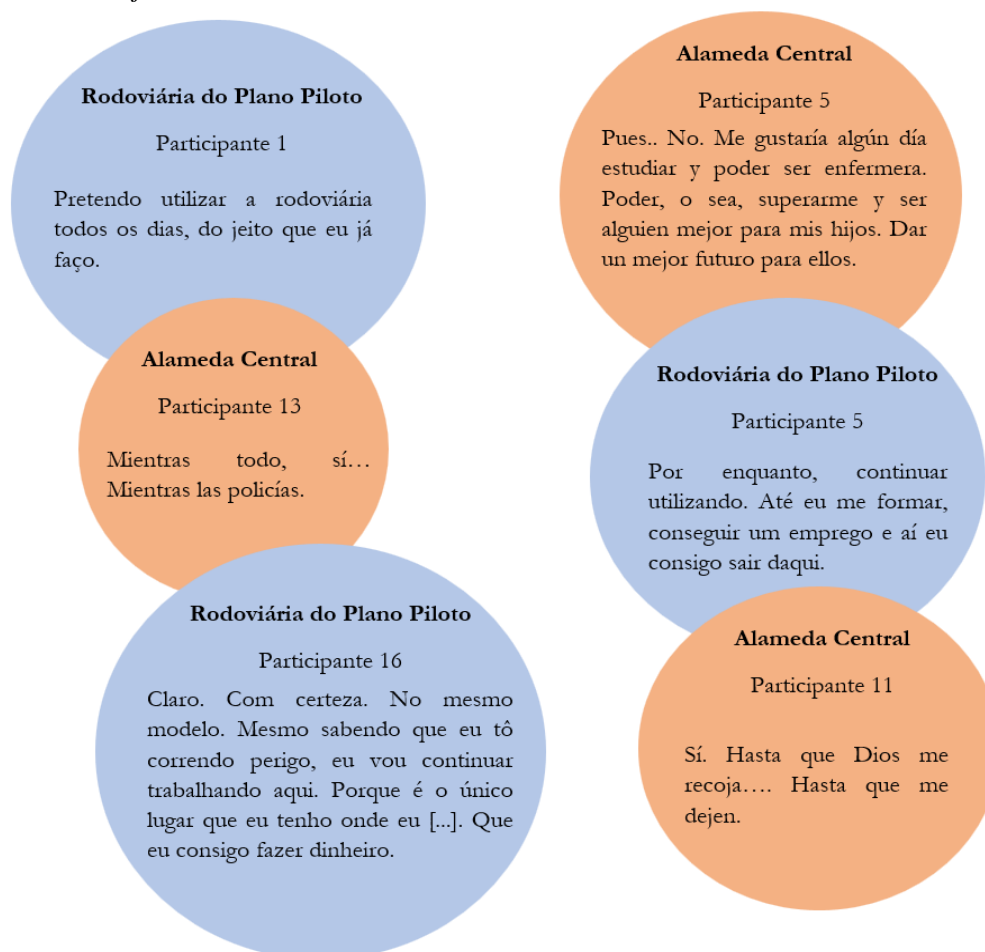
Nas respostas, é possível notar tanto a colaboração entre trabalhadores quanto o uso de materiais para locomoção de mercadorias como bolsas, caixas térmicas, caixas com rodas acopladas para favorecer o deslocamento. Os trabalhadores enfrentam a *violência da desapropriação* de diversas formas e aproveitam materiais diversos para resistirem nesses espaços públicos.

Também foi perguntado aos trabalhadores informais se pretendiam continuar trabalhando nos espaços públicos da Alameda Central e da Rodoviária do Plano Piloto. A expressiva maioria respondeu que pretende continuar trabalhando nesses locais apesar das repressões e riscos. Em verdade, os trabalhadores informais nos revelam que há pouca expectativa em relação a obtenção de emprego formalmente. Os que disseram que não pretendem continuar trabalhando como informais são jovens e esperam poder estudar e conseguir uma oportunidade melhor. As respostas positivas em relação a permanência desses trabalhadores nos locais escolhidos para a pesquisa também nos apontam que estes pretendem continuar resistindo à *violência da desapropriação*. Estes trabalhadores, portanto, seguem ressignificando o espaço público. Conduzem ao entendimento de que estes espaços constituem recurso para os empresários e empreendedores imobiliários, e simultaneamente, abrigo aos sujeitos desprestigiados que agem na busca da superação das mazelas que os afligem.

Alguns trabalhadores admitem que esperam parar de trabalhar nestes espaços públicos apenas quando suas vidas se encerrarem. Revelam a importância da resistência para a sua sobrevivência e sabem que estão sujeitos a diferentes tipos de ocorrência que podem prejudicá-los.

### Figura 41

*Você pretende continuar trabalhando na Rodoviária do Plano Piloto?  
¿Pretende continuar trabajando en la Alameda Central?*



Fonte: Organizado pela autora.

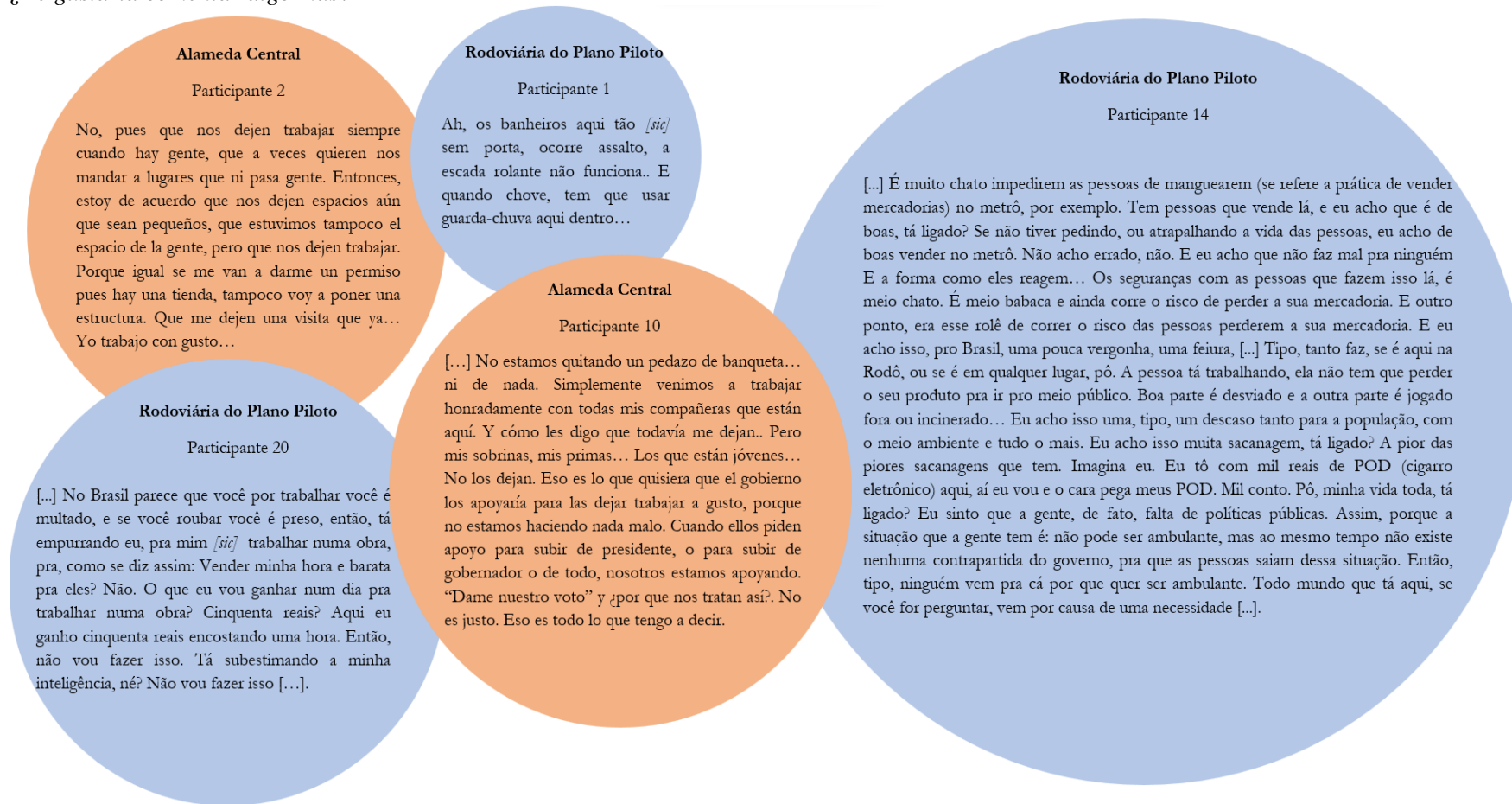
A questão final da entrevista buscava averiguar se havia algo mais que o trabalhador informal gostaria de falar a respeito de sua situação de trabalho nos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto e Alameda Central. Alguns trabalhadores acrescentaram que gostariam de ser tratados com mais dignidade, por serem trabalhadores como quaisquer outros. Em outras ocasiões, explicitaram sua indignação com as condições de infraestrutura que tem acesso no espaço público em que trabalham. Estas observações chamam bastante a atenção, pois sintetizam o que estes sujeitos tentaram dizer ao longo de toda a entrevista.

Além disso, estes trabalhadores reconhecem que necessitam deste trabalho para sobreviver e por isso, mencionam que o poder público deveria os enxergar como quaisquer outros trabalhadores, permitindo que utilizem os espaços públicos, sobretudo, espaços como os decididos para esta pesquisa.

**Figura 42**

*Gostaria de comentar algo mais?*

*¿Le gustaría comentar algo más?*



Fonte: Organizado pela autora.



### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Muito já foi dito sobre as disputas existentes nos espaços públicos. Na Geografia, a vasta literatura sobre o tema fez importantes considerações sobre a existência de grupos concorrentes nesses espaços (Gomes, 2002; 2018; Mitchell, 1995; 2017; Souza, 2018; 2020; Valverde, 2007; 2009). As diferentes formas de resistência de grupos desprestigiados em espaços públicos, contudo, merecem o devido destaque. A abordagem crítica e existencialista desta pesquisa, que emerge do âmbito do Grupo de Pesquisa de Cidades e Patrimonialização na América Latina e o Caribe (Gecipa – CnPq), juntamente da consideração do espaço público como *expressão ativa do território usado*, nos permite reconhecer não apenas disputa, como também a resistência de sujeitos perifерizados e sua coexistência com controles e repressões no território (Costa, 2016; 2017; 2018; Costa & Moncada, 2021).

Como parte do território usado, o espaço público revela seu aspecto processual e inacabado. Onde formas e conteúdos revelam, por meio da publicidade e do uso coletivo, sua indissociabilidade. Talvez seja por excelência o espaço mais representativo das mudanças que ocorrem na cidade. Carregam consigo a resignificação de si mesmos, sendo constantemente apropriados e desapropriados, sendo impossível prever seu desaparecimento ou fim.

A *violência da desapropriação* constitui um fenômeno que busca definir os tipos de uso de um determinado espaço público. Este controle e repressão no espaço público pode se manifestar de diferentes formas, como foi verificado na Rodoviária do Plano Piloto e na Alameda Central. Em espaços públicos de sítios urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade este tipo de fenômeno se torna mais frequente e explícito, sendo possível compreendê-lo a partir dos exemplos práticos elegidos nesta pesquisa.

A América Latina é um continente constituído por países com grandes desigualdades sociais conformadas pela conquista de seus territórios (Galeano, 1998; Ianni, 1988; Quijano, 2005), que não se restringem apenas a concentração de renda. O acesso à saúde, à educação e a outros direitos são ainda reivindicados para boa parte da população. Assim, os espaços públicos das cidades latino-americanas são representativos desta situação de desigualdade, por serem a expressão da esfera pública, da qual muitos ainda necessitam reclamar.

Nesse sentido, algumas constatações merecem destaque:

1. O trabalho informal é fonte de renda para inúmeras pessoas no Brasil e no México. São países que, como apontado por Milton Santos, possuem nuançados os dois circuitos da

economia urbana (Santos, 2018). E estes circuitos se revelam também pelo espaço público, que garante visibilidade e publicidade a questões socioeconômicas específicas no contexto dos países da América Latina. Contudo, apesar da existência desses dois circuitos, muitos são os esforços para esconder ou mesmo afastar os representantes e componentes do circuito inferior, em particular, do espaço público. Compreendemos a existência do fenômeno da *violência da desapropriação*, que constitui um conjunto de estratégias e tentativas do poder público de afastar certas práticas e sujeitos dos espaços públicos. Este fenômeno repercute especialmente sobre os trabalhadores informais, por serem a expressão clara das desigualdades historicamente forjadas no continente;

2. Chama a atenção a presença de pessoas da terceira idade, indígenas e PcDs (Pessoas com Deficiência) no trabalho informal. Sobretudo, nos espaços públicos elegidos para a pesquisa, a quantidade de sujeitos nessas condições nos revela que o trabalho informal absorve uma mão de obra que não encontra seu espaço no circuito superior da economia (Santos, 2017). Além disso, é necessário mencionar que são eles que além de integrar o circuito inferior, são responsáveis por garantir a ativação popular dos espaços públicos;

3. A presença destes trabalhadores informais em espaços públicos como a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília e a Alameda Central da Cidade do México garante a presença de diferentes classes sociais e de diferentes tipos de apropriações desses espaços;

4. Os exemplos práticos elegidos nesta pesquisa são de fato representativos dos espaços públicos latino-americanos. São espaços públicos que o poder público insiste em controlar seus usos, se valendo de supostas normas do patrimônio para reformar e afastar usos destoantes. A *violência da desapropriação* nesses contextos se torna mais evidente, e nem por isso impede a ativação popular.

Apesar das diferenças, a resistência destes sujeitos que ali permanecem para garantir seu sustento e uso popular destes espaços é a grande semelhança entre os dois locais. Esta constatação nos faz perceber que a dialética entre a apropriação e a desapropriação no espaço público deve ser salientada nos estudos geográficos. Os espaços públicos continuam a se mostrar como espaços de disputa, espontaneidade e possibilidade, especialmente na América Latina.

Mas estas considerações apenas não são suficientes para apontar caminhos possíveis e que sirvam efetivamente para o reconhecimento da ativação popular como parte legítima dos espaços

públicos tanto pela sociedade quanto pelo poder público. Este reconhecimento necessita partir de uma proposta que considere as particularidades dos espaços públicos de cidades latino-americanas.



Disponível em: <https://historia-arte.com/obras/sueno-de-una-tarde-dominical-en-la-alameda-central>

## **CAPÍTULO 4 – PARA UMA GEOGRAFIA ATENTA ÀS RESISTÊNCIAS NO ESPAÇO PÚBLICO LATINO- AMERICANO**

A esfera pública e o espaço público são, conforme já mencionamos, espaços em que a disputa é uma *conditio sine qua non* de suas respectivas existências (Mitchell, 1995; 2017). Na América Latina, o reconhecimento desta disputa, sobretudo nos espaços públicos, deve ser enfatizado, em detrimento de observações que tendem a encerrar o tema pela visão de que estes locais são apenas de domínio do Estado ou destinados a beneficiar o mercado imobiliário. A apropriação e a desapropriação são um par dialético que não deve ser perdido de vista no que tange os espaços públicos latino-americanos, pois são onde a população se estabelece para garantir seu sustento e reafirmar suas reivindicações de maneira própria, heterogênea e contra hegemônica (Costa, 2016, 2017, 2021). Contudo, a assimilação destas considerações parte do entendimento de que os usuários do espaço público, conforme anunciado por Gomes (2018), não são expectadores passivos. Isto é, entende-se que a ação dos sujeitos que do espaço público se apropriam tende a construir diferentes tipos de uso, que em muitas ocasiões contestam expectativas de controle, como ocorre nos espaços públicos elegidos para esta pesquisa.

Esta percepção de que o espaço público, como parte do território usado, não representa apenas um palco, mas sim um acúmulo de experiências e sobretudo disputas, advém de uma abordagem que reconhece a ação do sujeito frente a realidade dialética que o cerca. Ou seja, esta percepção é possibilitada por uma abordagem crítica e existencialista, como a adotada neste estudo. Neste sentido, é importante tecer algumas considerações importantes sobre esta perspectiva.

Na obra “Existencialismo ou Marxismo” Georg Lukács (1979) faz duras críticas ao método existencialista. O autor afirma que o existencialismo como método e viés de compreensão da realidade, contribui para a visão burguesa sobre o indivíduo e o meio onde se insere. Isto porque esta perspectiva tem como uma de suas premissas a ideia de liberdade como algo inerente à existência. Este detalhe parece representar um contraste com o materialismo histórico dialético. Em outras palavras, para o existencialismo sujeito/indivíduo é livre para realizar suas ações, e este é o único fato sobre sua existência. Assim compreendida, a liberdade descrita por Sartre (2002) por exemplo, contesta o condicionamento e a limitação por trás da ideia de que as condições externas ao indivíduo são maiores que suas capacidades, tendo ele pouca ou nenhuma opção. Para Sartre (2002) o sujeito está condenado a liberdade. Mas esta liberdade diz respeito a própria existência do sujeito em si. Isto é, a ação é inerente a própria vida do sujeito. Se ele existe, ele age e suas ações são orientadas mediante o meio em que se insere. Por isso se torna importante considerar o

materialismo histórico dialético, já que a realidade é permeada de contradições, desigualdades, mazelas e que necessitam da ação dos sujeitos para a sua superação.

A crítica ao diálogo entre métodos pode vir acompanhada da ideia de que os métodos devem ser respeitados em sua integralidade, sem desprezar o esforço de autores em atribuir importantes apontamentos sobre o mundo real. Sobre isso Sartre lembra uma lição importante na filosofia:

Aqueles que se julgam os porta-vozes mais fiéis de seus predecessores, apesar de sua boa vontade, transformam os pensamentos que pretendem simplesmente repetir; os métodos modificam-se porque são aplicados a objetos novos. Se esse movimento da filosofia já não existe, das duas uma: ou ela está morta ou, então, está “em crise” (Sartre, 2002, p.21).

O existencialismo, principalmente em Sartre, reconhece a indissociabilidade entre o ser e o objeto. Isso está profundamente ligado a ideia de “prático-inerte” em que Sartre considera a permanência de experiências anteriores na realidade do sujeito. O espaço, conforme percebido por Santos (2010), é o exemplo mais explícito do “prático-inerte”.

Dessa forma, o espaço é o acúmulo de experiências que nos antecedem, e que nos exige a tarefa de ação sobre o mesmo. E é por isso que Sartre assinala que as resistências tem origem “no âmago do prático-inerte” (Sartre, 2002, p.420), onde se pode enfrentar a materialidade, tornando-a dinâmica. Nesse sentido, agimos com base na nossa situação no tempo e no espaço e suas respectivas necessidades do período onde nos inserimos. Por isso, Silveira (2006) explica que:

O prático-inerte é o reflexo puramente objetivo do homem, isto é, a ação depositada nas coisas, algo que é mais ou menos externo ao homem, mas que lhe pertence. É a ação cristalizada nas formas materiais, nas formas jurídicas, nas formas culturais, nas formas morais. A atividade do homem retornada, como diz o próprio filósofo. [...] Não há existência que se defina sem considerar esse prático-inerte. Não há situação concreta que não seja construída sem a mediação dessa ação cristalizada. (Silveira, 2006, p.87)

Como exemplo claro do prático-inerte, o espaço geográfico é continuamente (re)construído pela existência dos seres humanos (Santos, 2010). Na América Latina, as “ações cristalizadas” que conformaram as desigualdades do continente, exigem a ação dos sujeitos para o enfrentamento do processo que os desprivilegiou. Tais ações ganham visibilidade e publicidade no espaço público, que por sua vez, funciona como uma alternativa, ou abrigo para estes sujeitos (Santos, 2000). Assim, rivalizam com agentes hegemônicos que enxergam no espaço público uma fonte de recursos, sobretudo lucro.

Além disso, no espaço público, nessa perspectiva e entendo-o como integrante do território usado, novas funções e formas são introduzidas em função do conteúdo que delas se utiliza, isto é,

as ações que sobre ele ocorrem. Por essa razão, deve se considerar a inserção de novos elementos na utilização de métodos, utilizando-o de maneira adequada à realidade que se apresenta.

A exemplo disso, a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) inicialmente surge como uma conexão entre outras Regiões Administrativas e o Plano Piloto de Brasília. Passa a funcionar como um setor central, onde o deslocamento constante de pessoas é considerado pelo trabalho informal como oportunidade para vender mercadorias e fornecer serviços. Desta forma, mesmo não podendo residir na capital federal brasileira (Epstein, 1973; Niemeyer, 2006), homens e mulheres trabalhadores participam e ativam o espaço público da Rodoviária do Plano Piloto, embora sejam sistematicamente ameaçados pela fiscalização. Suas ações tem relação com as condições de desigualdades que os antecedem e os exigem a ação para sobrevivência e permanência dentro da sociedade e do próprio sistema produtivo. O prático-inerte, neste caso, se apresenta como ecúmeno de ações e formas e reclama novas ações a partir da situação destes sujeitos.

Semelhantemente, na Alameda Central, sua localização e a centralidade que inspira desde o século XVI (Pérez-Bertruy, 2019) faz com que este seja um espaço público único no centro histórico da capital mexicana. Manifestações de diferentes origens se dão aí devido a visibilidade que o local proporciona. Por isso o trabalho informal é exercido tanto neste espaço público quanto em suas adjacências. A venda de mercadorias e o oferecimento de serviços absorve a clientela que não pode e nem pretende custear produtos e serviços mais caros nas lojas que se encontram nas proximidades da Alameda Central. Assim, estes trabalhadores proporcionam condições favoráveis para que diferentes classes sociais possam desfrutar deste passeio público. Estes sujeitos, portanto, ativam o espaço público duplamente, por suas ações e por impactarem sobre a presença de outros sujeitos desprestigiados que também buscam usufruir destes locais. Assim, enfrentam as desigualdades que surgiram antes de sua situação, mas ainda se manifestam no espaço.

Na América Latina, a preocupação quanto a apropriação e a desapropriação deve ser reiterada na medida em que as desigualdades são mais profundas não apenas em relação à concentração de renda, como também em relação ao acesso a serviços e recursos e outros direitos fundamentais à toda população. E os sujeitos vitimados pela desapropriação resistem e permanecem, ativando popularmente o espaço público (Costa, 2016, 2017, 2021), o que nos impõe uma releitura sobre a temática destes locais no continente.

A simples verificação de suas resistências, porém é insuficiente para a melhoria das condições de vida de uma população empobrecida que permanece nos espaços públicos

trabalhando, mantendo usos populares mesmo em locais controlados e com definições específicas de uso (Giglia, 2013), como ocorre nos locais elegidos para a investigação.

Como ensina Costa (2017, p. 62):

Pensar alternativas de vida e representatividade culturais deve ser um esforço coletivo para maximizar condições materiais de existência e minimizar o estigma social que subjuga sujeitos e grupos latino-americanos. [...] Diante desse quadro de exploração histórica, intelectuais não podem se restringir à crítica social, mas partir dela para indicar alternativas novas de ação [...].

Buscar alternativas é uma forma de manter a esperança na superação das desigualdades e injustiças das quais a América Latina padece desde sua inserção no capitalismo global. Os espaços públicos, bem como a esfera pública, são reveladores das problemáticas que atingem o continente. Dão visibilidade e publicidade aos sujeitos que neste sistema falho (Costa, 2011) são explorados e desprivilegiados. Neste sentido, estes espaços escancaram problemáticas que nos remetem a uma postura propositiva. Este capítulo é dedicado a isso.

A imagem inicial deste capítulo é um trecho do mural de Diego Rivera, em que o artista retrata a si próprio como um menino ao lado de Frida Kahlo. O artista buscou retratar um desejo infantil de reunir diferentes pessoas no principal passeio público da cidade, lembrando da importância e a diversidade de usos deste espaço público. Ao fundo é possível ver homens sentados lendo jornal e fumando. Ao lado de Frida está a Catrina (Calavera Garbancera) que representa a vida e sua finitude.



#### 4.1 DOS SUJEITOS LENTOS AO PERÍODO POPULAR DA HISTÓRIA

Segundo Santos (2005; 2017), são os sujeitos empobrecidos, que em meio ao período técnico-científico informacional, caracterizado pela velocidade, possuem maior capacidade prospectiva. Resistem à velocidade e ao poder hegemônico de maneira própria, por meio da sua existência. Condenados pela liberdade de agir, conforme Sartre (1997), são capazes de permanecer diante de intentos de desapropriação, e por isso são chamados de sujeitos lentos. Conforme apontado por Dias (2021):

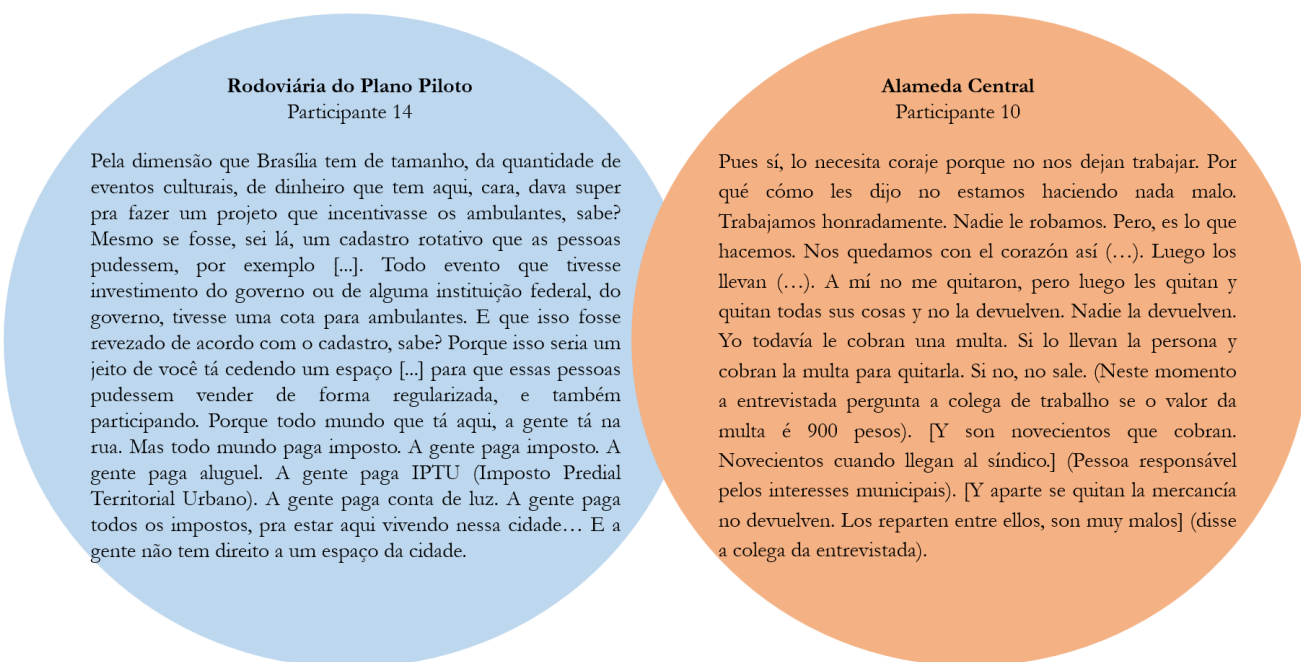
Ocorre que, pela grande densificação dos pobres e por sua comunicação escapar do controle das verticalidades, e por viverem no reino da necessidade, essa comunicação se processa como uma imposição da sobrevivência (Dias, 2021, p. 220).

A ação inerente a vida destes sujeitos produz resistências que se tornam soluções. E assim, estes sujeitos “[...] escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias” (Santos, 2017, p.325). Assim como assevera o autor sobre a necessidade de vislumbrar a totalidade para compreender suas partes (Santos, 2017), deve-se considerar que as resistências pontuais são na verdade conjuntas, e possuem a capacidade de nos conduzir a possibilidades futuras. Diante da resistência ao período técnico-científico-informacional, forma-se um Período Popular da História (Santos, 2001; 2010), em que os sujeitos lentos se inserem com suas práticas e usos populares do território, reivindicando a esfera e o espaço públicos na América Latina. É por estes sujeitos e pelas suas resistências que se pode buscar alternativas e propostas.

Nas entrevistas realizadas, quando perguntados se gostariam de comentar algo mais, alguns trabalhadores informais apresentaram algumas ideias e argumentos convincentes para serem reconhecidos como usuários legítimos dos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília e da Alameda Central da Cidade do México.

## Figura 42

*Apontamentos importantes e sugestões apresentadas pelos participantes da pesquisa*



Fonte: Organizado pela autora.

Estes sujeitos afirmam que contribuem com os impostos assim como quaisquer outros usuários destes locais e ainda acrescentam a informação de que não estão fazendo nada de errado ou ilícito em tentar garantir seu sustento com o trabalho informal. Assim também pensou Milton Santos ao reconhecer a existência de dois circuitos da economia urbana dos países periféricos. Embora acusado de ser um problema, o circuito inferior e sua expressiva participação nos espaços públicos deve ser compreendida como parte importante da ativação popular destes locais nas cidades latino-americanas. Esta atividade econômica, ademais de garantir o sustento de uma parte expressiva da população desses países, ainda permite que diferentes classes sociais possam acessar e usufruir de espaços públicos que são controlados e reformados para atender mais a atividade turística do que atividades de quaisquer outros tipos.

Além do que já foi dito sobre este circuito, Costa et al., (2022b) esclarecem que

A su vez, las actividades del circuito inferior aprovechan la proximidad con la población (organización difusa horizontal y solidaria) en zonas de gran circulación en las ciudades del mundo empobrecido, como el entorno de terminales de autobuses, centros antiguos, espacios y mercados públicos. [...] Santos (2004b, 202) reconoce que el circuito inferior constituye una estructura de abrigo para los ciudadanos carentes de capital y de calificación profesional, que emplean rápida y aleatoriamente a zapateros, vendedores ambulantes, taxistas, albañiles, lustrabotas, fontaneros, plomeros, empleadas domésticas, jardineros o artesanos (Costa et al., 2022b, p.88).

A espontaneidade e a organização solidária que estes sujeitos produzem no espaço público também contribui para o enfrentamento de um sistema falho (Costa, 2016), que empobrece grande parte da população por meio da face obscura da modernidade (Quijano, 2005). O reconhecimento dessas tendências históricas também deve compor parte das estratégias de enfrentamento da desigualdade examinada nos países latino-americanos.

Nesse caso, a operacionalização do conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira, 2006, 2011; Souza, 2019) e a noção de ativação popular do espaço público (Costa, 2016, 2017, 2021) podem subsidiar a proposição de alternativas, por pertencerem a um sistema lógico de ideias que compreende a indissociabilidade entre o sujeito e o espaço que o cerca. Desses conceitos se desprende um olhar sobre as possibilidades para os espaços públicos do continente e suas especificidades, por vislumbrarem metodologicamente os sujeitos desprivilegiados. Ainda vale ressaltar que a crítica acompanha o conceito e a noção, inspirando as possibilidades diante das desigualdades e dificuldades que dela decorrem. Portanto, a potencialidade da compreensão do espaço público como *expressão ativa do território usado* se encontra no fato de criticar o controle do território feito por agentes hegemônicos e simultaneamente reconhecer possibilidades a partir dos sujeitos desprivilegiados nessa totalidade.

Como já mencionado as violências que atingem estes sujeitos tem origem na conquista dos territórios latino-americanos, e por essa razão, o enfrentamento da *violência da desapropriação* deve ser feito a partir da constatação do histórico de problemas enfrentados pela maior parte da população dos países do continente desde a colonização.

## 4.2 PARA A ESFERA PÚBLICA E OS ESPAÇOS PÚBLICOS ATIVADOS POPULARMENTE

Como já dito, estes espaços são apropriados, principalmente para a realização do trabalho. Os trabalhadores informais são os principais usuários desses locais e são, em função da realização de seu trabalho, vitimados por serem considerados ilegais. Isto ocorre pela insistente e irrefletida tendência de estabelecer comparações com situações nos países desenvolvidos que nada tem a ver com o processo de subdesenvolvimento que formou economias, cidades e seus respectivos espaços públicos no continente (Santos, 2018 p.18).

O reconhecimento destas particularidades pode se dar, em especial pela operacionalização do conceito miltoniano de território usado, como já anunciado. O uso deste conceito nos exige a tarefa de considerar os diferentes usos do território, que no espaço público permitem sua ativação popular (Costa, 2016, 2017, 2021). Por isso, conforme defendido por Silveira (2011):

Talvez um caminho para transformar essa situação seja formular as políticas públicas que, considerando que o território usado é plural, possam assegurar a possibilidade de existência de todos os atores (Silveira, 2011, p.11).

É nesse sentido que o entendimento do espaço público como *expressão ativa do território usado* nos permite uma postura propositiva em relação ao uso do espaço público latino-americano. Conforme destacado por Santos (2001) e Costa (2017) o papel dos intelectuais não deve estar restrito à crítica sobre a desigualdade social e os fenômenos decorrentes dela. É também agir em favor de “[...] uma outra política, mais condizente com a busca por interesse social” (Santos, 2001, p.158).

É por isso que também Serpa (2007, p. 123) sugere a conciliação entre planejadores e cidadãos, o que exige um certo desconforto dos primeiros, já que

[...] devem partir a campo, deixando de lado, mesmo que por alguns momentos, as pranchetas, as telas dos computadores e as estatísticas, para se ocuparem dos problemas reais cotidianos, vividos por aqueles para quem planejam; uma nova linguagem, baseada, sobretudo, na intersubjetividade das experiências urbanas e que pode revelar pontos comuns entre profissionais e leigos. Trata-se finalmente de respeitar as diferenças e de desconstruir os preconceitos.

Outra possibilidade está relacionada ao reconhecimento do uso do espaço público por trabalhadores informais. Os esforços e investimentos para afastá-los desses locais não impedem o uso espaço público por tais sujeitos, e nem contribuem diretamente para a melhora da qualidade de vida da população de maneira geral. Não seria apropriado reconhecer este uso como parte legítima do espaço público, isto é, *expressão ativa do território usado* nos espaços públicos da América

Latina? Assim, o poder público poderia agir de outra forma. Garantindo condições mais apropriadas a estes trabalhadores, considerando-os como parte importante da economia local e regional. Planejadores e representantes locais poderiam regulamentar o trabalho informal, definindo datas, horários, produtos e serviços a serem fornecidos em espaços públicos como a Rodoviária do Plano Piloto e a Alameda Central da Cidade do México. Não exatamente da forma como fazem atualmente em algumas ocasiões. Infelizmente, as organizações de trabalhadores informais identificadas na pesquisa na Alameda Central da Cidade do México e na Rodoviária do Plano Piloto não alcançaram ainda suficiente reconhecimento por parte dos representantes. E por isso, estes sujeitos seguem sendo ameaçados cotidianamente pela polícia e por fiscais.

Por outro lado, por meio dessas medidas, o poder público estaria agindo pelos interesses dos subalternizados, revertendo a prática comum de tomar decisões verticalmente (Costa & Steinke, 2014) sem considerar os interesses e reivindicações daqueles que ativam popularmente estes espaços. Além disso, estaria contribuindo para a redução de desigualdades tão pronunciadas nas cidades latino-americanas. Sendo o espaço público “janela privilegiada” (Janoschka, 2016) para a análise de tais desigualdades, seria ele um ponto fundamental para a transformação dessa realidade. Ademais, estaríamos finalmente admitindo a criatividade e originalidade que reside na população empobrecida. Como salientado por Santos (2010, p. 595), que: “[...] acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de capacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro”.

Mas, antes de tudo, é necessário lembrar que estratégias de enfrentamento das violências que atingem os sujeitos empobrecidos devem ter como foco e elemento central estes mesmos sujeitos. Por essa razão foram adotadas as metodologias de observação direta e entrevistas. Os dados obtidos subsidiam as propostas apresentadas neste estudo.

Embora o Estado ou poder público tenha agido verticalmente, de cima para baixo, sobre estes sujeitos empobrecidos e em *situação espacial duradoura* (Costa, 2016; 2017; 2021), talvez seja possível que suas decisões e ações tenham o objetivo de sanar as necessidades dos mais necessitados. E para que isso ocorra, faz-se preciso que:

1. Reconheçamos as especificidades de uso dos espaços públicos de cidades latino-americanas. Estes, por sua vez, refletem as estratificações sociais conformadas pela conquista destes territórios. Seus espaços públicos são locais de trabalho para aqueles que por diferentes razões não encontram oportunidades viáveis no circuito superior da economia

(Santos, 2017). Em meio a necessidades, os trabalhadores se apoiam e produzem solidariedades no circuito inferior da economia. Permanecem nos espaços públicos apesar das tentativas de desapropriação promovidas pelo poder público. Assim, ressignificam os espaços públicos, sobretudo, aqueles que se encontram em sítios urbanísticos tombados ou reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, como nos casos averiguados nesta pesquisa.

2. Consideremos o trabalho informal antes de tudo como parte da solução parcial para diferentes carências. E essa consideração deve vir acompanhada de um sistema de garantias, como já existe para os trabalhadores formais, já que estes também contribuem direta ou indiretamente com seus impostos assim como quaisquer outros trabalhadores na sociedade. No entanto, o que se sugere aqui não é a permanência da precarização do trabalho, já que o trabalho informal se mostra como uma atividade desafiadora para estes sujeitos. A proposta é que, diante das dificuldades para o ingresso da população empobrecida no mercado formal, ou no circuito superior da economia, sejam reconhecidas as alternativas produzidas por estes sujeitos desprivilegiados, como estratégias de sobrevivência. O trabalho intelectual deve endossar isso. Como ensina Santos (2001), reconhecendo a existência e importância do circuito inferior da economia urbana,

[...] o interesse social suplantaria a atual precedência do interesse econômico e tanto levaria a uma nova agenda de investimentos como a uma nova hierarquia nos gastos públicos, empresariais e privados. Tal esquema conduziria, paralelamente, ao estabelecimento de novas relações internas a cada país e a novas relações internacionais (Santos, 2001, p.148).

3. Intelectuais de diferentes áreas apontem possibilidades para o trabalho formal, que pudessem condizer com a realidade da população dos países periféricos, cuja maior parte da população enfrenta dificuldades para o acesso a diversos direitos básicos, em particular, ao trabalho adequado e remuneração digna. Uma das estratégias apontadas por Santos (2001) seria o direcionamento dos investimentos no mercado interno, no provimento de infraestruturas para dar suporte a população mais empobrecida e os pequenos empreendimentos. Não se trata de eliminar o circuito superior, mas de dar suporte aos dois circuitos fundamentais na economia destes países.

4. Que se reconheça o trabalho informal como uma certa potencialidade de transformação e criação que esta atividade propicia nos espaços públicos, como fizemos neste estudo a partir da Geografia. Percebemos que o trabalho informal é uma atividade que garante a

renda de sujeitos empobrecidos, e viabiliza o uso popular dos espaços públicos, já que os produtos e serviços oferecidos são acessíveis a diferentes classes sociais, permitindo que diferentes sujeitos usufruam de espaços que não foram para eles idealizados ou reformados. Além disso, a permanência desses sujeitos nos espaços públicos nos aponta a resistência e a solidariedade entre estes sujeitos – aspecto fundamental para o enfrentamento da *violência da desapropriação*. Simultaneamente, devem haver estratégias para que empreendimentos populares também possam se instalar nos espaços públicos e em suas adjacências, propiciando o uso diverso e coletivo dos espaços públicos. É importante compreender que o incômodo causado pela existência do trabalhador informal deve ser substituído pelo incômodo com a falta de suporte da qual padece boa parte da população destes países.

5. Os trabalhadores informais sejam considerados como usuários legítimos de espaços públicos, especialmente daqueles que integram conjuntos urbanísticos reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, para que as desigualdades sociais produzidas pela *patrimonialização global* (Costa, 2011) sejam amenizadas. Para isso, deveria haver a definição de áreas específicas para o uso destinado ao trabalho, garantindo a coexistência de diferentes tipos de uso e apropriação.

Esse conjunto de ações garantiria o aspecto público destes espaços, por viabilizar usos populares e beneficiar trabalhadores periferizados nas sociedades latino-americanas. As propostas de enfrentamento das desigualdades devem ser reiteradas em estudos que se dedicam à América Latina.

Ademais, a luta pelo espaço público repercute sobre a esfera pública, o que significa que o enfrentamento da *violência da desapropriação* pode ser uma chave para a superação das outras violências que ainda pairam sobre a maior parte da população dos países latino-americanos.

Nesse sentido, o reconhecimento da totalidade dos usos destes espaços faz com que a esfera pública seja mais inclusiva<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Conforme apontado por Cassegard (2014, p.700), “[...] ao invés de dizer que a política do espaço público depende da existência da esfera pública, poderíamos inverter a relação e dizer que a capacidade da esfera pública de incluir tais grupos depende de espaços públicos abertos e que funcionem bem. Existe, portanto, um elemento irreduzível na política de visibilidade, o que significa que tal política, mesmo quando se reconecta à esfera pública dominante, é crucial para tornar esta esfera mais aberta aos desprezados” (Tradução da autora).

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas aqui apontadas partem do entendimento que o enfrentamento da *violência da desapropriação* passa pela compreensão do que causa o fenômeno, quais os sujeitos vitimados por ela e qual o caminho para identificá-la. Contudo, tais propostas não buscam de maneira alguma encerrar o debate sobre a ativação popular do espaço público na América Latina, ou mesmo finalizar a compreensão sobre o uso do espaço público diante da *violência da desapropriação* no continente.

Buscou-se compreender como a *violência da desapropriação*, como fato e fenômeno, repercute sobre o uso do espaço público latino-americano, a partir da Alameda Central da Cidade do México (México) e da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil). A hipótese de que a *violência da desapropriação* afeta o uso do espaço público, mas não impede sua ativação popular foi comprovada. Essa percepção, portanto, buscou reconhecer a resistência de sujeitos desprestigiados que são vitimados por este fenômeno.

A *violência da desapropriação* se constitui de estratégias de manutenção da profunda desigualdade socioespacial conformada desde a conquista dos territórios latino-americanos. A modernidade/colonialidade permanece após a conquista e se manifesta por um conjunto de violências. No espaço público, o exemplo tácito desta permanência é a *violência da desapropriação*, que esteve presente também na criação dos conjuntos urbanísticos do Plano Piloto de Brasília e no Centro Histórico da Cidade do México, como examinado no capítulo 1.

Além disso, foi afirmado que a existência do espaço público pressupõe a disputa (Mitchell, 1995; 2017), o que garante a ativação popular destes locais (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021). A coexistência de usos corporativos e usos contra-hegemônicos nesses locais nos convida à tarefa de examiná-lo pelo conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira, 2006, 2011; Souza, 2019). Por conseguinte, a Geografia pode compreender o espaço público como *expressão ativa do território usado*, como apresentado nesta pesquisa.

É importante mencionar o fato de que a esfera pública e o espaço público são ainda reivindicados por boa parte dos sujeitos latino-americanos. O trabalho informal é uma das formas de apropriação do espaço público demonstrativa da reivindicação destes sujeitos. Esta atividade econômica se contrapõe aos intentos de controle do poder público sobre locais que integram sítios



urbanísticos patrimonializados. Se apresenta como uma atividade econômica alternativa diante dos entraves enfrentados por estes sujeitos para o acesso a direitos básicos e sobretudo, ao trabalho formal. Entretanto, o trabalho informal em tais locais também garante que outros usos populares ocorram nesses espaços públicos, já que produtos e serviços são oferecidos a preços menores e acessíveis à maioria da população. Sob esse viés, a resistência e permanência desses trabalhadores, além de possibilitar o acesso a renda por eles, contribui duplamente para a ativação popular do espaço público, por também contribuírem com outras formas de apropriação populares e não previstas. Dessa forma, estas resistências repercutem sobre a esfera pública. A ativação popular do espaço público garante publicidade e visibilidade aos sujeitos empobrecidos que, indiretamente, reivindicam a esfera pública por meio da luta pela apropriação de setores da cidade. Essa ativação popular deve ser considerada como parte fundamental da minimização das desigualdades socioespaciais nas cidades do continente.

A Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e a Alameda Central da Cidade do México (México) são os mais importantes espaços públicos dos conjuntos urbanísticos do Plano Piloto de Brasília e do Centro Histórico da capital mexicana. Ambos funcionam como espaços de integração e fluxo de pessoas. E a presença constante de pessoas nesses espaços públicos cria condições favoráveis à prática do trabalho informal, embora seja uma atividade bastante coibida em tais locais. Por essa razão, estes trabalhadores adotam estratégias de permanência, se apoiam e buscam ser tolerados por fiscais e policiais.

É importante pontuar que a realização dessa pesquisa só foi possível com algumas estratégias adotadas para a coleta de dados junto aos trabalhadores informais. A *violência da desapropriação* que os atinge é tão significativa que quando abordados e convidados a participar da entrevista, nenhum trabalhador se sentiu à vontade para responder. A coleta dos dados dessa pesquisa só foi possível quando houve a contratação do serviço ou compra das mercadorias ofertadas pelos trabalhadores. Esta estratégia demonstrou que a pesquisa buscava a cooperação e não a repressão, como costumeiramente lidam esses sujeitos.

A coleta de dados, desse modo, foi facilitada pela compra de doces, isqueiros, chocolates, pães, fones de ouvido, camisetas, chaveiros e outros artigos. Em uma das ocasiões da visita à campo, um trabalhador leu cartas e previu o futuro financeiro, afetivo e profissional da pesquisadora. A relação de confiança estabelecida permitiu que o trabalhador respondesse as

perguntas do roteiro e acrescentasse algumas considerações sobre o uso do espaço público e a *violência da desapropriação*.

Para realização do estudo foram operacionalizados o conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira, 2006, 2011; Sousa, 2022; Souza, 2019) e a noção de ativação popular do espaço público (Costa, 2016, 2018, 2021). No âmbito da tese, a simples operacionalização de conceitos e noções para compreensão de temáticas não é suficiente. Deve-se lembrar da tarefa importante de agregar considerações a estes elementos. Nesse caso, se depreende da sua operacionalização:

- a) Que a compreensão do espaço público como parte do território usado nos impõe a tarefa de reconhecer os diferentes tipos de apropriação que ocorrem. Isto é, identificam-se os usos corporativos e os usos populares que ocorrem simultaneamente;
- b) Que a identificação da *violência da desapropriação* se dá justo pela operacionalização do território usado, e a resistência a ela é o que garante que, apesar dela, o espaço público continue a ser um local de uso diverso e coletivo;
- c) Que o entendimento de que o espaço público constitui *expressão ativa do território usado* proporciona uma visão mais segura sobre a temática na Geografia, visto que se considera o dinamismo como algo inerente ao lugar e ao espaço geográfico, sobretudo, quando se analisa as cidades latino-americanas.
- d) Que a operacionalização do conceito de território usado (Santos, 2000, 2001, 2005, 2009; Silveira 2006, 2011; Souza, 2019) e da noção de ativação popular do espaço público (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021) nos possibilita a compreensão do mesmo, desde uma perspectiva geográfica, como espaço dinâmico, ainda reivindicado e que revela possibilidades para o enfrentamento de desigualdades socioespaciais na América Latina.

Os espaços públicos elegidos para este estudo, isto é, a Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e a Alameda Central da Cidade do México (México) atualmente estão passando por alguns processos que precisam ser mencionados. Como dito no Capítulo I, a Rodoviária do Plano Piloto, desde 2023, tem passado por um intenso processo de desapropriação de trabalhadores informais. O objetivo das ações realizadas pela Polícia Militar em conjunto da Semob era de remover estes trabalhadores em função da decisão do poder público de transferir a gestão deste espaço público à iniciativa privada (Giló, 2023). Portanto, desde 2023, a quantidade de trabalhadores informais na Plataforma Rodoviária tem se reduzido, e aqueles que permanecem,

precisam vender mercadorias e fornecer serviços disfarçadamente, com mercadorias nos casacos, ou dentro de bolsas, para saírem rapidamente do local quando avistam possibilidade de repressão. O devido destaque deve ser dado ao fato de que apesar disso, as adjacências da Rodoviária do Plano Piloto continuam sendo também um local de trabalho para estes sujeitos que não se sentem mais seguros realizando esta atividade dentro da Rodoviária.

Na Alameda Central, apesar de haver nas placas a informação de que não é permitido o uso do espaço público para passeio com animais domésticos, em 2022, porém, o poder público local decidiu que esta norma poderia ser revogada (Congreso de la Ciudad de México, 2022). A intenção foi a de adotar uma postura de respeito aos animais domésticos de usuários da Alameda. Mas chama a atenção o fato desta medida anteceder quaisquer outras medidas relacionadas à tolerância do trabalho informal da população desprivilegiada. Quando irão também reconsiderar a proibição do trabalho na Alameda?

Ademais, este estudo possibilitou reconhecer semelhanças entre os dois sítios históricos visitados. Isto é, foram percebidas semelhanças entre o Plano Piloto de Brasília e o Centro Histórico da Cidade do México. Nos dois casos, os fenômenos que decorrem da colonialidade/modernidade (Quijano, 2005) que estão por trás da desapropriação, forjaram os dois sítios urbanísticos. O binômio da colonialidade/modernidade esteve presente na suposição de que as áreas interioranas do Brasil eram consideradas “vazios urbanos” e precisavam ser desenvolvidas em nome do progresso (Kubistchek, 2000). A construção de Brasília, isto é, do Plano Piloto tem relação, à vista disso, com a modernização territorial-econômica do Brasil (Costa & Steinke, 2014), atrelada à tríade do modernismo-modernidade-modernização, conforme defendem Costa e Alvarado-Sizzo (2019).

No Centro Histórico da Cidade do México e na América Latina como um todo, a Conquista Ibérica teve como um de seus grandes feitos a imposição étnica, estética e a dominação do corpo e da alma da população nativa, para o domínio total do território (Costa & Moncada-Maya, 2021). O resultado dessa imposição histórica foi a gradual consolidação do sistema capitalista, e a construção da antiga capital mexicana, hoje delimitada pelo que é o Centro Histórico. O conjunto urbanístico em questão foi erigido com base na ideia de que a “organização” da sociedade e de que os nativos não era civilizados. Era necessário liderar e conduzir verticalmente a sociedade que se formava da conquista. E assim, a origem do controle do território nos dois casos se assemelha, por considerarem as populações do lugar como incapazes, incivilizadas ou sem condições de buscarem

o progresso e o triunfo do sistema produtivo. A exploração local, nesses termos, tem relação com um sistema global, que vitima, sobretudo, pessoas de nações periféricas. Isso justifica a necessidade de estudos dedicados às regiões ainda marcadas pela exploração dos países colonialistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amâncio, D & Mendes, D. (2023). Pessoas com Deficiência e Ambiente de Trabalho: Uma revisão sistemática.. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 29, e0140. <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0140>
- Araújo, A. M. C., & Lombardi, M. R.. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos De Pesquisa*, 43(149), 452–477. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. (Trad. Lafer, C). Forense Universitária.
- Arendt, H. (1994). *Sobre a Violência*. (Trad. Lafer, C). Relume-Dumará.
- ArqDF. (1991). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. CODEPLAN. DePHA. Brasília: GDF.
- ArqDF - Arquivo Público do Distrito Federal. (1970). *Acervo da Companhia Urbanizadora do Distrito Federal - NOVACAP*.
- Banerjee, T. (2001). The future of public space; beyond invented streets and reinvented places. *APA Journal*, 67(1) , 9-24. <https://chisineu.files.wordpress.com/2013/03/the-future-of-public-space.pdf>
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: consequências humanas*. Zahar.
- Bautista, T. (2015). Vestigios de la Alameda. *Casa del Tiempo*, 2(20), 4-8 [https://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/20\\_sep\\_2015/casa\\_del\\_tiempo\\_eV\\_num\\_20\\_05\\_09.pdf](https://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/20_sep_2015/casa_del_tiempo_eV_num_20_05_09.pdf)
- Burgos, R. (2015). Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial na cidade de São Paulo e Sorocaba. *Rev. Cidades*, 12 (20), 105-140. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3949>
- Carrión, F. (2007). Espacio público: Punto de partida para la alteridad. In Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. *Flacso Ecuador*. [https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1228415744.espacio\\_publico\\_punto\\_de\\_partida\\_para\\_la\\_alteridad\\_2.pdf](https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1228415744.espacio_publico_punto_de_partida_para_la_alteridad_2.pdf)
- Cassegard, C. (2014). Contestation and bracketing: the relation between public space and public sphere. *Environment and Planning D: Society and Space*, 32, 689 – 703. doi:10.1068/d13011p
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (2021). *Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: Desafios para a Inclusão*. Nações Unidas.

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4e30cacd-cfb5-4034-b33d-428bb4822684/content>

Choay, F. (2001). *A Alegoria do Patrimônio*. (Trad. Machado, L. V.). Unesp.

Cockell, F. F.. (2014). Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 461–471. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200022>

Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. (2007). *Raíces iconográficas: Sueño de una tarde dominical en la Alameda Central de Diego Rivera*. Instituto Nacional de Bellas Artes. Museu Mural Diego Rivera. México MMVII.

Cooper, D. (2016). Regard Between Strangers: diversity, equality, and the reconstruction of the public space. *Critical Social Policy*, 18 (4) pp. 465 - 492 <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1015.7594&rep=rep1&type=pdf>

Corporación Latinobarómetro. (2020). *Opinión Pública Latinoamericana*. Datos. <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

Cordero, A. (2012). Pintura y paisaje: un recorrido por la Alameda mexicana. *Cuadernos Geográficos*, 51, 144 - 156. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17125450010>

Costa, E. (2008). A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial. *OLAM - Ciência & Tecnologia*, 1(8). 160 - 183. <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/viewArticle/1045>

Costa, E. B. (2011). *Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. [Tese de Doutorado, , Universidade de São Paulo], São Paulo. doi:10.11606/T.8.2011.tde-14032011-104656.

Costa, E. (2012). Intervenções em Centros Urbanos no período da globalização. *Rev. Cidades*, 9(16). 86 – 117. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2012v9n16.12029>

Costa, E. (2014). Fundamentos de uma emergente Patrimonialização Global. *Rev. Geografia*, 39 (2), 241 - 256. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/9318/7339>

Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistências à colonialidade do poder. In *Actas XIV Colóquio Internacional de Geocrítica* (pp. 1-32). Barcelona, Universidad de Barcelona. [https://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_everaldocosta.pdf](https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf)

Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía*, 26 (2). 53 – 75. <https://168.176.5.108/index.php/rcg/article/view/59225/pdf>

Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, 296 <https://www.redalyc.org/jatsRepo/569/56962459006/56962459006.pdf>

- Costa, E. (2021). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91-120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, E.; Alvarado-Sizzo, I. (2019). Heterotopia Patrimonial: conceptos para estudios latinoamericanos. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales - Scripta Nova*, 23(620) 1138-97. <https://doi.org/10.1344/sn2019.23.22329>
- Costa, E.; Moncada-Maya, J. O. (2021). Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. In *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 30(1). <https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/80924>
- Costa, E.; Peluso, M. (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Geocrítica*, XXI. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20054/1/ARTIGO\\_ImaginarioUrbano.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20054/1/ARTIGO_ImaginarioUrbano.pdf)
- Costa, E.; Rodríguez-Ventura, D.; Alvarado-Sizzo, I. (2022a). Circuitos de la economía urbana y patrimonio-territorial Latinoamericano. Mercado de Xochimilco, Ciudad de México. *Urbano*, 25(46), 90–105. <https://doi.org/10.22320/07183607.2022.25.46.08>
- Costa, E. B.; Scarlato, F. C. (2019). Geografía, método y singularidades revisadas en lo empírico. *Geosp – Espaço e Tempo*, 23, (3), 640-661. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.161552>.
- Costa, E.; Steinke, W. (2014). Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Geocrítica*. XIII. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Everaldo%20Batista%20da%20Costa.pdf>
- Costa, E.; Suzuki, J. (2012). Materialismo Histórico e Existencial; discurso geográfico e utopias. *Rev. Espaço & Geografia*, 15(1). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11787>
- Costa, E.; Zomighani Jr, J.; Boscarior, R. (2022b). Milton Santos, intelectual negro en la dictadura militar y sus teorías del espacio y la urbanización en el Tercer Mundo. *Scripta Nova*, 26 (3), 65 - 95. <https://doi.org/10.1344/sn2022.26.39683>
- Costa, L. (2018). *Registro de uma vivência*. São Paulo: Ed. 34.
- Crawford, M. (1995). Contesting the public realm: struggles of public space in Los Angeles. *Journal of Architectural Education*, 49 (1), 4 - 9 <https://doi.org/10.2307/1425371>
- Crossa, V. (2013). Defendiendo los espacios públicos del centro histórico de Coyoacán. In *Alteridades*. 23 (46), 39 -51 <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v23n46/v23n46a4.pdf>
- Dantas, F. (2004). Brasília: La utopia desfigurada. *Rev. Urbano*, 7 (10), 50 - 60. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19871010>
- Davis, M. (2009). *Cidades de Quartzos*. Boitempo.

- Delgadillo, V. (2009). Patrimonio urbano y turismo cultural en la Ciudad de Mexico: Las chinampas de Xochimilco y el Centro Historico. *Andamios*, 12 (6), 69 - 94.  
[https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-00632009000300004](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632009000300004)
- Delgadillo, V. (2016). *Patrimonio urbano de la Ciudad de México: la herencia disputada* (1.ª ed.). Universidad Autónoma de la Ciudad de México.  
<https://publicaciones.uacm.edu.mx/patrimonio-urbano-de-la-ciudad-de-mexico-la-herencia-disputada-9786079465148.html>
- Distrito Federal. (2019). Ordem de serviço nº135. *Estabelece as áreas públicas excludentes, ou seja, aquelas onde não poderão haver comercialização de produtos ou de prestação de serviços por ambulantes, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF.*  
[https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/63ab419f5eb84721ace8f13f27106f4f/Ordem\\_de\\_Serviço\\_135\\_07\\_11\\_2019.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/63ab419f5eb84721ace8f13f27106f4f/Ordem_de_Serviço_135_07_11_2019.html)
- Droguett, R. (2013). Espacio público y manifestaciones políticas en Santiago de Chile: ¿el regreso del ciudadano? *Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, 3(2), 93 - 109.  
<https://core.ac.uk/download/pdf/143455027.pdf>
- Dussel, E. (2005). Europa, Modernidade e Eurocentrismo (pp.25 – 34). In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.
- Epstein, D. (1973). *Brasília, Plan and Reality: a study of planned and spontaneous urban development*. University of California Press.
- Espejo, A. (2022). *Informalidad laboral en América Latina: propuesta metodológica para su identificación a nivel subnacional*. Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/6). Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Fonseca, M. L. P. (2005). Padrões Sociais e uso do espaço público. *Caderno CRH*, 18(45) 377 – 394 <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18533>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, (25/26), 56-80.  
[https://carbonfarm.us/amap/fraser\\_public.pdf](https://carbonfarm.us/amap/fraser_public.pdf)
- Fundación del Centro Histórico de la Ciudad de Mexico. (2011). Centro Histórico: 10 años de revitalización. México.
- Giglia, A. (2013). Entre el bien común y la ciudad insular: la renovación urbana en la Ciudad de México. *Rev. Alteridades*, 23(46), 27 - 38.  
<https://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v23n46/v23n46a3.pdf>
- Góis, M. P. F. (2018). Espaço público e a vida noturna. *Rev. Geografares*, (26), 69 - 85.  
<https://doi.org/10.7147/GEO26.20999>



- Galeano, E. (1998). *As veias abertas da América Latina*. (G. Freitas Trad.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1976).
- Galván, J. R. (1999). La Ciudad de México, los paradigmas de dos fundaciones. In *Estudios de Historia Novohispana*, 20, 13-32.  
<https://novohispana.historicas.unam.mx/index.php/ehn/article/view/3493>.
- Garza, G (2000). *La Ciudad de México en el fin del segundo milenio*. México: El Colegio de México. Gobierno del Distrito Federal.
- GDF. (2012). Decreto para la salvaguarda y administración de la Alameda central de la ciudad de México en su carácter de espacio abierto monumental en la categoría de parque urbano. *Gaceta Oficial del Distrito Federal* (27 de noviembre), XVII(1490), 3-5.  
<http://cgsservicios.df.gob.mx/prontuario/vigente/4915.pdf>
- Giló, N. (2023, 21 junho). Privatização da Rodoviária do Plano Piloto preocupa lojistas do local. *Correio Braziliense*. <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/06/5103235-privatizacao-da-rodoviaria-do-plano-piloto-preocupa-lojistas-do-local.html>
- Giovanni, P. (2023, 5 julho). TCDF autoriza concessão para privatizar a Rodoviária do Plano Piloto. *Correio Braziliense*.<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/07/5107033-tcdf-autoriza-concessao-para-privatizar-rodoviaria-do-plano-piloto.html>
- Gomes, P.C.C. (2002). *A Condição Urbana; ensaios de geopolítica da cidade*. Bertrand.
- Gomes, P.C.C. (2018). Espaço Público: Espaços Públicos. In: *Geographia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF*, 20 (44), 115-119.  
<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557/16039>
- Gonçalves, J. (2001). Os Limites do Patrimônio. In *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. (pp. 239 – 248). Nova Letra.
- Gonçalves, J. R. S. (2015). O mal estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, 28 (55), 211 - 228. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862015000100012>
- Gonzalbo, P.; Gallegos, A. (2012). La ciudad de México desde su fundación hasta la conquista española. In *Historia política de la Ciudad de México (Desde su fundación hasta el año 2000)*. Rodríguez Kuri, A. Coord. México: El Colegio de México.
- Gorelik, A. (2005). Brasília: o museu da vanguarda. In *Das Vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina*. UFMG.
- Gramsci, A. (2011). *Cadernos do cárcere*. Coutinho, C.; Nogueira, M. (Ed.). Civilização Brasileira.
- Grigori, P. & Brito, A. (2023, 25 maio). PMs apontam armas para ambulantes em operação na Rodoviária. *Correio Braziliense*.<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades->

[df/2023/05/5096609-pms-apontam-armas-para-ambulantes-em-operacao-na-rodoviaria-veja-video.html](https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090)

Gruzinski, S. (2004). *La Ciudad de Mexico: una historia*. FCE.

Guiginski, J., & Wajnman, S. (2019). A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 36, e0090. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>

Gutiérrez-Hernández, F. (2017). Alameda Central. El espacio público desde sus posibilidades y resistencias. *Política y cultura*, (48), 177-178.

[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-77422017000200177&lng=es&tlng=](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422017000200177&lng=es&tlng=)

Gutiérrez-Hernández, F. (2023). 'I will stay here': public space and social inequality during the covid-19 pandemic. *Journal of Urban Design*, 1-17.

DOI: <https://doi.org/10.1080/13574809.2023.2245336>

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Hoffman, K., & Centeno, M. A. (2006). Um continente entortado (América Latina). *Tempo Social*, 18(2), 11-46. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200002>

Holanda, F.; Tenório, G. (2014). Patrimônio, preservação e poder. In *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto*. Saboia, L; Derntl, F. org. UnB.

Holanda, F. (2020). Inclusão e exclusão em Brasília. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12. e20190306. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190306>

Holston, J. (1993). *Cidade Modernista: Uma crítica a Brasília e sua utopia*. Trad. Coelho, M. Companhia das Letras.

Ianni, O. (1988). A questão nacional na América Latina . *Estudos Avançados*, 2(1), 5-40.

Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8474>

Instituto Nacional de Bellas Artes. (2001). *Alameda: Visión histórica y estética de la Alameda de la Ciudad de México*. Landucci.

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2007). *Plano Piloto 50 anos: Cartilha de Preservação de Brasília*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ipiña-García, O. I. (2017). Fenómenos sociales provocados por la rehabilitación de la Alameda Central de la Ciudad de México. *Anuario de espacios urbanos, historia, cultura y diseño*, (24), 361–376. <https://doi.org/10.24275/IFUQ6562>

- Janoschka, M. (2016). Gentrificación, Desplazamiento, Desposesión: Procesos urbanos claves en la América Latina. *Revista Invi*, 31(88), 27-71.  
<https://www.scielo.cl/pdf/invi/v31n88/art02.pdf>
- Juliani, R., & Scopinho, R. (2020). Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTQs. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 65-78.  
<https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i1p65-78>
- Kubitschek, J. (2000). *Porque construí Brasília*. Brasília: Ed. Senado Federal.
- Laraia, R. B. (1996). *Candangos e Pioneiros. Série antropológica 203*. Departamento de Antropologia da UnB. Recuperado de: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie203empdf.pdf>
- Larrucea-Garriz, A.; Jiménez-Rosas, E.; Meza-Aguilar, M. (2020). Espacios verdes públicos y sustentabilidad cultural. En: *Espacios verdes públicos. Estudios culturales, sociales y ambientales*. (pp. 22 - 95). Universidad Nacional Autónoma de México.
- Lima, D. M. M. C. (2015). A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos. *Geoconexões*. Ano 1 (2). 15-26.  
<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/3692/1202>
- Lukács, G. (1979). Existencialismo ou Marxismo? Ciências Humanas LTDA (Obra original publicada em 1947).
- Manrique, J. A. (2018). *La Ciudad de México a través de los siglos*. Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Estéticas.
- Markowski, S. (2004). La alameda y la plaza de la solidaridad. Exploraciones desde el margen. *Antropología. Revista Interdisciplinaria Del INAH*, (75-76), 65–69.  
<https://revistas.inah.gob.mx/index.php/antropologia/article/view/2970>
- Martin-Baro, I. (1990). *Acción y Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. El Salvador: UCA Editores.
- Martins, J. (1993). *A Chegada do Estranho*. Hucitec.
- Mitchell, D. (1995). The End of public space? People's Park, Definition of the Public, and Democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, 85 (1), 108 - 133.  
<https://www.jstor.org/stable/2564281>

- Mitchell, D. (2017). People's Park again: on the end and ends of public space. *Environment and Planning*, 49 (3) 503 - 518  
<http://www.divaportal.org/smash/get/diva2:1270738/FULLTEXT01.pdf>
- Moncada-Maya, J. Omar. (1982). Evolución y problemas actuales de la zona de chinampas del Distrito Federal. *Investigaciones geográficas*, (12), 211-225.  
<https://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n12/n12a6.pdf>
- Narciso, C. A. F. (2009). Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Ano 9(2),265-291.  
<http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a02.pdf>
- Niemeyer, O. (2006). *Minha experiência em Brasília*. . Revan. (Obra originalmente publicada em 1961)
- Nunes, B. F. (1996). Prefácio. In *Brasília: Moradia e exclusão*. (Paviani, A. org). (pp.11 -16) Universidade de Brasília.
- Nunes, B. F. (2009). Eixo monumental de Brasília: a obsessão da integração. *Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 11(2). 139 – 155.  
<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951692008.pdf>
- Oliveira, D. (2018). A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da Colonialidade do Poder. *Extraprensa*, 11 n.2, p.39 - 57.  
<https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.145010>
- Paviani, A. (1989). *Brasília: a metrópole em crise - ensaios sobre urbanização*. Ed. Universidade de Brasília.
- Paviani, A. (2010). A metrópole terciária: evolução urbana espacial. In *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. (Paviani, A.; Barreto, F.; Ferreira, I.; Cidade, L.; Jatobá, S. org). Ed. UnB.
- Paviani, J. (2016). Conceitos e Formas de Violência. En: *Conceitos e Formas de Violência*. (Modena, M. org). Ed. Educs.
- Pareyón, A. (2004). El centro histórico de la ciudad de México al inicio del siglo XXI. *Revista INVI*, 19(51). <https://doi.org/10.5354/0718-8358.2004.61927>
- Pérez-Bertruy, R. (2019). *Planes de la Alameda de la Ciudad de México siglos XVIII y XX. Planes y proyectos en el acervo del Archivo Histórico de la Ciudad de México*. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Instituto de Investigaciones Bibliográficas.
- Pérez, M. C. C. (2020). Mujeres y espacio público de Bogotá, Colombia: Un campo de batalla, de riesgo, de miedo. *Rev. Estudos de Conflicto e Controle Social*. 13(2), 391-411  
<https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.20465>

- Puebla, N. (2007). Comercio y espacio público; una organización de ambulantes en la Alameda Central. *Rev. Alteridades*, 17(34) 137 - 153.  
<https://www.redalyc.org/pdf/747/74711468010.pdf>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Ramírez-Kuri, P. (2015). Espacio público, ¿espacio de todos? Reflexiones desde la ciudad de México. *Revista mexicana de sociología*, 77(1), 07-36.  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-25032015000100001&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032015000100001&lng=es&tlng=es)
- Raposo, F. M. (2019). *Estratégia e Desafio do Trabalho no Mundo da Informalidade: os vendedores ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília/DF*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37779>
- Ribeiro, D. (2014). *América Latina: a Pátria Grande*. UnB.
- Ribeiro, G. L. (2008). *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. UnB.
- Ribeiro, S. (2005). *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. Annablume.
- Rizzo, P. (2010). El Espacio Público de la Ciudad de Mendoza (Argentina), Espacio de Disputa y Expresión Ciudadana. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 9(2), 164-190. <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/865>
- Rodríguez-López, D. (2018). Transformación de la Alameda Central en el marco de tendencias globales y coyunturas locales: Análisis etnográfico de su producción social y prácticas emergentes. *Anuario de espacios urbanos, historia, cultura y diseño*, (25), 221–248.  
<https://doi.org/10.24275/LPPS6383>
- Rossetti, E. P. (2010). Lúcio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília. *Vitruvius*. (119.03).  
<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3371>
- Rubio-Fernández, B. (2013). Los Tianguis de la Ciudad de México en el siglo XVI. *Anales del Museo de América*, 21, 160 - 173.  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4831374>
- Santos, K. (2021). Da informalidade ao circuito inferior: um estudo sobre a economia urbana em Gana no século XXI. *GEOgraphia*, 23(50), 2-18.  
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a38272>
- Santos, M. (1979). *Pobreza Urbana*. Hucitec.
- Santos, M. (1991). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. Hucitec.

- Santos, M. (2000). *O papel ativo da geografia: um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 12. [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf)
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record.
- Santos, M. (2002). *O Espaço do Cidadão*. USP.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina* (pp. 255 - 261). CLACSO. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- Santos, M. (2012). *Pensando o Espaço do Homem*. USP.
- Santos, M. (2017). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. USP.
- Santos, M. (2018). *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. USP.
- Sartre, JP. (2002). *Crítica da Razão Dialética*. (Trad. Teixeira, G.). DP&A.
- Sartre, JP. (2005). *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. (Trad. Perdigão, P). Vozes.
- Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB (2020). Consulta e Audiência pública. *Concessão da Rodoviária do Plano Piloto*. <https://semob.df.gov.br/edital-de-chamamento-de-manifestacao-de-interesse-rodoviaria-do-p-piloto/>
- Sennett, R. (2014). *O Declínio do Homem Público; as tiranias da intimidade*. Trad. Watanabe, L. A. Record.
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. Contexto
- Serpa, A. (2017). Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 21(2), 586-600. 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.125427
- Silva G.; Macêdo K.; Rebouças C., Souza A. (2006). Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online braz j nurs*, 5(2),246-257. <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5727>
- Silva, J.G.; Derntl, M. F.; Medeiros, A. E. (2022). O GT Brasília na trajetória de patrimonialização da capital. *Cadernos Proarq*, 38. 254 - 272. 10.37180/2675-0392-n38v1-13.
- Silveira, M. (2006). O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *Rev. Espaço Tempo (GEOUSP)*, (9), 81 -91. <https://pdfs.semanticscholar.org/195c/24967de219de64f52821086f2d8ccb1d26e7.pdf>.

- Silveira, M. (2011). Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, 15 (1), 4 - 12. [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV\\_1/AGB\\_dez2011\\_artigos\\_versao\\_internet/AGB\\_dez2011\\_01.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf)
- Sobarzo, O. (2006). A produção do espaço público: da dominação à apropriação. In *Rev. GeoUSP*, (19), 93-111 <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>
- Sorkin, M. (1992). *Variation on Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. Hill and Hang.
- Sousa, G. (2022). Espaço público como expressão ativa do território usado. *PatryTer*, 5(10), 273–295. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.42743>
- Sousa, L. (2020). Ativação popular do espaço público na América Latina - pracialidade, monumento e patrimônio-territorial. *PatryTer*, 3(6), 219–233. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32310>
- Souza, A. F. (2018). Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. *Rev. Geografares*, (26) 182 - 213. Recuperado de: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21005/0>
- Souza, A. F. (2020). *Sociabilidade Pública na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Souza, M. A. A. de. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. *PatryTer*, 2(4). <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>
- Souza, M. L. (2012). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Bertrand.
- Svampa, M (2019). Neoextrativismo e Desenvolvimento. IN *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. (pp.23 – 36). Elefante.
- UNAM. (1992). *Visión de los Vencidos; relaciones indígenas de la Conquista*. Universidad Nacional Autónoma de Mexico.
- Valverde, R. (2007). *A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://objdig.ufrj.br/16/teses/686429.pdf>
- Valverde, R. (2009). Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, 24 (48) 7-26. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2009v24n48p7>

- Vega, C.; Braig, M. (2022). *Las voces del centro histórico: la lucha por el espacio en la Ciudad de México*. El Colegio de México.
- Viana, M. (2017). Brasília e o Patrimônio Mundial - 2017: 80 anos de Iphan, 30 de Brasília como “Patrimônio Cultural da Humanidade”. *Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BRASILIA%20E%20O%20PATRIMONIO%20MUNDIAL%20artigo%20MARCIO%20VIANNA.pdf>
- Vidal, L. (2009). *De Nova Lisboa à Brasília: A invenção de uma capital (séculos XIX - XX)*. Trad. Dravet, F. M. Ed. UnB.



## **ANEXOS**

### **Roteiro de Entrevistas**

Questionário nº \_\_\_\_ Pesquisador \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Início: \_\_\_\_ h

Nome completo do(a) participante: \_\_\_\_\_

Autoriza o registro da entrevista:  Sim  Não

Local: \_\_\_\_\_

### **Início da Entrevista**

Breve apresentação sobre o tema e os objetivos da pesquisa.

### **Uso do Espaço Público**

1. Como você descreve a Rodoviária do Plano Piloto? Qual a importância deste local para o seu dia a dia?
2. Há quanto tempo trabalha na Rodoviária do Plano Piloto?
3. Como faz para chegar ao local?
4. Onde você mora? Sempre residiu no Distrito Federal?
5. Se não, o que o/a levou a se mudar para o Distrito Federal?

### **Violências no Espaço Público**

1. Você considera a Rodoviária do Plano Piloto um espaço seguro para você e seu trabalho?
2. Como você se sente em relação aos fiscais?
3. Como você descreveria a atuação do governo em relação ao trabalho informal na Rodoviária?

### **Desapropriação x Apropriação**

1. Como se protege de possíveis ataques, saques, furtos e repressões?
2. Você pretende continuar trabalhando na Rodoviária do Plano Piloto?

### **Finalização da Entrevista**

Gostaria de comentar algo mais?

Contato: \_\_\_\_\_ final: \_\_\_\_ h

## Guión de Entrevistas

Cuestionario No \_\_\_\_ Investigadora: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/22 Inicio: \_\_\_\_\_h

Nombre completo del(a) participante: \_\_\_\_\_

Autoriza el registro de la entrevista:  Sí  No

Local: \_\_\_\_\_

### INICIO DE LA ENTREVISTA

Breve presentación del tema y objetivos de la investigación

### USO DEL ESPACIO PÚBLICO

1. ¿Cómo describe la Alameda Central?
2. ¿Cuál es la importancia de este lugar para su vida?
3. ¿Hace cuánto tiempo que trabaja en la Alameda Central?
4. ¿Cómo hace para llegar a la Alameda Central?
5. ¿Dónde vive? ¿Siempre ha vivido en la CDMX?
6. Si no es así, ¿por qué viniste a vivir en CDMX?

### VIOLENCIAS EN EL ESPACIO PÚBLICO

1. ¿Considera la Alameda Central un lugar seguro para usted y para su trabajo? ¿Cómo se siente con relación a los supervisores?
2. ¿Cómo describe la actuación del gobierno con relación al trabajo informal en la Alameda Central?

### EXPROPRIACIÓN X APROPRIACIÓN

1. ¿Cómo se protege de supervisiones (controles) y represiones?
2. ¿Pretende continuar trabajando en la Alameda Central?

### FINALIZACIÓN DE LA ENTREVISTA

¿Le gustaría comentar algo más?

Contacto \_\_\_\_\_ final: \_\_\_\_\_h

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Uso do espaço público e violência da desapropriação na América Latina: Brasil e México*”, de responsabilidade de *Gabriela Vilela de Sousa*, estudante de doutorado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *compreender os usos do espaço público (entendido enquanto expressão ativa do território usado), diante do fenômeno da violência da desapropriação na América Latina, a partir da Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) e da Alameda Central (Cidade do México)*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que caso queira, seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de uma série de perguntas abertas e fechadas, conforme o roteiro de entrevistas que será apresentado a você. Caso permita, a entrevista poderá ser gravada e registrada por meio de dispositivo móvel. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir efetivamente para a produção geográfica que se dedica ao espaço público, e também para que o planejamento urbano considere as resistências dos sujeitos que, embora afetados pela violência da desapropriação, continuam ativando o espaço público.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 62 98236-5121 ou pelo e-mail [gabrielalicenseo@gmail.com](mailto:gabrielalicenseo@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um link para acesso ao drive do material produzido pelo estudo, podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante



Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de

## Formulario de consentimiento libre e informado

Usted está siendo invitado a participar en la investigación *Uso do espaço público e violência da desapropriação na América Latina: Brasil e México*, de responsabilidad de *Gabriela Vilela de Sousa*, doctorante en la Universidade de Brasília (UnB) y en la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). El objetivo de la investigación es comprender los usos de los espacios públicos (entendidos como expresión activa del territorio utilizado), frente al fenómeno de la violencia de expropiación en la América Latina, desde la Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) y de la Alameda Central de la Ciudad de México (México). Por lo tanto, me gustaría consultarte sobre su interés y disponibilidad para colaborar con la investigación.

Usted recibirá todas las aclaraciones necesarias antes, durante y después de la realización de la investigación. Le aseguro que, si lo desea, **su nombre no será divulgado**, y se mantendrá el más estricto secreto por omisión de las informaciones que pueden identificarlo(a).

Los datos de su participación en la investigación, tales como cuestionarios, entrevistas, cintas de grabación o filmación, serán conservadas por el investigador responsable.

La recogida de datos se realizará mediante la aplicación de una serie de preguntas abiertas y cerradas, de acuerdo con el guion de la entrevista que se le presentará. Si está permitido, la entrevista puede ser grabada y registrada a través de dispositivo móvil. Es por estos procedimientos que se le invita a participar. Su participación en la investigación no implica ningún riesgo.

Se espera que esta investigación contribuya efectivamente a la producción geográfica dedicada al espacio público, y también para que el planeamiento urbano considere la resistencia de sujetos que, aunque afectados por la violencia de expropiación siguen activando el espacio público.

Su participación es voluntaria y libre de cualquier remuneración o beneficio. Usted es libre de negarse a participar, retirar su consentimiento o interrumpir su participación en cualquier momento. La negativa a participar no incurrirá en ninguna sanción o pérdida de beneficios.

Si tiene alguna pregunta con respecto a la encuesta, puede comunicarse conmigo al +55 62 982365121 o al correo electrónico [gabrielalicenseo@gmail.com](mailto:gabrielalicenseo@gmail.com).

El equipo de investigación asegura que los resultados de estudio serán devueltos a los participantes a través de un enlace para acceder a la unidad de material producido por el estudio, que puede ser publicado posteriormente en la comunidad científica.

Este proyecto fue revisado y aprobado por el Comité de Ética en Investigación em Ciencias Humanas y Sociales (CEP/CHS) de la Universidad de Brasília. La información sobre la firma del formulario de consentimiento o los derechos del participante de la investigación se puede obtener a través de la dirección de correo electrónico CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) o por teléfono: +55 61 3107 1592.



---

Firma del/ de la(a) participante

---

Firma de la investigadora

Ciudad de México, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

### Termo de responsabilidade para uso de informações e cópias para fins de investigação

*Gabriela Vilela de Sousa*, portador/a do documento de identificação nº *5788496 / SSP-GO* e do CPF nº

*755799361-68* domiciliado/a à/ao/na/no *Rua T15 quadra 8 Lote 18 Residencial Triunfo II – Goianira-GO*,

DECLARA estar ciente:

a) De que os documentos aos quais solicitou acesso e/ou cópias são custodiados pelo/a *Universidade de Brasília - UnB*;

b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação, se autorizada, das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos documentos em suas versões originais pertencem ao acervo do/da *Universidade de Brasília - UnB*;

c) De que as cópias dos documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;

d) Das restrições a que se referem os art. 4º e 6º da Lei nº 8.159, de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9.610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 a 145 do Código Penal, que preveem os crimes de calúnia, difamação e injúria; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;

e) De que a pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, *Universidade de Brasília - UnB*;

DECLARA igualmente que as informações e as cópias fornecidas serão utilizadas exclusivamente por *Gabriela Vilela de Sousa* para fins de pesquisa no âmbito do projeto *Uso do Espaço Público e Violência da Desapropriação na América Latina; Brasil e México* vinculado ao/à *Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília*.



Brasília, 07 de janeiro de 2022.

Assinatura do/da  
pesquisador/a

## **Término de responsabilidad por el uso de la información y copias de documentos para fines de investigación**

Gabriela Vilela de Sousa, número de pasaporte GD994327 y de Cadastro de Persona Física 755799361-68 domiciliada en *Avenida Cumbres de Maltrata, 172 Niños Héroes Chapultepec, Código Postal 03020 – Ciudad de México (México)*.

Declara ser consciente:

- a) De que los documentos los que ha solicitado acceso y sus copias están en poder de la Universidad de Brasília (UnB).
- b) La obligación, por ocasión de la divulgación, si autorizada, de dichas reproducciones, de mencionar siempre que los respectivos documentos en su versión original pertenezcan a la colección de la Universidad de Brasília (UnB).
- c) Que las copias de los documentos a que se refiere este término no pueden ser cedidas a terceros.
- d) De las restricciones a que se refiere el art. 4 y 6 de la Ley nro. 8.159, de 01.08.1991 (Ley de Archivos); de la Ley nro. 9.610, del 02.19.1998 (Ley del Derecho de Autor); de artículos 138 a 145 del Código Penal, que prevén de delitos de calumnias, difamaciones e injurias; así como la prohibición derivada del art. 5, inciso X, de la Constitución de la República Federativa de Brasil, de 1988, para difundir la información obtenida que, aunque asociada a intereses particulares, relativos al honor e imagen de terceros.
- e) Que la persona natural o jurídica responsable por los usos de los documentos, tendrá la entera y exclusiva responsabilidad, en ámbito civil y penal, en cualquier documento, por los daños materiales o morales que, derivados de la divulgación de la información contenida en los documentos, así como del uso de las copias proporcionadas, eximiendo en consecuencia de toda responsabilidad a la Universidad de Brasília.

DECLARAMOS que la información y las copias proporcionadas serán utilizadas exclusivamente por Gabriela Vilela de Sousa con fines de investigación en el marco del proyecto *Uso do espaço público e violência da desapropriação na América Latina: Brasil e México* vinculado a la Universidad de Brasília e a la Universidad Nacional Autónoma de México.

Ciudad de México, 10 de septiembre de 2022.



---

Firma de la investigadora

## Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo a utilização da

minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado *Uso do Espaço Público e Violência da Desapropriação na América Latina; Brasil e México*, sob responsabilidade de *Gabriela Vilela de Sousa* vinculado/a ao/à *Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília*.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para *analisar a violência da desapropriação nos espaços públicos da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (Brasil) e da Alameda Central da Cidade do México (México) por parte da pesquisadora, que realiza pesquisa a nível de doutorado*.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante



\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Formulario de autorización para el uso de imagen y sonido de voz para fines de investigación

Yo, \_\_\_\_\_ autorizo la utilización de mi imagen y voz como participante o entrevistado en el proyecto de pesquisa *Uso do espaço público e Violência da Desapropriação na América Latina: Brasil e México*, bajo la responsabilidad de *Gabriela Vilela de Sousa* vinculada a la *Universidade de Brasília* y a la *Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)*.

Mi imagen y el sonido de mi voz solo pueden ser utilizados para *analizar la violencia de expropiación en los espacios públicos de la Rodoviária do Plano Piloto en Brasília (Brasil) y Alameda Central de la Ciudad de México (México)* por la investigadora y doctorante.

Soy consciente de que no habrá divulgación de mi imagen o sonido de voz por ningún medio comunicación, ya sea televisión, radio o internet, excepto en actividades relacionadas con la docencia y la investigación explicada anteriormente. También soy consciente de que la vigilancia y otros procedimientos de seguridad en relación con las imágenes y el sonido de la voz son responsabilidad de la investigadora.

De esta forma, declaro que autorizo, libre y espontáneamente, el uso con fines de investigación, en los términos antes descritos, de mi imagen y sonido de voz.

Este documento fue elaborado en dos ejemplares, uno estará con el investigador responsable de investigación y la otra con el participante.



\_\_\_\_\_  
Firma del/ de la participante

\_\_\_\_\_  
Firma de la investigadora

Ciudad de México, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



**Transcrições das entrevistas realizadas na Rodoviária do Plano Piloto (Brasília - Brasil)**



**Transcrições das entrevistas realizadas na Alameda Central (Cidade do México - México)**

